

**GERALDO FERREIRA DA SILVA**

**MARIA FIRMINA DOS REIS: a voz negra na  
literatura brasileira dos oitocentos.**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES**

**Montes Claros – Minas Gerais**

**Março/2017**

**GERALDO FERREIRA DA SILVA**

**MARIA FIRMINA DOS REIS: a voz negra na  
literatura brasileira dos oitocentos.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Centro de Ciências Humanas – CCH, Departamento de Comunicação e Letras - DCL e ao programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras – Estudos Literários.

Área de concentração: Literatura Brasileira.

Linha de pesquisa: Tradição e Modernidade – TM.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup> Ivana Ferrante Rebello.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES**

**Montes Claros – Minas Gerais**

**Março/2017**

S586m Silva, Geraldo Ferreira da.  
Maria Firmina dos Reis [manuscrito] : a voz negra na literatura brasileira dos oitocentos / Geraldo Ferreira da Silva. – Montes Claros, 2017.  
114 f. : il.

Bibliografia: f. 109-114.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos Literários/PPGL, 2017.

Orientadora: Profa. Dra. Ivana Ferrante Rebello.

1. Literatura brasileira. 2. Literatura negra. 3. Romance abolicionista. 4. Reis, Maria Firmina dos, 1825 - 1917. 5. *Úrsula*. I. Rebello, Ivana Ferrante. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: A voz negra na literatura brasileira dos oitocentos.

Catálogo: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS/ESTUDOS LITERÁRIOS



Dissertação de Mestrado intitulada **MARIA FIRMINA DOS REIS: a voz negra na literatura brasileira dos oitocentos**, de autoria do mestrando em Letras – Estudos Literários **GERALDO FERREIRA DA SILVA**, aprovado pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ivana Ferrante Rebello e Almeida – (UNIMONTES)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Roberta Maria Ferreira Alves – (UFVJM)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Andrea Cristina Martins Pereira – (UNIMONTES)

Prof. Dr. Osmar Pereira Oliva

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras/Estudos Literários

Montes Claros, 17 de março de 2017.

Dedico esta dissertação a meus pais Arquimínio Bomfim da Silva e Guiomar Ferreira da Silva, *in memoriam*, pois doaram metade de suas vidas à minha Educação, bem como a de meus irmãos.

## AGRADECIMENTOS

Eterno a minha gratidão a JESUS CRISTO e seus auxiliares: Nossa Senhora Aparecida, São Gonçalo do Amarante e São Geraldo Magela por me conceder a vida, proteção e livramento, sempre e como o ocorrido na noite de 10 de março de 2016, às 18h30min, onde colidi e sofri três capotamentos, sem nenhum dano físico, com o meu Fiat Uno (Geralduno) no barranco da curva do Posto Bonzão, na BR 251, próximo a Montes Claros/MG quando eu ia para a UNIMONTES complementar os meus estudos para este trabalho.

Meu manifesto de gratidão também se estende àqueles que colaboraram comigo e com este trabalho.

À colega Genice Ferreira Lima que desejou e sonhou comigo esta luta induzindo-me cursar a Pós-graduação e a este Mestrado.

A Maria Firmina dos Reis, *in memoriam*, por ter escrito *Úrsula*, nossa fonte de pesquisa.

A minha orientadora, Professora, Dr<sup>a</sup> Ivana Ferrante Rebello, que acolheu resoluta e com ânimo, o primeiro esboço da minha pesquisa, por ter imbuído comigo nessa dissertação e por toda atenção, dedicação, explicações, correções, contribuições que foram apresentadas por ela, sem as quais este trabalho não poderia ser realizado. Obrigado por trazer por diversas vezes para o meu texto a maturidade das suas leituras e da sua formação humana e profissional.

As professoras membro da Banca de Qualificação: Dr<sup>a</sup> Alba Valéria Niza Silva (UNIMONTES) e Dr<sup>a</sup> Andrea Cristina Martins Pereira (UNIMONTES) por aceitarem o convite para participarem destes momentos e por todas as significativas sugestões que contribuíram para a continuidade e conclusão desta pesquisa.

A Banca Examinadora da Defesa, integrada pelas professoras Dr<sup>a</sup> Roberta Maria Ferreira Alves, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e Dr<sup>a</sup> Andrea Cristina Martins Pereira (UNIMONTES) por aceitarem o convite para participarem destes momentos e por todas as significativas sugestões que contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários da Universidade Estadual de Montes Claros/MG – UNIMONTES - que foram importantes colaboradores, em especial aos que tiveram mais próximos, ministrando as aulas e apontando caminhos com valiosas sugestões e que demonstraram recepção e amizade, como Dr. Osmar Pereira Oliva, Dr<sup>a</sup> Maria Generosa Ferreira Souto, Dr. Elcio Lucas de Oliveira, Dr<sup>a</sup> Alba Valéria Niza Silva, Dr<sup>a</sup> Andrea Cristina Martins Pereira, entre outros, pelo exemplo de profissionais que são.

Aos colegas do Curso de Mestrado da UNIMONTES, que foram companheiros nas aulas, nos trabalhos e nas viagens, em especial as colegas de Espinosa/MG, Júnia Tanúsia Antunes Meira e Shantynett Souza Ferreira Magalhães Alves que dividiram seus conhecimentos, angústias e reflexões sobre o curso durante os 740Km de ida e volta de Guanambi/BA a Montes Claros/MG que fazíamos para assistir as aulas deste curso.

Aos professores de Guimarães/MA, em especial Jaína Ribeiro Corrêa Martins e o atual vice-prefeito e historiador Osvaldo Luís Gomes que me mostrou a cidade em que Maria Firmina dos Reis viveu; as fontes de informações e bibliográficas para nossa pesquisa, bem como nos levou à Academia Ludovicense de Letras em São Luís/MA.

Aos membros da Academia Ludovicense de Letras, em especial a presidenta Dr<sup>a</sup> Dilercy Aragão Adler e Dr. Leopoldo Gil Dulcio Vaz pela recepção, acolhimento e oferta de preciosas fontes bibliográficas sobre Maria Firmina dos Reis.

Ao Dr. Eduardo de Assis Duarte, professor da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e autor do posfácio de *Úrsula*, que assistiu à apresentação da minha comunicação naquela unidade universitária e orientou-me sobre os caminhos que eu deveria seguir para o meu Mestrado.

Ao Dr. Rauer Ribeiro Rodrigues, professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS – que analisou, orientou-me sobre o meu projeto de Mestrado.

A minha querida irmã Maria das Graças da Silva, que mora comigo e cuida de mim, e demais pessoas que me amam, torcem, rezam nas minhas viagens e desejam que eu viva bem e consiga meus objetivos.

A todos aqueles que de forma direta e indireta contribuíram para a realização deste trabalho.

## HINO À LIBERDADE DOS ESCRAVOS

Salve Pátria do progresso!  
Salve! Salve Deus a Igualdade!  
Salve! Salve o sol que raiou hoje.  
Difundindo a Liberdade!

Quebrou-se enfim a cadeia  
Da nefanda Escravidão!  
Aqueles que antes oprimias,  
Hoje terás como irmão!

(fragmento: composto por ocasião do 13 de maio)

(REIS, *Apud* MORAIS FILHO, 1975, s. p.).

## RESUMO

Esta dissertação apresenta uma leitura do romance *Úrsula*, escrito por Maria Firmina dos Reis, em 1859. As circunstâncias da escrita, o fato de esta ter acontecido num Brasil escravocrata, de base patriarcal e de a autora ser mulher e negra, contribuíram para que escritora e obra fossem apagadas da historiografia literária brasileira. Para compreender esse isolamento literário, investigamos a razão da ausência quase absoluta de mulheres escritoras na literatura nacional, nos séculos XVIII e XIX, refletindo sobre a sociedade da época, sua formação e sobre a atuação das mulheres leitoras e escritoras no período, utilizando as reflexões de Márcia Abreu (2002), Constância Lima Duarte e outros. Investigamos ainda sobre a história de vida e de produção literária de Maria Firmina dos Reis, por entendermos que o apagamento de seu nome da literatura nacional merecia, em contraponto, uma reinserção da autora nos meios acadêmicos, o que me motivou a ir em busca de alguns dados novos para a sua bibliografia. Para tanto, além do pouco material disponível sobre a autora, fizemos investigação *in loco*, em Guimarães e São Luís no Maranhão, pois uns dos intentos desta dissertação era o trazer ao conhecimento do leitor o romance e a autora, Maria Firmina dos Reis. Analisamos os elementos da narração e a estética literária do romance do tipo folhetinesco, que traz em primeiro plano o drama de dois jovens apaixonados, bem ao gosto do Romantismo, mas que apresenta, em segundo plano, a denúncia do drama da escravidão e da subserviência da mulher na sociedade patriarcal. Este trabalho também propõe uma análise da retórica utilizada pela autora em defesa de suas ideias abolicionistas. Firmina usa dos princípios do cristianismo para convencer seus leitores à prática do perdão e da justiça, a fim de justificar seu argumento principal, no romance: a liberdade dos negros e o respeito às mulheres. Maria Firmina dos Reis serve-se de sua voz de mulher negra para escrever o primeiro romance da literatura negra/afrodescendente do Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Maria Firmina dos Reis; *Úrsula*; literatura negra; romance abolicionista.

## ABSTRACT

This dissertation presents an interpretation of the novel *Úrsula*, written by Maria Firmina dos Reis, in 1859. The circumstances of the writing, the fact that it has held in the slavery regime of patriarchal basis in Brazil, and because the author is woman and black, contributed for the fact that both the writer and the work were deleted from Brazilian literary historiography. To understand this literary isolation, we investigated the reason of the women writers almost complete absence in national literary, in the 18th and 19th centuries, reflecting on the society of that period, its formation and also on the women readers and writers actuation on that phase, using the contribution of Márcia Abreu (2002), Constância Lima Duarte, among others. We still investigated Maria Firmina dos Reis life story and literary production, since we understood that the erasure of her name from national literature deserved, in counterpoint, a reinsertion of the author in academia, which motivated us to seek some new data for her bibliography. For this purpose, besides the limited available material about the author, we investigated *in loco*, in Guimarães and in São Luís of the state of Maranhão, because one of the goals of this dissertation was to make the novel and the author Maria Firmina dos Reis to be known by the reader. We analyzed the narration and the literary aesthetic elements of the novel of Feuilleton kind, which brings on foreground the drama of two young people in love, quite to the Romanticism taste, but that presents, on background, the denunciation of the slavery drama and the subservience of the woman in patriarchal society. This work also aims at analyzing the rhetoric used by the author in defense of her abolitionist ideas. Firmina uses the Christianity principles to convince her readers to the practice of pardon and justice in order to justify her main argument in the novel: the freedom of black people and the respect for women. Maria Firmina dos Reis uses her black woman voice to write the first novel of Brazil black/Afrodescendent literature.

**KEYWORDS:** Maria Firmina dos Reis; *Úrsula*; black literature; abolitionist novel.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 - O ESPAÇO EM BRANCO: AUSÊNCIA DA MULHER ESCRITORA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA.....</b>	<b>16</b>
1.1 A ausência de nomes de mulheres na Literatura Brasileira.....	21
1.2 Da leitora de folhetins à escritora de jornais.....	25
<b>CAPÍTULO 2 - MARIA FIRMINA DOS REIS, PRECURSORA DO ROMANCE ABOLICIONISTA NO BRASIL.....</b>	<b>33</b>
2.1 Álbum de anotações.....	36
2.2 A recepção de primeira hora.....	52
<b>CAPÍTULO 3 - ÚRSULA: PRIMEIRO ROMANCE ANTIESCRAVAGISTA/ABOLICIONISTA DO BRASIL,.....</b>	<b>60</b>
3.1 A escrita antiescravagista em Úrsula.....	65
3.2 A diáspora africana na voz de Susana.....	68
3.3 O discurso religioso.....	80
3.4 Senhores e escravos: uma relação problemática.....	89
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>109</b>

## INTRODUÇÃO

Cheguei à Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – no primeiro semestre de 2013, à procura de informações sobre o Mestrado em Letras, Estudos Literários e fui orientado a cursar uma disciplina isolada.

Matriculei-me na disciplina “O romance brasileiro do século XIX”, ministrada pelos professores Dr. Osmar Pereira Oliva e pela Dr<sup>a</sup> Ivana Ferrante Rebello. Na disciplina, estudamos os autores canônicos do Romantismo brasileiro e aqueles que permaneceram no anonimato, por várias razões: econômicas, políticas, geográficas e, principalmente, por não fazerem parte do círculo da elite acadêmica, dominada exclusivamente por homens. Entre esses escritores não canônicos estavam as mulheres que, desde o final do século XVIII e prelúdio do XIX, usaram suas penas, mesmos às escondidas, para romper um círculo de dominação machista na literatura e na vida social.

Entre essas obras não canônicas, produzidas por mulheres, listadas no curso, a Prof<sup>a</sup> Ivana Ferrante Rebello apresentou-me o romance *Úrsula*, produzido pela autora maranhense Maria Firmina dos Reis, em 1859.

Na primeira leitura do romance *Úrsula*, fiquei fascinado com a escrita da obra, sobretudo com o pioneirismo de Maria Firmina dos Reis – mulher, negra, professora, pobre, habitante da então Vila de Guimarães/MA, e a primeira escritora brasileira a escrever um romance da literatura negra, antiescravagista. Assim sendo, visualizei a possibilidade de fazer o meu projeto de mestrado tendo como objeto o romance e sua autora, Maria Firmina dos Reis.

Desde o início, percebi que seria difícil desvincular a obra da vida de sua autora, posto que o pioneirismo da escrita, segundo a linha defendida por este estudo, encontra respaldo na trajetória de vida empreendida por Firmina, com todas as circunstâncias.

Assim sendo, intentamos analisar o romance *Úrsula* sob a perspectiva das representações da mulher e do negro na sociedade oitocentista brasileira. Para tanto, diligenciei esforços no intuito de conhecer a produção acadêmica sobre a autora e sua obra. As teses de doutorado de Márcia Abreu (2002), Algemira de Macêdo (2006) e de Régia Agostinho da Silva (2013) ajudaram-me a refletir sobre a produção literária da

mulher nos oitocentos, no Brasil. As obras como as de Zilá Bernd (1988), Celia Maria Marinho Azevedo (2004) e outras que listamos nas referências deste trabalho ajudaram-me a elaborar a hipótese para esta dissertação. A dupla condição de marginalidade – escrita de mulher e o veio abolicionista, explicitadas na linguagem da obra, permitiram-me refletir sobre a posição da mulher e do negro na sociedade oitocentista brasileira.

Mediante a escassa fortuna crítica sobre a obra e a vida de Maria Firmina dos Reis, em fevereiro de 2016, fui a Guimarães/MA, cidade em que a autora de *Úrsula* morou, lecionou e escreveu, no intuito de fazer uma pesquisa de campo.

Naquela cidade, conheci a professora Jaina Ribeiro Corrêa Martins<sup>1</sup> que me levou até a Unidade Escolar Maria Firmina dos Reis, escola municipal, com sete salas de aulas e demais dependências, em Maçaricó, distrito de Guimarães/MA, no local que era o barracão da fazenda Entre Rios, do Sr. Domingo Mondego, onde funcionava a escola mista criada pela professora Maria Firmina dos Reis.

Fui apresentado a Osvaldo Luís Gomes<sup>2</sup> que, como licenciado em História, se dispôs a ajudar-me. Levou-me a sua casa e me ofertou uma cópia do raríssimo livro *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*, que o pesquisador José Nascimento Moraes Filho ofertara a seu pai. Nesse livro, pude conhecer mais sobre a vida e obra de Maria Firmina dos Reis.

Osvaldo levou-me a conhecer o Armazém Paraíba e a Loja Credinorte Móveis, local em que fora erguida a casa/escola e onde vivera a escritora; em seguida fomos à rua Monsenhor Estrela, no centro da cidade, local do falecimento de Firmina, em 11-11-1917, e depois ao Cemitério Municipal visitar a sua singela sepultura.

O meu colaborador levou-me a conhecer outros professores e populares de Guimarães, os quais entrevistei. Percorri a cidade, indo à orla da Baía de Cumã, onde entrei em contatos com os nativos e pescadores locais.

---

<sup>1</sup> Jaina Ribeiro Corrêa Martins, licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Atualmente faz o 4º período do curso em Extensão em Serviço Social pela Faculdade Médio Parnaíba – FAMEP. Leciona na Unidade Integrada Municipal Prof. Antônio Reinaldo Lopes em Guimarães/MA.

<sup>2</sup> Osvaldo Luís Gomes, licenciado em História pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA - Professor do Centro de Ensino Nossa Senhora da Assunção, vereador nos pleitos de 2009-2012 e 2013-2016 e atual vice-prefeito, mandado de 2017 a 2020, pelo município de Guimarães/MA. Entrevista concedida em 23-02-2016.

Retornei a São Luís, em companhia de Osvaldo Luís Gomes, ocasião em que visitamos o busto de Maria Firmina dos Reis, criado pelo artista Flory Gama, exposto no Museu Artístico e Histórico do Maranhão em São Luís/MA. Fomos à sede da Academia Ludovicense de Letras de São Luís/MA, que tem como patrona a escritora Maria Firmina dos Reis, onde conheci a escritora, poeta, antologista, socióloga, psicóloga, professora e atual presidente deste grêmio acadêmico a Dr<sup>a</sup> Dilercy Aragão Adler.

Dilercy Aragão Adler ofereceu-me vários textos sobre a autora de *Úrsula*, em especial o exemplar de *Sobre Maria Firmina dos Reis*, coletânea de artigos organizada por Leopoldo Gil Dulcio Vaz e Dilercy Aragão Adler (2015), em comemoração aos cem anos de Maria Firmina dos Reis, atividade promovida pela Academia Ludovicense de Letras – ALL. Na ocasião tive acesso a várias edições de jornais do Maranhão, inéditos, que funcionavam como diário oficial do governo e que relatavam as licenças, direitos e visitas concedidas a Maria Firmina dos Reis como funcionária da Secretaria de Educação e como escritora.

A deambulação pelos lugares onde viveu a escritora, bem como o contato com os habitantes locais deram maior fôlego a este trabalho, pois acredito que pesquisar é seguir pegadas desusadas. Minha intenção foi a de ouvir outras vozes, buscando trazer novas luzes sobre a escritora e sua obra.

Para melhor elaboração deste trabalho, priorizamos dividir esta dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo, buscamos refletir sobre a ausência da mulher escritora na Historiografia brasileira, procurando ressaltar as dificuldades educacionais e sociais impostas às mulheres. Embasamos nossos estudos nas contribuições de Maria Lúcia Rocha-Coutinho, Norma Telles, Eduardo de Assis Duarte e Guaciara Lopes Louro. O retardamento da produção de romances de autoria feminina deu-se, principalmente, pelo patriarcalismo e pela pouca escolaridade das mulheres. Mesmo assim, algumas mulheres ousaram publicar seus textos. Respaldamos nossas pesquisas em Márcia Abreu, Afrânio Coutinho, Antonio Candido, Alfredo Bosi e Zahidé Lupinacci Muzart. Na escassa lista de mulheres apontadas na historiografia brasileira, destaca-se um nome, em nota de rodapé: o da escritora Maria Firmina dos Reis.

O segundo capítulo, intitulado de “Maria Firmina dos Reis, precursora do romance abolicionista no Brasil”, trata como se deu a descoberta do romance *Úrsula* e da pequena fortuna crítica da autora mediante o resgate do nome da escritora que se

intitulava “Uma Maranhense”. Para tais reflexões, utilizamos a biografia pioneira de Maria Firmina dos Reis, feita por José Nascimento Morais Filho, com o livro *Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida* e as pesquisas de Régia Agostinho da Silva, Luiza Lobo, Algemira de Macedo Mendes, Juliano Carrupt do Nascimento, Melissa Rosa Teixeira Mendes, entre outros estudiosos listados por nós.

Destacamos, ainda, uma breve biografia de Maria Firmina dos Reis, com dados oriundos do seu álbum e das pesquisas de José Nascimento Morais Filho, José Ribamar Souza dos Reis, Norma Telles, Luiza Lobo, Cesar Augusto Marques, Leopoldo Gil Dulcio Vaz, Raimundo Menezes e da pesquisa que fizemos *in loco* com o historiador Osvaldo Luís Gomes e demais habitantes de Guimarães e de São Luís/MA. A intenção foi a de sistematizar os estudos sobre a mulher e escritora Maria Firmina dos Reis, de maneira organizada, histórica e cronologicamente, acrescentando informações sobre sua história de vida. Também neste capítulo demos destaque à recepção de primeira hora tida pelo romance *Úrsula*.

No terceiro capítulo, respaldado nos argumentos de Régia Agostinho da Silva, Luiza Lobo, Zilá Bernd, Adriana Oliveira e Eduardo de Assis apresentamos *Úrsula* como o primeiro romance antiescravagista da literatura negra no Brasil. Privilegiamos a análise literária dos elementos da narração do romance *Úrsula*, ressaltando a forma como as personagens Túlio e Susana, negros e escravos, defendem a igualdade entre os homens, baseados na argumentação da religiosidade cristã. A estratégia argumentativa de Firmina, que usa o discurso religioso do branco, para defender a liberdade dos negros, põe em evidência as desigualdades sociais e desnuda a hipocrisia reinante, mereceu atenção no presente capítulo.

Ao término, embora consciente de que um trabalho de pesquisa nunca se finda em sua inteireza, esperamos deixar nossa contribuição aos estudos sobre a literatura de mulher e da literatura afrodescendente, especificamente sobre essa autora ainda pouco conhecida em nossa literatura.

## **CAPÍTULO 1**

### **O ESPAÇO EM BRANCO: AUSÊNCIA DA MULHER ESCRITORA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA**

O Brasil foi uma nação colonizada por europeus, conforme se sabe. A expansão colonial portuguesa foi avassaladora no tocante à economia, agricultura, religião, cultura, arte, música, teatro, línguas, comportamentos emocionais e sociais impostos aos nativos da terra.

O choque cultural e étnico foi intenso. Na economia, os portugueses, representantes do nascente capitalismo colonialista e imperialista depararam-se com povos que viviam um socialismo primitivo, uma vez que não usavam nenhum símbolo como moeda ou valor econômico. Tentaram escravizar os índios, mas estes resistiram, foram excluídos e exterminados, desde o século XIV até ao XXI, na sua própria pátria.

Os lusos, ao perceberem que a terra era produtiva e estava sendo invadida por outras nações europeias, dividiram-na em capitanias e seus donatários aprisionaram os negros africanos em seu continente e os escravizaram em terra brasileira, usando-os para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, principalmente na produção da cana-de açúcar.

A invasão portuguesa no Brasil não aconteceu só no campo histórico e territorial, mas também na esfera pessoal, na relação entre o homem e a mulher, que reproduzia todos os princípios nucleares da sociedade portuguesa, onde o lugar da mulher era restrito ao espaço doméstico.

Quando os lusos chegaram ao Brasil não trouxeram suas esposas para se arriscarem nessa “perigosa aventura”. Muitos eunucos, que vieram a bordo dos navios, faziam os serviços do lar, inclusive os de mulheres na cama. O tipo de colonização estabelecido em terras brasileiras favoreceu a existência de núcleos sociais e ou familiares diferenciados, como nos orienta Maria Lúcia Rocha-Coutinho no artigo “A mulher no Brasil”:

No início da colonização, a família – baseada em uma união legalizada – era praticamente inexistente no Brasil. Isto se deveu ao fato de que os portugueses, na sua maioria, não se transferiam para a nova terra com intenção de se estabelecer definitivamente. Desta forma, suas mulheres geralmente permaneciam em Portugal e eles mantinham aqui relações irregulares com índias e escravas (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 66).

Segundo Norma Telles, no artigo “Rebeldes, escritoras, abolicionistas”: “Na colônia portuguesa do Brasil, o comportamento promíscuo foi incorporado pelos brancos primeiramente à índia e, mais tarde, à negra, à mulata sensual” (TELLES, 1989, p. 02). O atentado à liberdade da índia e da negra a seu corpo, à sua sexualidade e à sua integridade física e social deu-se por todas as questões advindas do modelo colonizador aqui imposto e levaria para os séculos seguintes suas pesadas influências.

O nascimento da família de origem patriarcal portuguesa e católica surgiu no Brasil mediante objetivos políticos e econômicos. A necessidade de tomar territórios e mantê-los fez surgir uma família atípica, que englobava em seu núcleo, nem só a esposa e os filhos legítimos e ilegítimos, mas os escravos, agregados e concubinas. O poder patriarcal envolvia, assim, além da família, todos os que viviam na proteção do senhor latifundiário. Nascia, portanto, o *pater familias*, como nos informa Maria Lúcia Rocha-Coutinho:

Estas primeiras famílias formavam grupos autônomos de produção, administração, justiça e autodefesa e sua autoridade máxima era o *pater familias*, que detinha o poder não apenas sobre os escravos, empregados e agregados, como também sobre seus filhos e sua esposa. O poder dos patriarcas, ampliado pelo isolamento dos grupos familiares que, no seu início, eram relativamente poucos, era do interesse e, portanto, reforçado pela própria Coroa portuguesa que, assim, melhor podia controlar sua colônia (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 67).

O patriarcalismo, transplantado da cultura europeia e oriental e internalizado à força aos habitantes do Brasil não se limitava apenas à família, mas à sociedade, à política, à economia agrícola e agropecuária escravocrata, e perdurou, como modelo do mandonismo do homem sobre a mulher, até metade do século XIX, impondo a ela a cozinha, as prendas domésticas e o papel de mãe e de dona do lar, de geradora de filhos herdeiros. O confinamento da mulher, no ambiente doméstico, privava-a do acesso à

vida pública, ao ensino institucionalizado e às possibilidades de escolha, tanto na esfera política, como nas questões individuais.

Às escravas da casa senhorial eram impostas, além daquelas atribuições destinadas a todas as mulheres, as funções de cativa, que se multiplicavam pelo trabalho na cozinha, na lavoura e na cama, porque eram objeto sexual do seu senhor e de seus filhos, como nos diz Eduardo de Assis Duarte no artigo “Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade”:

Tais exemplos ressaltam a força de permanência de uma imagem que atravessa os séculos e marca a representação das descendentes de africanos na literatura brasileira. Em sua origem, esta configuração se vincula ao instituto do trabalho forçado, à conseqüente poligamia dos brancos e à posição indefesa das escravas frente ao assédio dos patriarcas, de seus filhos e agregados (DUARTE, E. 2009, p. 11).

Essa realidade patriarcal imposta à mulher branca e à índia recaía com mais força sobre a mulher negra. Não só seu trabalho foi duramente explorado, mas também seu corpo, tido como objeto do senhor branco. Tais características só começaram a ser amenizadas com o advento da revolução industrial que gerou empregos para homens e mulheres e forçou o término da escravidão no Brasil; com a revolução francesa e americana que inspirou, inclusive nas mulheres, o ideal de liberdades; com o desenvolvimento escolar e científico, que só tardiamente chegou ao Brasil. Ao atraso educacional também se devem as explicações para a pouca representatividade feminina no Brasil, nos meios literários e culturais.

A escola que existia no Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII era de criação da Igreja Católica através dos padres jesuítas e era destinada ao celibato dos vocacionados a padres e freiras. Havia também as escolas leigas, aquelas em que o professor detinha uma formação incompleta, não tinha o magistério, porém o exercia, ensinava na casa grande as primeiras instruções de gramática e matemática aos filhos e parentes próximos dos senhores fazendeiros. Existiam alguns poucos colégios particulares nas capitais das províncias que ofereciam um ensino acadêmico aos filhos da elite econômica porque aos pobres, negros e índios eram lhes oferecidas a negação da

escolarização, como afirma o artigo “Mulheres na sala de aula”, de Guacira Lopes Louro:

Para a população de origem africana, a escravidão significava uma negação do acesso a qualquer forma de escolarização. A educação das crianças negras se dava na violência do trabalho e nas formas de luta pela sobrevivência. As sucessivas leis, que foram lentamente afrouxando os laços do escravismo, não trouxeram, como consequência direta ou imediata, oportunidades de ensino para os negros. São registradas como de caráter excepcional e de cunho filantrópico as iniciativas que propunham a aceitação de crianças negras em escolas ou classes isoladas – o que vai ocorrer no final do século. Algo semelhante se passava com os descendentes indígenas: sua educação estava ligada às práticas de seus próprios grupos de origem e, embora fossem alvo de alguma ação religiosa, sua presença era, contudo, vedada nas escolas públicas (LOURO, 2004, p.445).

A educação nestes tempos era ministrada por homens. Só nos conventos é que as madres orientavam as noviças. Poucas mulheres sabiam ler, e quando o faziam era com receitas de bolos, bordados, algumas poesias e alguns livros sacros e da literatura clássica greco-romana.

As ideias doutrinárias da contrarreforma e os comportamentos sociais e emocionais sugeridos por tais ideologias eram os objetivos da Igreja Católica e da coroa portuguesa no tocante à colonização. Tais influências fizeram-se sentir nos primeiros educandários fundados no país, que se pautavam pelos ideais catequistas e ideológicos lusitanos. Essa realidade perdurou do início da colonização até meados do século XVIII. Percebe-se, com tal quadro, que, se a educação era restritiva para todos, o era ainda mais para as mulheres. Algumas, doutrinadas em casa, sob a supervisão severa dos pais, recebiam apenas os fundamentos que lhes permitissem serem esposas devotas e mães de família.

As mudanças significativas, tanto nas políticas, ciências, artes, e nas literaturas, na Europa e nas Américas colonizadas, se deram mediante os ideais do iluminismo, do positivismo e das nascentes democracias americana e francesa transplantados, aqui no Brasil, pela maçonaria e pelos autores árcades, sobretudo, os autores mineiros. A burguesia nascente brasileira aspirava à independência do país e às mudanças na economia que de agropecuária escravagista deveria ser urbana e industrializada.

As mudanças estruturais na sociedade brasileira, no início do século XIX, ocorreram menos pelas ideologias republicanas e democráticas difundidas e aplicadas

por várias nações, no século XVIII, e por vários segmentos da sociedade brasileira de então, e mais por um movimento oposto a essas sonhadas mudanças revolucionárias; elas chegaram por meio de ações conservadoras das coroas portuguesa e inglesa que fugiam do bloqueio continental e das tropas de Napoleão Bonaparte que avançaram sobre Portugal.

Segundo os historiadores, a transferência da família real e a corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 08 de março de 1808 levou D. João instituir alguns ministérios. Houve também as melhorias nos campos culturais e educacionais. Fundou-se: a Academia da Marinha; a Escola Real de Ciências, de Artes e Ofícios; A academia Real Militar; a famosa Academia de Belas-Artes e dois colégios de Medicina e Cirurgia; a criação do Museu Nacional; o Observatório Astronômico; a Biblioteca Real; o Teatro São João e a construção do Jardim Botânico.

Mas as mudanças significativas para a Literatura Brasileira foram aquelas que mudaram os hábitos das pessoas que passaram a ser leitoras de livros e folhetins. Como nos informa Norma Telles, em seu artigo “Escritoras, escritas, escrituras”:

Houve reformas na cidade e novos hábitos se impuseram. Gradativamente o público consumidor de espetáculos e livros se ampliou. Romances e novelas franceses e ingleses do século XVIII e a nova moda dos folhetins finalmente chegaram ao Rio de Janeiro (TELLLES, 2004, p. 404).

Isso se deu mediante a abertura dos portos e o contato do Brasil diretamente com os outros países, bem como os novos hábitos apresentados pela corte de D. João VI, que desencadearam um aumento na produção de espetáculos, ampliaram-se as peças teatrais, as óperas, a entrada de livros, etc.

É nessa época que surge a preocupação com o ensino público, no Brasil, mas este deveria ser prioritariamente voltado à educação dos meninos, uma vez que a instrução das moças era considerada perigosa e corrosiva à moral, de acordo com os padrões da época. Era um magistério eminentemente masculino, como a maioria das profissões, com raríssimas exceções de mulheres, que se dedicavam a ensinar, e quando o faziam, ensinavam principalmente as prendas domésticas às meninas.

D. João VI e as ordens religiosas criaram escolas para as meninas, porém com redução de frequência em relação aos meninos dada a mentalidade preconceituosa dos

pais e da sociedade que não viam benefícios em suas filhas aprenderem a ler, uma vez que eram destinadas ao matrimônio e às tarefas do lar. Tais características são responsáveis pelo fracasso do aprendizado escolar das mulheres das camadas populares como nos atesta Silvana Fernandes Lopes, em seu artigo “‘Retratos’ de mulheres na literatura brasileira do século XIX”:

No caso específico da educação feminina, a situação era ainda mais grave. Além das escolas de primeiras letras e das escolas normais, as meninas das camadas mais baixas da população poderiam contar com outras instituições, de caráter assistencial, para sua formação. Essas instituições educativas e assistenciais, subvencionadas pelo Estado ou por ordens religiosas, também se limitavam ao ensino de prendas domésticas e rudimentos de leitura, escrita e aritmética. Após essa educação sumária, as alunas eram consideradas aptas para o exercício do magistério público e de aulas particulares (LOPES, 2011, p. 119).

Esse brevíário acerca da parca educação destinada às mulheres, principalmente nos períodos anteriores aos meados do século XIX, ilustra algumas das razões que favoreceram a marginalidade com que as mulheres foram relegadas, especialmente no tocante à vida cultural.

### **1.1 Ausência de nomes de mulheres na Literatura Brasileira**

Quando ocorreu a criação das tipografias no Brasil, a sua produção inicial abarcava apenas a poesia dos poetas homens, consagrados pelo cânone da época. A imprensa tipográfica também se dedicava à reprodução dos romances de folhetins, traduzidos do inglês e do francês para o Brasil, entre os quais se destacavam alguns romances produzidos por mulheres inglesas, no século XVIII. Conforme se tem notícia, as escritoras brasileiras só tardiamente ousaram escrever seus romances, como nos afirma Zahidé Lupinacci Muzart, em “A ascensão das mulheres no romance”, conforme se lê:

Um longo caminho trilhou o romance desde sua criação na Inglaterra pela mão de mulheres até sua chegada ao Brasil. Comparando com as inúmeras inglesas que publicaram romances desde o século XVII (Charlotte Lennox, Francis Sheridan, Frances Brooke, Fanny Burney, Charlotte Smith, Ann Radcliffe (criadora do romance gótico), Mary Hays, Elizabeth Inchbald, Mary Woolstonecraft, a feminista) que formaram, como o afirmou Sandra Guardini Vasconcelos, “um verdadeiro cânone feminino”, as brasileiras começaram a escrever romances apenas no século XIX tendo, no XVIII, deixado somente poemas (MUZART, 2011, p. 18).

Esse retardamento da produção de romance de pena feminina no Brasil se deu, além das questões históricas já apresentadas, também ao fato de que, no século XVIII e meados do século XIX, as mulheres brasileiras tinham pouca escolaridade, raríssimas concluíam o ensino secundário e seus raros contatos com a literatura foram através dos poemas produzidos por autores masculinos que declamavam seus textos em púlpitos, em praça pública e nas academias, lugares estes que as mulheres não frequentavam.

Até meados do século XIX, a produção dos romances na Europa e no Brasil era quase que em sua totalidade de autoria masculina. Só a partir da metade do referido século é que as mulheres brasileiras se tornaram leitoras (genericamente falando), e, mais tarde, ousaram ensaiar alguns tímidos passos em direção à escrita. Como leitoras, consumiam, com algumas reservas, os romances publicados em folhetins, pois muitos eram vistos pelos pais e maridos como deformadores do caráter das moças: “O romance, por mais inocente que fosse, era ainda um gênero literário malvisto, pernicioso para as moças” (TELLES, 2004, p. 410).

A crítica reproduzia o pensamento sobre a forma como os textos foram recebidos por uma camada de intelectuais e identificava a leitura de romances como moralmente perigosa, se comparada às leituras eruditas que ampliavam o conhecimento e aos textos religiosos que aperfeiçoavam o espírito.

Márcia Abreu, em *O Caminho dos Livros* (2002), apresenta em sua tese análise comparativa do que significava ler romances, no século XVIII, em relação à leitura de outros tipos de textos:

Embora fonte de inconvenientes físicos, há leituras que valem a pena, enquanto outras são unicamente perniciosas. Dentre essas, muitos incluem a leitura dos romances, tida como perigosa pois faz com que se perca tempo precioso, corrompe o gosto e apresenta situações moralmente condenáveis. A leitura de romances traz à baila discussões de natureza ética, religiosa e intelectual, tanto mais acaloradas quanto mais se percebe a disseminação do gênero e sua influência sobre os leitores. Enquanto a leitura das belas letras tem por objetivo formar um estilo e ampliar a erudição e as leituras religiosas visam aprimorar o espírito e indicar o caminho da virtude e da salvação, a leitura dos romances parece sem finalidade (ABREU, 2002, p. 225).

Apesar da repressão e censura, no século XVIII, algumas mulheres liam e escreviam seus cadernos de poesias e memórias que se perderam em seus baús de recordações, uma vez que não tinham apoio das academias, da imprensa, de seus esposos e da sociedade. Eram atividades, em sua maioria, feitas às escondidas, e em raras ocasiões. Essas razões são um princípio para entendermos por que não houve registro historiográfico de nenhuma escritora no Brasil colônia.

Embora existissem vários fatores de coerção e limitações ao desenvolvimento intelectual feminino, houve aquelas que conseguiram estudar, ler romances ingleses e franceses, traduzidos, e os produzidos por brasileiros, mesmo sem a plena aprovação dos maridos e pais.

Elas empreenderam esforços na luta pelos seus direitos com participação em movimentos sociais e literários, desenvolvendo suas escrituras em artigos de jornais e romances de folhetins. Entre essas pioneiras podemos citar: Nísia Floresta Augusta, Ana Luísa de Azevedo Castro, Amélia Rodrigues, Luísa Amélia de Queirós, Narcisa Amália, entre outras. Renegadas pelo cânone, composto por homens defensores da cultura branca eurocêntrica e patriarcal, na época em que publicaram suas obras e, agora, recentemente, redescobertas por pesquisadoras mulheres empenhadas numa história que registre, desde o seu nascituro, a literatura de mulheres produzidas no Brasil.

A literatura produzida em território nacional, fazendo eco a todo o suporte cultural lusitano aqui imposto, nascia sob a báscula patriarcal, masculina, branca e burguesa. As vozes que surgiram aqui e ali – de negros, de mulheres, de homens brancos que não se enquadravam no modelo literário exigido ou que falavam a partir de um local não reconhecido – não foram consideradas pela historiografia literária brasileira. Foram

esquecidas, apagadas ou relegadas a uma nota de pé de página, nos manuais e compêndios de literatura.

Uma pesquisa sobre a historiografia literária brasileira, desde o seu início até o século XX, nos permite verificar a quase completa ausência de nomes de mulheres, quer sejam como poetisas ou como romancistas. Uma leitura comparativa, tendo como finalidade averiguar a presença de nomes femininos na série de escritores representativos dos vários períodos literários do Brasil, evidencia tal lacuna. Algumas obras bastante difundidas e lidas nos cursos de Letras e afins, como a *Antologia Brasileira de Literatura*, de Afrânio Coutinho, *A literatura no Brasil*, também de Afrânio Coutinho e Eduardo de Faria Coutinho e a *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*, de Antonio Candido, evidenciam o completo apagamento das escritoras, dentro do quadro literário nacional.

Na historiografia oficial, referente aos séculos XVIII, XIX e início do século XX, encontramos o nome de duas escritoras. A primeira delas foi Francisca Júlia da Silva Munster, poetisa parnasiana que publicara *Mármore*s (1895) e *Esfinges* (1903), que foi simplesmente citada, sem maior referência, pelo pesquisador Alfredo Bosi em *História concisa da literatura brasileira*<sup>3</sup>. A outra escritora foi Narcisa Amália de Campos, que também foi listada como uma poeta condoreira por Alfredo Bosi, no mesmo livro citado acima, na página 131. Antonio Candido, em *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*,<sup>4</sup> menciona também Narcisa Amália, classificada por ele como “exemplo típico de pessoa de aptidões mediana”.

Nenhum dos autores traz informações acerca da produção literária das mencionadas escritoras, bem como não trazem notas que façam referências a seus papéis de autoras e intelectuais. Entre os registros de Bosi, Candido e de Sylvia Paixão, integrante deste estudo, para efeito comparativo por ser mulher, um longo caminho teria que ser percorrido. Saliente-se que, a despeito da invisibilidade, nas antologias e historiografias elaboradas por homens, as mulheres sempre escreveram, como o demonstram pesquisas recentes.

Zahidé Lupinacci Muzart, em texto introdutório do livro *Escritoras brasileiras do século XIX* (2000), cita os livros de Inês Sabino, *Mulheres ilustres do Brasil*, do início do

---

<sup>3</sup> (BOSI, 1936, p. 244).

<sup>4</sup> (CANDIDO, 1981, p. 255).

século XX; Andradina de Oliveira, *A mulher rio-grandense* (1907); as antologias de Cândida de Brito, *Antologia feminina: escritoras e poetisas contemporâneas* (1929); Alzira Freitas Tacques, *Perfis de musas, poetas e prosadoras brasileiras* (1956), além da organizada por Domingos Carvalho da Silva, datada de 1959, *Vozes femininas da poesia brasileira* (MUZART, 2000, p. 17-18).

A ausência de nomes de mulheres que escreveram no século XIX e que não foram mencionadas pela Historiografia Brasileira, pelas razões aqui mencionadas, nos levam a buscar outros pesquisadores, em especial as mulheres, que voltam seus trabalhos acadêmicos na construção de uma nova Historiografia que registrem as autoras poetas e romancistas do período colonial e imperial.

De acordo com a pesquisadora Zahidé Muzart: “Embora à margem, a literatura feminina foi presença constante, principalmente nos periódicos do século XIX, tanto nos dirigidos por homens quanto nos números criados e mantidos por elas próprias” (MUZART, 2000, p. 18). Uma parte deste capítulo faz breve explanação sobre o tema, a seguir.

## **1.2 Da leitora de folhetins à escritora de jornais**

Até muito recentemente, havia referências da mulher como a principal leitora de folhetins, pouco ou quase nada se sabia a respeito de sua participação efetiva em periódicos do século XIX.

Constância Lima Duarte, pesquisadora e coordenadora do grupo Mulheres em Letras, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em livro publicado em 2016, *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX*, observa:

Quando as primeiras mulheres tiveram acesso ao letramento, imediatamente se apoderaram da leitura, que por sua vez as levou à escrita e à crítica. E independente de serem poetisas, ficcionistas, jornalistas ou professoras, a leitura lhes deu consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo de mulheres analfabetas, da condição subalterna a que o sexo estava submetido, e propiciou o surgimento de escritos reflexivos e engajados, tal a denúncia e o tom reivindicatório que muitos deles ainda hoje

contêm. Mais do que os livros, foram os jornais e as revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de aglutinação, divulgação e resistência (DUARTE, C. 2016, p. 14).

A referida pesquisadora observa que se desenvolveram primeiramente os jornais escritos por homens e destinados às mulheres, os quais tematizavam assuntos de modas, costumes e comportamentos às suas leitoras, segundo a ótica patriarcal, e depois os periódicos feministas, engajados, escritos por mulheres e que defendiam os interesses das mulheres. Segundo ela, “apenas a partir da década de 1980, quando no Brasil as mulheres tomam de assalto a construção da própria história, o periodismo feminino é ‘descoberto’ e se torna objeto de inúmeros artigos, dissertações, teses e livros” (DUARTE, C. 2016, p. 17).

Fundamentados nas pesquisas desenvolvidas por Constância Duarte, citamos os mais importantes jornais da época: *O Espelho Diamantino*, o primeiro título hoje conhecido, “Periódico de Política, Literatura, Belas Artes, Teatro e Modas, Dedicado às Senhoras Brasileiras” – circulou no Rio de Janeiro de 1827 a 1828, fundado por Pierre Plancher; *O Monitor das Brasileiras*, que circulou de 1829 a 1832, em São João del-Rei/MG, dirigido pelo professor José Alcebíades Carneiro, que defendia o acesso das mulheres à educação e ao debate político; o *Manual das Brasileiras*, surgido em São Paulo, em 1830, imbuído do desejo de contribuir para o esclarecimento do público feminino; *O Despertador das Brasileiras*, que circulou em Salvador sob a responsabilidade de Domingos Mondim Pestana; *O Espelho das Brasileiras*, que circulou em Recife, em 1831, sob a tutela do tipógrafo francês Adolphe Emile de Bois Garin e que foi onde Nísia Floresta inaugurou sua carreira de escritora; *A Mulher do Simplicio ou A Fluminense Exaltada* (RJ, 1832-1846); *A Marmota na Corte* (RJ, 1849-1852); *A Marmota Fluminense* (RJ, 1852-1857) e, por fim, *A Marmota* (RJ, 1859-1864), periódicos estes editados por Francisco de Paula Brito, que conciliava em suas matérias poesia, humor e política em seus tabloides.

Segundo conclusões de Constância Duarte, a literatura produzida por mulheres era múltipla e diversificada, pois os jornais ora eram assumidamente feministas, ora eram extremamente conservadores. Alguns se dedicavam a temas como literatura, educação,

política, lazer, moda, humor e outros traziam poesia, romance, charadas e escritos militantes em suas páginas.

Mais uma vez recorremos ao livro de Constância Lima Duarte, (2016, p. 21-24) para registrar as primeiras iniciativas femininas de que se tem notícia do periodismo escrito por mulheres no Brasil, no século XIX.

*Belona Irada contra os Sectários de Momo* (1833-1834) foi o primeiro jornal escrito por mulher no Brasil, em Porto Alegre, seguido de *Idade d'Ouro* (1833), um e outro sob a responsabilidade da escritora Maria Josefa Barreto; ambos posicionavam-se a favor do Partido Conservador. Seguem-se *A Filha Única da Mulher do Simplício* (1832) e *A Mineira no Rio de Janeiro*, ambos do Rio de Janeiro, que também tratavam de política e não de mulheres. O *Jornal das Senhoras* (1852-1855), fundado por Joana Paula Manso de Noronha, pregava a emancipação da mulher e trazia receitas e buscava nos homens apoio à causa da mulher. Citamos também *O Bello Sexo* (1862), surgido no Rio de Janeiro, fundado por Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, que pretendia provocar a manifestação feminina na imprensa, a favor do progresso social e *O Sexo Feminino* (1873), editado por Francisca Senhorinha da Mota Diniz.

Estes e os demais jornais femininos e feministas, como os romances produzidos até o final do século XIX, caíram no esquecimento pelas mesmas razões historiográficas que estamos referendando. A Historiografia literária no Brasil colonial e imperial foi inspirada na literatura portuguesa. Os manuais feitos por brasileiros eram submetidos às regras lusitana, que, por sua vez, não se preocupavam com métodos investigativos e documentais que privilegiassem à produção local, bem como os modos de produção e as condições dessa produção, bem específicos, no caso brasileiro.

Eliane Vasconcelos, em seu artigo “Rita Joana de Sousa” (in MUZART, 2000, p. 45-49) nos revela o registro da poetisa pernambucana, Rita Joana de Sousa, que viveu sempre em Olinda de 1696 a 1718, e faleceu com 22 anos, sem nenhum texto impresso e que figura na Historiografia luso-brasileira. Portanto, não se sabe se ela existiu de fato ou se foi uma “lenda” que representava as poetisas anônimas do seu tempo, que, possivelmente, tinham seus textos em seus baús e não foram publicados.

Outra poetisa privilegiada pelos historiadores que registravam os apadrinhados pela nobreza, porém em circunstâncias diferenciadas, foi Ângela do Amaral Rangel, nascida na cidade do Rio de Janeiro, possivelmente em 1725, cega, e que, apesar disso,

teve uma boa educação para uma mulher da sua época, inclusive com o domínio da língua espanhola.

A terceira poetisa do século XVIII agraciada pela Historiografia não investigativa foi Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira, que teria nascido em fins de 1758, na cidade de São João Del Rei. Foi musa e esposa do poeta árcade, o inconfidente Alvarenga Peixoto e por este motivo seu nome consta nos registros dos historiadores, uma vez que sua produção literária foi insuficiente e aleatória à estética neoclássica, como nos afirma Eliane Vasconcelos, no artigo “Bárbara Heliadora”, na antologia referendada acima: “A produção literária de Bárbara Heliadora é bastante reduzida e controvertida. A ela são atribuídos os poemas ‘Conselhos a meus filhos’ e um soneto dedicado a Maria Ifigênia, mas nem todos estudiosos são unânimes nesta atribuição” (VASCONCELOS, E. 2000, p. 63).

Como se vê, a falta de critérios e de pesquisas criou uma lacuna na Historiografia em relação à literatura feita por mulheres no Brasil colônia, registrando apenas três escritoras que foram privilegiadas pela elite e pelos historiadores conservadores e que não registraram nenhum tema feminino em seus textos.

A imprensa era eminentemente masculina, bem como os autores catalogados pelo cânone literário, que só registrou a pouquíssima literatura feita por homens de origem nobre, que estudaram em Portugal ou nas raríssimas universidades brasileiras e que pertenciam a alguma academia literária. As poucas mulheres inseridas foram as já citadas poetisas apadrinhadas política e literariamente pelos historiadores. Porém, havia mulheres que escreveram muito nos isolamentos de suas alcovas, que produziram até obras completas e não conseguiram editá-las, pelas várias razões aqui citadas.

Pesquisadoras como Susana Funck, Zahidé Lupinacci Muzart e Constância Lima Duarte, gerenciam ou gerenciaram grupos de pesquisas que se empenham no resgate de mulheres escritoras no Brasil, nos séculos passados, visando a reescrever uma nova historiografia que inclua a mulher escritora.

Dada a dificuldade de encontrar textos e escritoras do século XVIII, as pesquisas, entretanto, contém maiores registros de escritoras do no século XIX.

Do século XVIII, Zahidé Muzart cita apenas três nomes de mulheres escritoras, no artigo “Pedantes e *bas-bleus*: história de uma pesquisa”, que também se encontra na antologia *Escritoras brasileiras do século XIX*, organizada pela mesma Muzart:

Preferimos privilegiar no nome do livro o século XIX e, aparentemente, esquecer as três escritoras de séculos anteriores – Rita Joana de Souza, Ângela do Amaral Rangel e Bárbara Heliadora. E isso porque todas as outras 49 escritoras ou são nascidas no século XIX ou, mesmo no século XVIII, como Maria Josefa Barreto, Maria Clemência da Silveira Sampaio, Beatriz Brandão, Delfina Benigna da Cunha e Ildefonsa Laura César, somente publicaram suas obras no século XIX (MUZART, 2000, p.28).

As escritoras do século XIX preocuparam-se com a divulgação de suas obras e muito lutaram para serem percebidas pelos críticos literários da época, conforme ressalta Muzart. Empenharam-se, escrevendo prefácios e artigos nos periódicos da época, porém, percebem-se as ausências das mulheres na Historiografia Literária, obviamente inspiradas nos mesmos requisitos que apagaram seus nomes da História do Brasil, salvo raras e inspiradoras exceções.

Zahidé Lupinacci Muzart, a respeito da incipiente literatura escrita por mulheres, nos informa, no artigo “A ascensão das mulheres no romance” que:

Quando, no século XIX, as nossas primeiras escritoras, timidamente, ocultando-se em pseudônimos, temerosíssimas da opinião masculina dominante, tentaram publicar suas narrativas, tudo era visto com muita delicadeza como obras de senhoras e equivalendo-se ao crochê, tricô, bordado ou culinária. Mas atrás desse artesanato, existiram vozes que se fizeram ouvir até os dias de hoje, de repente, encontramos um número grande de escritoras brasileiras (MUZART, 2011, p. 17).

As mulheres, que, na metade do século XIX, nos períodos colonial e imperial, conseguiram estudar, ler os romances traduzidos e os produzidos por brasileiros, mesmo sem a aprovação dos maridos e pais, empreenderam esforços na luta pelos seus direitos com participação em movimentos sociais e literários, desenvolvendo suas escrituras em artigos de jornais e romances de folhetins.

Dentro de um universo de escritores estritamente masculino que compunham a literatura destes períodos referendados, as mulheres usaram da rebeldia e desobediência

aos paradigmas conservadores da época e produziram uma literatura, às vezes um tanto quanto acanhada, mas significativa, posto que esta traduzia os anseios e dificuldades de ser mulher e escritora.

Entre essas pioneiras listadas na antologia *Escritoras Brasileiras do século XIX*, (2000), organizada por Zahidé Lupinacci Muzart, podemos citar: Maria Josefa Barreto Pereira Pinto (nascida em 1786/88 e falecida em 09-11-183); Beatriz Francisca de Assis Brandão (29-06-1779 a 05-02-1868); Delfina Benigna da Cunha (17-06-1791 a 13-04-1857); Ildefonsa Laura César (1794 . Não se sabe a data de sua morte. Foi a primeira escritora brasileira a imprimir na sua lírica a marca do erotismo); Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806, e não se sabe a data da sua morte. De sua obra, conhece-se o livro *O ramallete ou flores escolhidas no jardim da imaginação*, editado em Porto Alegre, pela Tipografia Fonseca, em 1845 e reeditado, em 1990); Nísia Floresta Brasileira Augusta (12-10-1810; falecida em Rouen, França, em 24-04-1885. Foi a escritora brasileira que primeiro publicou contos, poesias, novelas e ensaios em jornais da chamada grande imprensa, como o *Diário do Rio de Janeiro*, *O Liberal*, *O Brasil Ilustrado*, *O Espelho das Brasileiras* de Recife, sempre comentando as questões mais polêmicas da época. O livro *Direito das mulheres e injustiça dos homens* foi o primeiro publicado, em 1832, em Recife/PE., deu-lhe o título de precursora do feminismo no Brasil); Violante de Bivar e Velasco (01-12-1827 a 25-04-1875); Clarinda da Costa Siqueira (26-12-1818 a 27-10-1867) ; Ana Luísa de Azevedo Castro ( nasceu em São Francisco do Sul/SC, provavelmente em 1823, e faleceu no Rio de Janeiro em 22-01-1869. Autora do romance *D. Narcisa de Vilar* e publicou poemas em *A Marmota*, em 1860. O romance foi reeditado em 1997, pela Editora Mulheres, de Florianópolis).

Nessa lista, destaca-se um nome, o da escritora Maria Firmina dos Reis. Mulher, negra, pobre e maranhense, teria contra si todas as dificuldades para estudar, escrever e desenvolver uma trajetória intelectual, mas, a despeito de todas as vicissitudes, publicou em jornais, atuou na educação e é autora do primeiro romance abolicionista do Brasil, *Úrsula*.

Um caso singular na nossa literatura, a escritora negra Maria Firmina dos Reis nasceu em 1825, em São Luís, Maranhão. Paralelamente às atividades, como professora em Guimarães/MA, ela empreendeu participação constante na imprensa da capital do

Estado participando dos veículos: *O Paiz*, *Revista Maranhense*, *Diário do Maranhão*, *Pacotilha* e *O Federalista* publicando diversas poesias, crônicas e contos.

Em 1859, aos 34 anos, publica o romance *Úrsula*. O romance é tido, por diversos historiadores, não apenas como o primeiro romance abolicionista brasileiro, mas também como o primeiro romance da literatura afro-brasileira.

Segundo Norma Telles:

Nossa literatura abolicionista é escassa. Considera-se que os debates que a partir do século XVIII inflamaram a Europa contra a escravidão, tiveram fracos ecos entre nós. Até a década de 70 do século passado, são poucos os escritos abolicionistas mencionados nas antologias. Nunca nelas se inclui os artigos, panfletos ou livros de autoria de escritoras. A mulher, no entanto, desempenhou um papel ativo nas lutas contra a escravidão assim como escreveu a respeito dela, fazendo propaganda abolicionista. A inclusão desses textos certamente enriqueceria nossa tradição (TELLES, 1989, p. 75).

Se rastreamos o nome da escritora Maria Firmina dos Reis na Historiografia literária nacional, encontraremos quase nada. Sílvio Romero, ao comentar sobre a literatura maranhense, arrola 52 poetas. Maria Firmina é incluída nessa lista, porém em nota de rodapé. Outro que faz referência a seu nome é Wilson Martins, na *História da Inteligência brasileira* (1977), com a seguinte nota:

Apenas para registro, mencionaremos, no mesmo ano, A Filósofa do Amor, de Ana Eurídice Eufrosina de Barandas [?/?], precursora, com Delfina Benigna da Cunha, das letras femininas no Rio Grande do Sul. [...] Devem ser deste mesmo ano ou de pouco mais tarde os Cantos à Beira-mar, de Maria Firmina dos Reis (1825-1881), impressos em São Luís do Maranhão (MARTINS, W. 1977, p. 320).

A imprecisão da informação, o lugar marginal do rodapé do texto e o apagamento generalizado reflete, conforme sabido, o não-lugar da mulher na literatura brasileira, até início do século XX, de balde os esforços isolados de um e outro caso, que não constituem, todavia, uma representação expressiva ou realística da mulher escritora no panorama cultural do Brasil.

Nesse aspecto, os estudos de gênero<sup>5</sup> e pesquisas que se empenham especificamente sobre a escrita de mulher vêm trazer sua contribuição, mormente àqueles que se debruçam sobre os arquivos e jornais de séculos passados, com a tarefa de trazer à luz as vozes das mulheres que deram seu testemunho, como escritoras e ou jornalistas, usando a letra para expressar suas angústias e contar, por outro viés, a participação feminina na sociedade colonial e imperial brasileira.

Ao editar a obra, Maria Firmina adotou medidas preventivas: *Úrsula* foi publicado sob o pseudônimo de “Uma Maranhense”. A ausência do nome da escritora revelava o apagamento da voz da mulher negra, no panorama da literatura nacional. No prólogo do romance, a autora declarou que “pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados” (REIS, 2009, p. 13). Sobre essa escritora discorreremos no próximo capítulo.

---

<sup>5</sup> Este trabalho não prioriza a questão dos estudos de gênero como tópico de discussão. No entanto, é inegável a contribuição deste campo nas pesquisas que envolvem a escrita feminina. Ressalto também que os estudos de gênero foram fundamentais à compreensão e à reflexão da escrita de Maria Firmina dos Reis, na qual destaco duas linhas de análise: o da escrita de mulher e o da escrita negra.

**CAPÍTULO 2**  
**MARIA FIRMINA DOS REIS, PRECURSORA DO ROMANCE**  
**ABOLICIONISTA NO BRASIL**

PORVER-TE

Por ver-te  
Tudo – tudo eu daria:  
A vida, a alma, oh céus!  
Te ofereceria.

Por ver-te inda uma vez  
Meu coração  
Anseia desejoso!  
Por ver-te a mim rendido de afeição,  
Por ver-te venturoso.

Por ver-te a paz, que gozo, - o ar, que gira  
Em todo o firmamento,  
Eu quisera me fossem denegados,  
Só por ver-te um momento.

Por ver-te, ind'eu quisera aniquilado  
O céu, o mar, a terra, o ar, o vento  
Quisera, pendurados nos abismos,  
Ver os astros perderem o movimento.

Quisera que em meu leito, a horas mortas,  
Tétrico, espectro mina, sinistramente,  
Me viesse despertar – depois a morte,  
Meus dias terminassem – duramente.

Por ver-te, tudo isso me causara,  
Não pesar – alegria.  
Por ver-te uma só vez durante a vida,  
Por ver-te inda um só dia.

(REIS, *Apud MORAIS FILHO, 1975, s. p.*)

Maria Firmina dos Reis é autora dos romances *Úrsula*, *Gupeva*, do conto “A escrrava” e nos apresenta como uma competente poeta romântica, telúrica e antiescravagista, autora deste poema transcrito acima e dos demais publicados nos

jornais da Capital do Maranhão e no livro de poemas *Cantos a Beira-Mar*, porém é desconhecida pela maioria dos habitantes de São Luís, sua terra natal; em Guimarães/MA, município em que passou a maior parte da sua vida ensinando e escrevendo, e naturalmente, no Brasil. Seu nome ainda é pouco veiculado entre os leitores, estudantes de literatura, e nas academias.

Tanto desconhecimento motivou-nos a pesquisar os trabalhos dos que estudam a obra dessa escritora maranhense. Régia Agostinho da Silva nos afirma em sua tese *A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX*, quanto à biografia de Firmina, que o pioneiro na pesquisa foi José Nascimento Morais Filho:

Só existe uma única biografia sobre a vida de Maria Firmina dos Reis, de Nascimento Morais Filho, intitulada: *Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida*. São Luís: COSCN, 1975. Onde o autor reúne o que, segundo ele, seriam fragmentos de uma vida, portanto as informações sobre a vida de Maria Firmina dos Reis encontram-se de forma esparsa, na pesquisa de Morais Filho. Como não é nossa intenção fazer uma biografia sobre a autora, e sim discutir suas ideias como mulher e escritora, tomaremos o trabalho de Nascimento, quando ele se fizer necessário. A escassez de biografias sobre a autora, em nosso entendimento, só reafirma seu quase esquecimento como escritora (SILVA, 2013, p. 87).

Catalogamos nossos dados com a ajuda das informações de Horácio de Almeida e José Nascimento Morais Filho, que foram os responsáveis por tirar Maria Firmina dos Reis do ostracismo a que estava submetida.

O início do resgate do nome de Maria Firmina dos Reis deu-se em 1962, com o bibliófilo Horácio de Almeida que comprou um lote de livros usados, num sebo do Rio de Janeiro, e, entre esses livros estava o romance da 1ª edição de *Úrsula: um romance original brasileiro*, assinado com o pseudônimo de “Uma Maranhense”.

O bibliófilo buscou informações nos dicionários biográficos e conseguiu descobrir a identidade da escritora maranhense, conforme informações de Luiza Lobo em *Crítica sem Juízo*:

O crítico garimpou a identidade do pseudônimo de ‘Uma Maranhense’ no *Dicionário por Estados da Federação*, de Otávio Torres, onde identificou a autora; coletou mais dados sobre ela no *Dicionário biográfico brasileiro*, de Sacramento Blake, conforme nos informa no prefácio à edição fac-similar do romance que preparou em 1975<sup>6</sup> e nos *Anais do Cenáculo* (LOBO, 1993, p. 224).

Descoberta, através de pesquisas, a identidade da autora Maria Firmina dos Reis, o investigativo Horácio de Almeida doou o exemplar raro da primeira edição de *Úrsula* de 1859 ao Estado do Maranhão, na gestão do governador Nunes Freire<sup>7</sup>, e a partir de então, as edições posteriores do aludido romance, 1975, 1988 e 2009, puderam vir a público.

José Nascimento Morais Filho, escritor maranhense, descobriu casualmente, em 1973, na Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís/MA, quando fazia uma pesquisa de textos natalinos de autores maranhenses, a primeira edição de *Úrsula* e demais textos da autora, e, a partir de então, desenvolveu pesquisas e publicou uma biografia de Maria Firmina dos Reis, como nos atesta a historiadora maranhense, Régia Agostinho da Silva, em sua tese de doutorado:

Morais Filho, em 1975, lança *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida*, onde reúne poesias, contos, hinos, depoimentos de ex-alunos e alunas da escritora, já nonagenários na época. Apesar do valor inestimável do livro de Morais Filho para todo aquele que queira estudar Maria Firmina dos Reis, trata-se de uma biografia no seu sentido mais tradicional do termo. Onde são descritos e retomados “fragmentos” da vida de Maria Firmina e a grande preocupação do autor é falar do pioneirismo da autora como a primeira mulher a publicar romance no Brasil, fato, aliás, diversas vezes contestado pela crítica especializada (SILVA, 2013, p. 90).

---

<sup>6</sup>ALMEIDA, Horácio de. “Prefácio”, In: Maria Firmina dos Reis, *Úrsula*, edição fac-similar. Rio de Janeiro, Olímpica, 1975. Ver Augusto Vitorino Sacramento Blake, *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, Nacional, 1883-1902. V. 6.

<sup>7</sup>Essas informações são de José Nascimento Morais Filho em seu livro: *Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida*. São Luís: COCSN, 1975. *Apud*. SILVA, Régia Agostinho da. *A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX*. Orientador: Horácio Gutiérrez. 2013. 177 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em < file:///C:/Users/User/Downloads/2013\_RegiaAgostinhoDaSilva%20(2).pdf > Acesso 05-02-2016.

A partir dessa pesquisa nasce a biografia e a pequena fortuna crítica de Maria Firmina dos Reis, que se encorpa com a catalogação pioneira de José Nascimento Morais Filho em *Fragmentos de uma vida* (1975); com a tese de doutorado de Algemira de Macêdo Mendes *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. (2006); com às dissertações de mestrados de Juliano Carrupt do Nascimento *O romance Úrsula de Maria Firmina dos Reis: estética e ideologia no Romantismo brasileiro* (2009) e a de Melissa Rosa Teixeira Mendes *Uma análise das representações sobre as mulheres no Maranhão da primeira metade do século XIX a partir do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis* (2013). Registramos ainda o prefácio à terceira edição de *Úrsula* por Charles Martin (1988), e o posfácio à quarta edição, elaborado por Eduardo de Assis Duarte (2009), além dos demais autores, relacionados na referência deste trabalho.

## 2.1 Álbum de anotações

Segundo informações do seu descendente, José Ribamar Sousa dos Reis, no artigo “Falta de respeito aos restos mortais de Maria Firmina dos Reis”, publicado em *Sobre Maria Firmina dos Reis* (2015), Maria Firmina dos Reis “nasceu a 11 de outubro de 1825 no Hospital da Santa Casa de Misericórdia” e viveu até os cinco anos de idade no bairro de São Pantaleão, na Ilha São Luís, capital da então província do Maranhão (2015, p. 77). A pesquisadora Régia Agostinho da Silva nos diz em sua tese que “o dia da mulher maranhense ficou sendo desde então, 1975, o dia 11 de outubro, dia do nascimento da escritora” (2013, p. 96). Em Guimarães/MA, onde Firmina viveu, trabalhou na educação e escreveu, o referido dia é feriado municipal, segundo informações de Osvaldo Luís Gomes.

Os que a conheceram, quando tinha 85 anos, descreveram-na para o primeiro pesquisador, José Nascimento Morais Filho, como sendo de: “rosto arredondado, cabelo, crespo, grisalho, fino, curto, amarrado na altura da nuca; olhos castanho-

escuros; nariz curto e grosso; lábios finos; mãos e pés pequenos; meã (1,58, pouco mais ou menos), morena” (MORAIS FILHO, 1975. s. p.).

Na verdade, Maria Firmina dos Reis era mulata e bastarda, rebento extraconjugal entre uma portuguesa e um escravo africano. Cabe a nós, leitores, idealizar o perfil de Maria Firmina dos Reis, uma vez que não há retrato, nem pintura ou escultura que a represente com fidedignidade. Sabemos, portanto, que era afrodescendente pelo lado paterno. Foi registrada como filha de João Pedro Estevão e Leonor Reis<sup>8</sup>. Nasceu e viveu num contexto de extrema segregação social e racial como era a realidade destinada aos negros e seus descendentes no século XIX.

Em 1830, aos cinco anos de idade, mudou-se com a família para a Vila de São José de Guimarães, a 439Km de São Luís (por terra) e a 55Km da capital do Estado do Maranhão (por mar), que, até então, fazia parte do município de São Luís do Maranhão, e não ao município de Viamão, que nunca existiu no Maranhão. Porém a maioria dos pesquisadores foram induzidos por Moraes Filho, considerando Guimarães como território do município de Viamão, o que é um engano, pois não se acha tal município no mapa geográfico/político do Brasil, nem em nenhum site da internet e nem na relação dos municípios do Maranhão no site do IBGE,<sup>9</sup> bem como nas informações da entrevista que fizemos, no dia 23-02-2016 a Osvaldo Luís Gomes, natural de Guimarães/MA.

Segundo a Senhora Nhazinha Goulart, que fora criada por Maria Firmina dos Reis até a idade de 15 anos, mais ou menos, a sua mãe e professora tinha o apelido de

---

<sup>8</sup> Conforme a segunda via da certidão de óbito de Maria Firmina dos Reis, datada de 17-09-1975, pelo Cartório do Registro Civil de Guimarães, In: *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*. São Luís: COCSN, 1975, seus pais chamavam: João Pedro Estevão e Leonor Reis, porém há outros registros da grafia dos nomes do seu progenitor e da sua mãe. O próprio José Nascimento Moraes Filho, no referido livro, e outros pesquisadores, citam: João Pedro Esteves e Leonor Felipe dos Reis, outros Leonor Felipa dos Reis.

<sup>9</sup> Consultamos no mapa geográfico/político do Brasil, no Google, no Google Earth, e em demais sites da internet e não encontramos nenhum município no Estado do Maranhão com o nome de Viamão, apenas no Rio Grande do Sul tem um município com este nome. Acreditamos que Viamão seja um cognome popular absorvido e atribuído por José Nascimento Moraes Filho ao município de São Luís, na biografia pioneira que escreveu sobre Maria Firmina dos Reis, contida em seu livro: *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida*. São Luís: COCSN, 1975. A página Maranhão>> Guimarães >> histórico do IBGE nos diz que: “Doado à Coroa, no decurso de 1758, sua fazenda de Guarapiranga foi o ponto inicial do atual Município de Guimarães. Já no ano seguinte, era fundada a vila, sob a denominação de São José de Guimarães e logo incorporada à comarca de São Luís do Maranhão.” Logo a diante diz: “Distrito criado com a denominação de Guimarães, pela provisão de 23-03-1758. Elevado à categoria de município com a denominação de Guimarães, pela lei provincial nº 7, de 29-04-1835”. p. 01. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=210490>> Acesso 10-02-2016.

Diliquinha, chamado pelos familiares e os íntimos, conforme atesta MORAIS FILHO, (1975, s. p.).

De acordo com Norma Telles, Maria Firmina dos Reis “viveu com a família extensa, constituída pela avó e por duas gerações de irmãs, a mãe e a tia materna, ela e a irmã. Uma casa de mulheres” (TELLES, 2004, p. 410). Nessa casa da tia afortunada, Henriqueta, em Guimarães/MA, não houve registro de domínio masculino tanto na parte econômica como na criação de Firmina e da irmã, de forma direta. As suas melhores amigas, segundo Luiza Lobo no artigo “Auto-retrato de uma pioneira abolicionista.”, publicado em *Crítica sem Juízo* (1993) eram Balduína e a irmã Amália Augusta dos Reis.

A tia materna, de acordo com Maria Lúcia de Barros Mott, em *Submissão e resistência. A mulher na luta contra a escravidão*, era “melhor situada economicamente” (1988, p. 61). Sobre a situação financeira da família a escritora maranhense, Norma Telles complementa:

Possuía alguns recursos e era proprietária de uns poucos escravos, ali construíra uma casa de alvenaria, igual a tantas que ainda hoje existem pelo interior do Brasil, para as férias de veraneio da família. Mais tarde, a casa se tornou moradia permanente (TELLES, 2004, p. 410).

Encontramos a foto da casa/escola em que Maria Firmina dos Reis viveu e ensinou, situada na praça Luís Domingues, em Guimarães/MA, nos arquivos de Osvaldo Luís Gomes. A foto é antiga, datada da década de 1950, mas ilustra e documenta a breve biografia da autora, proposta neste trabalho, com o fim de elucidar aspectos de sua vida e obra:



**Figura1.** Antiga casa/escola de Maria Firmina dos Reis em Guimarães – MA, a do lado esquerdo com porta e janelas em arcos. (Foto do arquivo do professor/vice-prefeito Osvaldo Luís Gomes).

Não houve preservação e tombamento do local da casa/escola onde viveu Maria Firmina dos Reis que foi substituída por duas lojas, Armazém Paraíba e Lojas Credinorte Móveis, conforme se observa abaixo:



**Figura 2.** Lugar onde antes fora a casa/escola de Maria Firmina dos Reis em Guimarães/MA. (Foto nossa).

A intenção, ao sobrepor essas imagens, é a de representar os efeitos da corrosão do tempo sobre a memória. Como se perderam as casas e as construções, também se perdeu, por tempo considerável, o nome da escritora maranhense, Maria Firmina dos Reis. Ao tentar resgatar sua biografia, intentamos trazer de volta sua obra e sua representação social. Pretendemos, também, entender as circunstâncias e os valores da sociedade da época, para melhor ler sua escrita e as razões de seu apagamento, na história literária brasileira. Derrubadas as construções originais, restou a placa, que se segue, afixada na fachada do prédio, onde hoje funciona um armazém:



**Figura 3.** Placa concernente ao único registro do local que fora a casa/escola de Maria Firmina dos Reis em Guimarães/MA, na fachada do prédio do Armazém Paraíba. (Foto nossa)

Sobre a pequena e rara fortuna crítica de Maria Firmina dos Reis, a despeito das informações orais e entrevistas com professores de Guimarães/MA, a fim de garimpar informações sobre a vida e a formação escolar da autora, não encontramos muito que pudesse acrescentar à biografia da aludida escritora. As informações mais precisas estão fundamentadas nas pesquisas feitas por José Nascimento Morais Filho.

Encontramos um pequeno texto, escrito em 1863, em um álbum de recordações intitulado “Resumo da minha vida”, redigido, em manuscrito, por Maria Firmina dos Reis, compilado no livro de José Nascimento Morais Filho, *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida* (1975).

Essas anotações reunidas pelo pesquisador possivelmente foram escritas a partir de 1853, uma vez que é essa a data do primeiro texto. A publicação de Moraes Filho contempla só uma parte dos textos escritos à mão por Maria Firmina dos Reis, que foram entregues por ela a seu filho adotivo, que era ator de teatro e apresentava-se no Teatro Recreio Dramático, em Guimarães/MA, antes da sua morte. Consta que tais composições literárias foram roubadas em um hotel em São Luís/MA, como informou o Sr. Leude Guimarães, nesta transcrição contida em *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida*:

Quando vim para São Luís. Depois de sua morte, revelou-nos o Sr. Leude Guimarães, trouxe muitos manuscritos seus. Eram cadernos com romances e poesias e um álbum onde havia muita coisa de sua vida e da nossa família. Mas os ladrões, um dia, entraram no quarto do hotel onde estava hospedado, arrombaram o baú, e levaram tudo o que nele havia. Só me deixaram, de recordação, os restos desse álbum, que encontrei pelo chão! (GUIMARÃES, Leude. *Apud*: MORAIS FILHO, 1975, s. p.).

Acreditamos que foi uma perda irreparável à memória de Maria Firmina dos Reis e à Literatura Brasileira, porque, nestes cadernos manuscritos, poderíamos ter acesso a registros memorialísticos, além de poemas e textos em construção e a possíveis romances inéditos. O que nos chegou, através de parte desse álbum intitulado “Resumo da minha vida”, foi um pequeno texto citado por Moraes Filho onde temos uma pequena visão sobre sua infância e formação escolar em Guimarães/MA.

Antes de citar o referido texto, vamos reportar à época que Maria Firmina viveu e a educação oferecida na província do Maranhão neste período, segundo estatística encontrada na tese de Algemira Macêdo Mendes, oriunda do Dicionário de César Augusto Marques: “Em 1857, entre os alunos de aulas públicas e particulares na província, havia 1849 meninos e 347 meninas cursando o primário e uns 200 alunos no secundário” (MARQUES, 1870. *Apud* MENDES, A. 2006, p. 26).

Na pesquisa contida em *Fragments de uma vida*, José Nascimento Moraes Filho nos diz que, em 1859, ano de publicação de *Úrsula*, em todo Maranhão, havia “2115

alunos e 433 alunas no primário e 200 alunos no secundário”.<sup>10</sup> Os filhos dos senhores latifundiários estudavam em colégios e universidades de Portugal. Portanto, se Maria Firmina dos Reis nasceu em 1825, trinta e quatro anos antes dessas estatísticas, a situação da educação no Maranhão e no império era muito mais escassa e elitizada, principalmente aquela destinada à mulher, notadamente uma mulher negra e pobre.

Nesta época, São Luís, com pouco menos de 30.000 habitantes, possuía poucas escolas particulares e a Vila de São José de Guimarães nenhuma. A única possibilidade de Maria Firmina ter tido uma educação escolar foi em sua própria casa como ela mesma nos afirma no pequeno trecho do seu diário “Resumo de uma vida”:

De uma compleição débil e acanhada, eu não podia deixar de ser uma criatura frágil, tímida e, por consequência, melancólica: uma espécie de educação freirática veio dar remate a estas disposições naturais. Encerrada na casa materna, que só conhecia o céu, as estrelas e as flores que minha avó cultivava com esmero; talvez por isso eu tanto amei as flores; foram elas o meu primeiro amor. Minha irmã... minha terna irmã e uma prima querida foram as minhas únicas amigas de infância; e, nos seus seios, eu derramava meus melancólicos e infantis queixumes; por ventura sem causa, mas já bem profundos (REIS, *apud* MORAIS FILHO, 1975, s. p.).

Um traço na escrita de Maria Firmina dos Reis é a capacidade de retratar a si e as mulheres como seres sofredores. Nesse texto ela se autoanalisa como de “uma compleição débil e acanhada, eu não podia deixar de ser uma criatura frágil, tímida e, por consequência, melancólica” (REIS, *apud* MORAIS FILHO, 1975, s. p.).

Na verdade, ela faz uma autodescrição, que, provavelmente, estender-se-ia às mulheres da sua época, tolhidas sob as influências de uma educação patriarcal e apoiadas num moralismo católico. Porém se deve ressaltar que a educação que a escritora teve foi diferenciada, a começar pelo fato de ter sido uma educação feita por mulheres: pela mãe, a avó, a tia Henriqueta e demais mulheres do seu seio familiar.

Não teve, portanto, nenhum registro educacional e nem marcas comportamentais da presença paterna e masculina na sua formação direta. Esse dado pode ter influenciado de forma significativa sua escrita, onde se percebe que Firmina,

---

<sup>10</sup> Essas pesquisas citadas não têm comprovação científica, pois ainda não havia órgão como o IBGE.

subvertendo as marcas de exceção, a timidez e a fragilidade, imprimiu em seus textos uma ânsia de lutar pelas mulheres, pelos negros e por todos os excluídos.

Maria Firmina dos Reis afirma em seu diário que teve uma educação freirática, ou seja, aquela educação destinada à formação das mulheres como esposas e dona do lar, voltada para os afazeres da casa, para a organização do lar e influenciada pelos dogmas católicos, cujo conhecimento era o saber ler, escrever, as operações matemáticas, corte, costura e prendas domésticas. Descarta-se qualquer possibilidade dessa educação ter sido em algum convento católico, pois desde a sua época até os dias atuais não há conventos em Guimarães/MA e em nenhuma cidade da região deste município, exceto em São Luís/MA, como nos informou, em entrevista, no dia 23-02-2016, Osvaldo Luís Gomes. Subtende-se que essa educação fora feita em sua própria casa, como era costume da época, possivelmente pela sua tia afortunada que deveria ter alguma formação educacional.

Todos os pesquisadores afirmam que Maria Firmina dos Reis foi autodidata. Essa informação é procedente, uma vez que Guimarães, nesta época, era o quinto município em importância para a Província do Maranhão e só foi ter a primeira escola primária em 1838, mesmo ano em que se deu a fundação do primeiro colégio público, de ensino secundário, em São Luís/MA, o Liceu Maranhense, que teve o professor, jornalista e poeta Francisco Sotero dos Reis<sup>11</sup> como seu primeiro diretor e que era primo, por parte de mãe, de Maria Firmina dos Reis que então estava, nessa época, com treze anos de idade.

As informações recolhidas na biografia da autora nos atestam que Maria Firmina dos Reis, embora afrodescendente, e sofrendo todos os tipos de discriminação social da época, teve alguns privilégios econômicos e culturais para a realidade em que vivia. Morava na casa de veraneio da sua tia Henriqueta, no centro de Guimarães; segundo

---

<sup>11</sup> Francisco Sotero dos Reis: nascido em São Luís – MA (1800-1871). Parlamentar, filósofo, professor, lente de latim do Liceu Maranhense do qual foi primeiro diretor. Publicista e poeta, fundou os jornais maranhenses: *Constitucional* e *O Maranhense*. Colaborou com: *Investigador Maranhense*, *O Observador*, *Publicador Maranhense*, *A Revista* e *Os Correios de Anúncios*. Conforme Silvio Romero, em *História da Literatura Brasileira* (1949), colaborou, juntamente com Joaquim Sousa Andrade, Henrique Leal e outros no *Semanário Maranhense*. Ocupou a cadeira 17 da Academia Maranhense de Letras e foi Patrono da Academia Brasileira de Letras. Autor das obras: *Curso de literatura portuguesa e brasileira*, *Apostillas de gramática geral aplicada à língua portuguesa pela análise dos clássicos*, *Curso de literatura romana e outras*. MEIRELES, Mário. *Panorama da literatura maranhense*. São Luís: Imprensa Nacional São Luís, 1955, p. 71-72.

consta, essa tia tinha um bom nível cultural, era afortunada e ensinou-a a ler e a escrever.

Pelas mãos da tia, Maria Firmina foi algumas vezes a São Luís do Maranhão, de barco à vela e barco a vapor<sup>12</sup>, que eram os únicos meios de transporte para a travessia dos igarapés e da Baía de Cumã, navegando os 55km no Atlântico equatorial até à Baía de São Marcos, rumo à capital da Província do Maranhão.

Tida como uns dos maiores celeiros culturais do Brasil na época, São Luís era considerada a Atenas Brasileira e as razões para tal epíteto explicavam-se por ser ela a pátria de grandes escritores como Gonçalves Dias, Josué Montello, Graça Aranha, Aluísio de Azevedo, Francisco Sotero dos Reis, entre outros.

Já adulta e professora, supostamente, Maria Firmina dos Reis teria feito este percurso de Guimarães a São Luís/MA, várias vezes, em suas férias, à procura de fontes para seu conhecimento, como nos sugere Luiza Lobo no artigo “Luz e sombra na obra de Maria Firmina dos Reis”: “em seu álbum, são constantes as referências aos vapores para Belém do Pará” (LOBO, 2015, p. 117). Barcos estes que faziam escalas em Guimarães/MA, conforme citações no seu diário em “Fragmentos de uma vida”.

Presumivelmente, conforme observa Morais Filho, Maria Firmina dos Reis deve ter circulado pelos colégios e pelos meios acadêmicos ludovicenses, na sua adolescência e na vida adulta, como já então professora de Guimarães/MA, sob discreta influência do seu primo Francisco Sotero dos Reis, que deve ter lhe fornecido livros, sobretudo os romances nacionais, ingleses e franceses. Assim, ela, autodidata, buscou as fontes para sua formação pedagógica, cultural e literária, porque, ao analisarmos suas obras, percebemos que mesmo à mercê da sorte, vivendo nos rincões do Maranhão e distante das outras metrópoles culturais e da corte, a escritora pesquisou e leu os melhores livros e romances de sua época e ainda teve acesso à literatura anterior, trovadoresca, humanista, clássica, barroca e, sobretudo a romântica.

Em suas obras, poderemos constatar influências, citações e intertextos de: William Shakespeare, George Gordon Byron, Bernardin de Saint-Pierre, Louis de Larmatine, Harriet B. Stowe, Almeida Garret, entre outros. Essas marcas significam que mesmo ela

---

<sup>12</sup>Segundo Osvaldo Luís Gomes em entrevista concedida em 23-02-2016 e os pescadores da Baía de Cumã, em Guimarães/MA, na época de Firmina os navios a vapor faziam o trajeto São Luís- Belém-Manaus fazendo escala em Guimarães. Nos séculos anteriores as caravelas francesas e portuguesas faziam também esse trajeto para a colonização deste país.

não conhecendo nenhum outro centro cultural do Brasil, da América e da Europa, exceto São Luís, e vivendo sempre em Guimarães, teve contato com o melhor da literatura brasileira, europeia e americana, no seu tempo.

César Augusto Marques, em seu *Dicionário histórico, geográfico, topográfico e estatístico da Província do Maranhão* nos diz que “é difícil, pela documentação, conhecermos as leituras de Maria Firmina dos Reis, mas, como fez traduções do francês para publicações, é provável que dominasse esse idioma. Em seus poemas, encontram-se também epígrafes em francês” (MARQUES, 1870, s. n. *apud* MENDES, A. 2006, p. 26).

Fundamentados em fatos históricos, sabemos que a cidade de São Luís e todo o Maranhão foram colonizados por franceses. Mesmo depois do posterior domínio português, evidentemente ficaram famílias e as influências do povo francês, em todo Maranhão. Até mesmo nas relações familiares, Maria Firmina tinha laços com a França: sua filha adotiva fora casada com um filho de francês, tataravô de Osvaldo Luís Gomes.

Em seu diário, Firmina descreve a passagem da infância à adolescência: “Mas a infância passou, como passa para todo homem, e eu tive mais vigor e minha vida adquiria mais forças; meu coração como que expandiu-se (*sic*) um pouco, vividos raios de sol da adolescência (REIS, *apud* MORAIS FILHO, 1975, s. p.). Nesses trechos de escrita íntima, percebem-se traços da escritora que se manifestaria, depois, influenciada pela escrita da época, com traços de subjetividade intensa e símiles, como queria o gosto do século XIX.

Antes de iniciar suas atividades como escritora, quando já era moça com vinte e dois anos de idade, em 1847, Maria Firmina dos Reis “disputa com duas concorrentes a vaga da cadeira de instrução primária, professora de primeiras letras da cidade de Guimarães, e é a única aprovada” (MORAIS FILHO, 1975, s. p.) Essa notícia foi dada pelos jornais *Publicador Maranhense* e *O Progresso* que funcionavam como diários oficiais do governo do Maranhão, conforme nos informa José Nascimento Morais Filho:

Este último por havermos verificado que trazia algumas vezes atos oficiais. E qual não foi a surpresa, dele e nossa ao deparar, não com ato oficial de nomeação, mas com uma notícia local da sua aprovação no concurso a que se submetera disputando com mais duas, e no mês de agosto?!... Justamente o mês indicado por Sacramento Blake como de sua nomeação?!... Vamos agora à nota:

## NOTÍCIA LOCAL

“Tendo sido examinadas no dia 11 do corrente no Palácio Governo as opositoras à cadeira de 1<sup>as</sup> Letras do sexo feminino da Vila de Guimarães, D. Úrsula da Graça de Araújo, D. Mariana Firmina dos Reis, e D. Antônia Bárbara Nunes Barreto, unicamente a segunda foi aprovada, por ter sido julgada competente habilitada” (*O PROGRESSO*, 13 de 8 de 1847 *apud* MORAIS FILHO, 1975, s. p.).

Após ser aprovada em um concurso público, lecionou como professora de primeiras letras, de 1847 a 1880, conforme se lê no artigo de Dilercy Aragão Adler, “Elogio à patrona Maria Firmina dos Reis”: “Dedicou-se ao magistério, uma das poucas atividades trabalhistas designadas às mulheres de sua época” (ADLER, 2015, p. 35).

Embora fosse a única profissão permitida às mulheres de seu tempo, Firmina destaca-se por ser professora concursada pela Secretaria de Educação da Província. Além disso, revela outra importante característica social da época: o ofício de professora era a opção das mulheres que não se casavam, cujo dever primeiro seria o de exercer os ofícios domésticos, educando os filhos e mantendo a casa em ordem. Ainda que fosse professora concursada, Maria Firmina dos Reis lecionava na sua própria casa, como era a *práxis* daquele período, o que, mais uma vez confirma o espaço restrito da mulher na sociedade brasileira dos oitocentos.

No entanto, sua participação cultural não se restringia aos domínios do lar. Suas leituras e sua participação, desde a adolescência, em movimentos culturais de Guimarães e São Luís/MA, deram-lhe uma consciência política, humanista e abolicionista diferenciada, capaz de moldar-lhe um comportamento pessoal, profissional e literário diferenciado. Um episódio narrado pela senhora Nhazinha Goulart, filha adotiva de Maria Firmina dos Reis a José Nascimento Morais Filho, nos revela a atitude ocorrida no dia em que Firmina foi ser nomeada professora.

Seus familiares, em especial sua mãe, Dona Leonor Reis, preocupados com o *glamour* necessário à ocasião da sua posse e a seu *status* como professora de primeiras letras, resolveram alugar um palaquim (espécie de liteira em que as pessoas mais ricas se faziam transportar, conduzidas por escravos) e ela, opondo-se até a insistência dos escravos de sua tia Henriqueta que faziam questão de lhes carregar, com plena consciência abolicionista, recusou-se decisivamente: “Negro não é animal para se andar

montado nele” (MOARAI FILHO, 1975, s. p.). E, humildemente, foi a pé à cerimônia, andando pelas ruas de São Luís.

Outra atitude diferenciada de Maria Firmina dos Reis fora sua preocupação com a formação cultural e a conscientização das mulheres. Logo que começou a ensinar em sua casa/escola, criou uma classe destinada à educação das meninas, além daquela destinada aos meninos, conforme era o paradigma da educação freirática da época, como nos diz seu primeiro pesquisador: “Mas ‘eis senão quando’, ao procurar outro assunto, embora relacionado com a pesquisa, no Almanaque de Antônio Rego, para o ano de 1849, lá encontramos D. Maria Firmina dos Reis lecionando as meninas da Vila de São José de Guimarães!...” (MORAIS FILHO, 1975, s. p.).

E o pesquisador, membro da Academia Ludovicense de Letras, em seu artigo “Algumas notas sobre Maria Firmina”, nos diz que “no ano de 1867, a Inspeção de Ensino registrava a frequência dos alunos das diversas aulas régias, incluindo as da Vila de Guimarães, com 8 alunas na aula” (VAZ e ADLER, 2015, p. 98). Essa preocupação em educar formalmente as mulheres já denunciava sua vontade de maior participação feminina na vida pública e seu desejo de formar mulheres com maior consciência sobre si e seus papéis sociais.

Maria Firmina dos Reis, em 1860, colabora com o poema “Poesia” no jornal *A Imprensa*, em São Luís/MA, usando as iniciais M. F. R. como pseudônimo.

O ano de 1861 foi bastante produtivo para Maria Firmina dos Reis que colaborou com seus poemas para os jornais maranhenses. Em *A Verdadeira Marmota* publicou os poemas: “A uns olhos”; “Uma hora na vida”; “Não me ames mais”; “Por ver-te”; “Saudades”; “A constância”; “Dedicação” e no jornal *O Jardim dos Maranhenses*: “Ao amanhecer e o por do sol”; “A vida”; “Não me acreditas!”; e o poema em prosa “Meditação”. Publicou também charadas nos jornais *A verdadeira Marmota* e em *O Jardim dos Maranhenses*. No jornal literário de São Luís, *O Jardim dos Maranhenses*, Anno 1, nº 25, de domingo, 13 de outubro de 1861, começou a publicar o romance indianista *Gupeva* que é uma interface com o Romance *Caramuru*, de Santa Rita Durão.

Escreveu para *A Verdadeira Marmota*, em 1862, os poemas: “Amor perfeito” e “Romance contemporâneo Elvira”. Em 1863 colabora com o jornal *Porto Livre* e publica charadas na *Almanaque de Lembranças Brasileiras*. Republica *Gupeva*. No

jornal literário de São Luís *Echo da Juventude* colabora com os poemas: “Hosana, T...” e “O canto do tupi”. E no mesmo jornal de nº 107 de 1865 publica mais uma vez o romance *Gupeva*. Colabora, em 1867, no *Semanário Maranhense* – jornal literário. Em 1868 colabora com *Almanaque de Lembranças Brasileiras* com os poemas: “É assim que eu te vejo em meus sonhos de noites de atroz saudade..... A. Herculano” e “Aventura”. No jornal *Seminário Maranhense* publicou “Meditação”.

Maria Firmina dos Reis publica, em 1871, no jornal *O Publicador Maranhense*, o seu livro de poesias *Cantos à beira mar*. Colabora, em 1872, com o jornal literário *O Domingo* com o texto: “Um artigo das minhas impressões de viagem – página íntima”.

Quanto ao título de Mestra-Régia, o pesquisador Morais Filho nos informa:

Na velhice, em 1880, conquistara o PRIMEIRO LUGAR na História da Educação Brasileira, na Província do Maranhão, tornando-a “Mestra Régia”, como a chamavam e o chamam os maranhenses, quando a ela se referem, uma Personalidade Educacional (MORAIS FILHO, 1975, s. p.).

Maria Firmina dos Reis usa de período de sua licença, de um ano, para fundar, em um barracão, na propriedade do fazendeiro Domingo Mondego, hoje povoado/distrito de Maçaricó, cerca de 10Km de Guimarães/MA, uma escola mista, onde estudavam meninas e meninos. Segundo Morais Filho, “subvertendo a ordem educacional vigente, ao quebrar o cânone moral oficializado que segregava os sexos em aulas separadas” (MORAIS FILHO, 1975, s. p.). O fato mostra as ideias avançadas e revolucionárias da professora de Guimarães para a época em que viveu.

Embora os pesquisadores afirmem que suas aulas eram gratuitas, comprovamos que eram, sim, para as crianças pobres, mas os filhos de fazendeiros pagavam pelo ensino, como informa D. Nhazinha Goulart, sua filha adotiva e aluna, em entrevista ao pesquisador: “Era todo mundo junto: meninos e meninas. Quem tinha posses pagava e quem não tinha não pagava” (MORAIS FILHO, 1975, s. p.). Além disso, a professora da “aula mista” ou “escola nova” já semeava pela estrada Guimarães a Maçaricó a ideia primitiva do transporte público escolar, como nos afirma Goulart: “Eu me lembro que a gente ia com Maria Firmina num carro de boi e Pranchada era pajem. As aulas eram dadas num barracão” (MORAIS FILHO, 1975, s. p.).

Segundo Raimundo de Menezes, em seu *Dicionário Literário Brasileiro* (1978. p. 570) essa escola mista “escandalizou os círculos locais, em Maçaricó [...] e por isso mesmo foi a professora obrigada a suspendê-la depois de dois anos e meio”. Fica evidente que Maria Firmina dos Reis foi avançada na sua época, por ter criado uma escola mista, por ser poeta, escritora e editar *Úrsula*, primeiro romance abolicionista, feito por mulher afrodescendente e em cujo enredo se pode ler uma defesa da mulher e do negro.

Em 1885, colabora com o poema “Uma lágrima”, no jornal *O Paiz*. Na *Revista Maranhense* colaborou com o poema “A Estremecida Madasinha Serra”, e no mesmo ano e no mesmo veículo literário, de nº 3, de novembro de 1887, publicou o conto “A Escrava”. Em 1888, por ocasião do 13 de maio, compõe o “Hino da libertação dos escravos” (letra e música). Colaborou também com o poema “A sentida morte da menina D. Júlia Sá”, em 1889, no jornal *Diário do Maranhão*.

No jornal *Pacotilha*, de 12 de abril de 1897, publicou o poema “Uma lágrima sobre o túmulo de Manoel Raimundo Ferreira Guterres”. E no mesmo jornal, do dia 6 de julho de 1900, editou o poema “SALVE! À digna Sociedade Artística Beneficente da vila de Guimarães”; no do dia 11 de agosto de 1900, publicou os poemas: “Um brinde à noiva” e “À Exma. Sra. D. ANA ESMERALDA M. SÁ”.

Em 19 de maio de 1903, no jornal *O Federalista*, fez um poema homenagem para seu colega poeta: “Ao digníssimo colega o Sr. Policarpo Lopes Teixeira no dia 30 de abril – por ocasião dos exames da aula Sotero – Oferece”.

A certidão de óbito do Cartório do Registro Civil de Guimarães, nº 339, registra a morte de Maria Firmina dos Reis, ocorrida às 10 horas do dia 11 de novembro de 1917, aos 92 anos de idade (*Apud* MORAIS FILHO, 1975, s. p).

A poetisa e autora de *Úrsula* morreu solteira, cega, sem nenhum capital a mais, equiparado a de uma professora, e sem qualquer reconhecimento da crítica literária do seu tempo. Seu corpo foi sepultado no Cemitério Municipal de Guimarães/MA.

No álbum “Resumo da minha vida”, de Maria Firmina dos Reis, encontramos expressões sentimentais da primeira romancista maranhense, como ela mesma diz, que nos ajudam a compor um perfil biográfico da autora: “O álbum é o livro da alma; é nele que estampamos os nossos mais íntimos sentimentos, os nossos mais extremos afetos;

assim como as mais pungentes dores de nossos corações” (REIS, *apud* MORAIS FILHO, 1975, s. p.).

No referido álbum, lê-se um texto intitulado “O que é a vida?”, onde a escritora questiona as banalidades que formam os conceitos e os preconceitos sociais em relação à vida:

O que é a vida? Será acaso a vida o respirar, o sorrir no trocar de cumprimentos banais e quantas vezes frívolos... o banquetear com aparatosa regularidade, com suntuoso luxo dos amigos, algumas vozes tão indiferentes, e alheios aos sentimentos de afeto, e de amizade que lhe votamos, e até estranhos à gratidão; por que, depois de termos colhido os nossos sinceros afagos vão cuspir sobre eles, seu sorriso de escárnio?... Será isto vida? (REIS *apud* MORAIS FILHO, 1975, s. p.).

O questionamento é de uma intelectual que manifestava suas inquietações muito além daquelas atribuições ditas femininas, na sociedade conservadora de seu tempo. Nesse mesmo texto, a autora reflete: “compreendi a vida por outros desvios, por outras sendas, por onde nem todos passam” (REIS *apud* MORAIS FILHO, 1975, s. p.). Foram desvios de uma escritora que, em sua ficção, deixa evidentes sua consciência acerca do papel da mulher e da triste condição do negro, numa sociedade escravocrata. A consciência resvala em solidão e a tristeza, conforme se lê a seguir:

A vida para mim está nas lágrimas. Amo as que verto na amargura pungente de minhas ternas desventuras; com elas alimenta-se minha alma, elas acalmam o rigor do meu destino.  
Elas têm sido as companheiras da minha árdua e penosa existência; é nelas que tenho achado meu conforto, nela é que me hei estribado para chegar ao breve termo da minha longa peregrinação. É então que fiz das lágrimas um sacerdócio, - é quando conheci então que a vida está nas lágrimas. Triste do homem que não as tem... (REIS *apud* MORAIS FILHO, 1975, s. p.).

As metáforas e hipérboles contidas no diário da escritora maranhense nos convidam a pensar na condição da mulher no século XIX, mesmo uma mulher que,

como Maria Firmina dos Reis, distinguia-se entre as demais, como se pode observar no trecho em destaque:

Reservada, mas acessível – admirada e querida – Maria Firmina dos Reis era Mestra Régia, a Matriarca Espiritual do seu Povo’.

“Toda a passeata” – informa D. Nhazinha – “tinha parada obrigatória na porta de sua casa”.

Viva a Mestra Régia! Viva D. Maria Firmina!

E ela comovida. “continua D. Nhazinha Goulart”. agradecia a homenagem com um discurso de improviso!

Nela os grandes e os pequenos se fraternizavam, nela se igualavam os ricos e os pobres, nela todos se libertavam dos preconceitos segregadores (MORAIS FILHO, 1975, s. p).

Entendemos que, se tivéssemos recuperados os seus manuscritos, roubados no hotel em São Luís/MA, teríamos, com certeza, uma compreensão mais apurada da sua vida pessoal e literária. Todavia, de posse do que temos em mãos e em análise, o seu romance pioneiro, *Úrsula*, permitimo-nos inferir que Maria Firmina dos Reis articulou, com sua literatura, as mudanças fundamentais nos paradigmas impostos às mulheres do século XIX.

Juntamente às demais mulheres escritoras do referido período, deixou um legado essencial a quem se interessa a conhecer o papel social destinado às mulheres brasileiras, até os dias correntes. As mulheres do século XIX, mesmo pagando um preço caro com a solidão em que viveram e o com o ostracismo literário em que as academias e a crítica literária conservadora lhes relegaram, criaram um importante espaço de manifestação e representação.

A despeito de sua biografia atípica, bastante avançada para a época, Maria Firmina dos Reis e seu romance *Úrsula* passaram, desde 1861 até 1962, no esquecimento. Sua ressurreição, bem como a de seu romance, deu-se quando o bibliófilo Horácio de Almeida encontrou a primeira edição de *Úrsula* em um sebo do Rio de Janeiro e a doou ao Governo do Maranhão. A partir disso, *Úrsula* teve, posteriormente, as seguintes edições: 2ª edição, 1975, fac-similar, pela Gráfica Olímpia, RJ, e o livro *Maria Firmina, fragmentos de uma vida* de José Nascimento Morais Filho (1975) que serviram de alavanca para 3ª edição, em 1988, e a 4ª edição, em 2009, pela Editora

Mulheres. No próximo tópico, destacamos a recepção do romance *Úrsula*, quando este foi lançado.

## 2.2 A recepção de primeira hora

Maria Firmina dos Reis, em 1859, publica *Úrsula*. Em pleno regime escravagista, a autora faz um enfrentamento às teorias científicas que ratificavam a inferioridade dos negros e seus descendentes, bem como sobre a incapacidade feminina para tratar sobre as questões humanas e políticas que envolviam os excluídos.

Melissa Rosa Teixeira Mendes em sua dissertação, *Uma análise das representações sobre as mulheres no Maranhão da primeira metade do século XIX a partir do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*, nos informa: “Desconhecemos a forma como Maria Firmina dos Reis conseguiu publicar seu romance em uma época em que as mulheres possuíam praticamente nenhum acesso às letras” (MENDES, M. 2013, p. 59). Nem ela, nem nenhum pesquisador deixou vestígios sobre essa questão. Hipoteticamente podemos pensar na ajuda do seu primo Francisco Sotero dos Reis e demais intelectuais que formavam o Grupo do Maranhão, da Atenas Brasileira.

Graças à pesquisa feita por Leopoldo Gil Dulcio Vaz aos anais do *Jornal Publicador Maranhense* é que conseguimos a microfilmagem do referido jornal de número 202, datado de São Luiz, sexta-feira, 09 de setembro de 1859 que diz:

### GOVERNO DA PROVÍNCIA

#### **Expediente do dia 2 de setembro.**

- O vice-presidente da província resolve conceder a D. Maria Firmina dos Reis, professora pública de primeiras letras da Villa (*sic*) de Guimarães, dois meses (*sic*) de licença com os respectivos vencimentos para tratar de sua saúde onde lhe convier, devendo começar a gosar (*sic*) dela dentro do prazo (*sic*) de vinte dias. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1859, n° 202)

Segundo ponto de vista de José Nascimento Morais Filho, essa licença não foi necessariamente para tratamento de saúde, mas para tratar da revisão e edição do seu romance *Úrsula*:

A coincidência do ano desta licença com o de 1859, que se lê na capa indicando o ano de sua edição, leva-nos a supor que a licença obtida foi para dar assistência a impressão do seu livro.

Mas a conclusão a que chegamos com justificável fundamento é que o livro só circulou em 1860, pois só no mês de fevereiro começa a publicação do seguinte anúncio no jornal “*A Imprensa*” (MORAIS FILHO, 1975, s. p.):

ÚRSULA  
ROMANCE BRASILEIRO  
POR  
UMA MARANHENSE  
UM VOLUME EM PREÇO DE 2\$000

Esta obra, digna de ser lida não só pela singeleza e elegância com que é escrita, como por ser a estreia de uma talentosa maranhense, merece toda a proteção pública para animar a sua modesta autora a fim de continuar a dar-nos provas do seu belo talento.

Assina-se nesta tipografia.

Tip. do Progresso – Imp. por B. de Mattos – 1860.

A IMPRENSA

São Luís, 18 de fevereiro de 1860.

Segundo Morais Filho, só no mês de agosto, no mesmo jornal “*A Imprensa*,” começa a aparecer o seguinte anúncio:

Úrsula  
ROMANCE ORIGINAL POR UMA MARANHENSE  
Um volume de 200 páginas.....2\$000

Vende-se nesta TIPOGRAFIA este excelente ROMANCE, que deve ser lido pelos corações sensíveis e bem formados e por aqueles que souberem proteger as letras pátrias.

NOTA – Faltam na Coleção deste jornal os números 61 e 62, correspondentes aos dias 1º e 4º de agosto (MORAIS FILHO, 1975, s. p.).

ÚRSULA  
Romance original – por uma maranhense

Um volume de 200 páginas, preço 2\$000 reis  
Acaba de sair dos prelos da tipografia do Progresso, e acha-se à venda este interessante romance, na mesma tipografia, e na livraria do Sr. Antônio Pereira Ramos d'Almeida.

9 de 8 de 10 e 18 e 21 de 1860

(Publicador Maranhense) (MORAIS FILHO, 1975, s. p.)

A apreciação crítica do “*Jornal do Comércio*”, de 04 de agosto, informa que, pelo menos a 1º de agosto, circulara enfim pela cidade de São Luís o primeiro romance da literatura brasileira escrito por mulher!... (MORAIS FILHO, 1975, s. n.).

Observamos que os editores dos jornais maranhenses receberam bem a publicação de *Úrsula*, e desde 1860 que os redatores dos jornais, e demais críticos maranhenses, entre eles, e principalmente, José Nascimento Morais Filho (1975) e os posteriores, agora do século XXI, das academias maranhenses de letras, acreditam equivocadamente que *Úrsula* seja o primeiro romance da Literatura Brasileira escrito por mulher, fato que é contestado por vários críticos da literatura feminina no Brasil.

Zahidé Lupinacci Muzart nos diz em seu artigo “Uma Pioneira: Maria Firmina dos Reis”:

O ano de 1859 é um marco na história do romance escrito por mulheres no Brasil, pois neste ano duas pioneiras publicaram narrativas: a catarinense Ana Luísa de Azevedo Castro (1823?-1869) e a maranhense Maria Firmina dos Reis.

O romance de Maria Firmina é considerado o primeiro romance de autoria feminina no Brasil, mas, na verdade, os dois acima citados foram publicados no mesmo ano, sendo a primazia de Ana Luíza, pois em 1858 já publicara sua narrativa em capítulos, em *A Marmota*, jornal do Rio de Janeiro, entre 13 de abril e 6 de julho de 1858. A autora, como tantas outras mulheres do século XIX, escondeu-se sob pseudônimo. Assinou com o curioso nome de Índigena do Ipiranga, tanto os capítulos do jornal quanto o livro em que os enfeixa no ano seguinte. (MUZART, 2013, p. 247-248)

Wilson Martins, em sua *História da Inteligência brasileira*, assinalou qual seria o primeiro romance publicado por uma brasileira:

O público feminino não era esquecido, com a Biblioteca das Mulheres, Moral e Divertida, de Bráulio Jaime Moniz Cordeiro (1829-?); no Maranhão, Maria Firmina dos Reis (1825-1881), autora também, de

A Escrava, publicou o romance *Úrsula*, apontado incorretamente como o primeiro do seu gênero escrito por mulher e impresso no Brasil (cf. Anais do Cenáculo Brasileiro de Letras e Artes, 1973, pp. 72). Antes dela, seria preciso considerar Nísia Floresta, com *Daciz* ou *A Jovem Completa* (1847) e *Dedicação de uma Amiga* (1850), ainda que excluíssemos da competição, aliás sem maior interesse, *A Filósofa por Amor*, de Eufrosina Barandas, no qual há páginas de ficção (1845), e *a Lição a Meus Filhos* (1854), de Ildefonsa Laura, que são dois contos em verso (MARTINS, 1977, p. 94).

Zahidé Lupinacci Muzart, em seu artigo, declara qual a primeira romancista brasileira: “Em 1850 é publicado em Niterói o romance histórico de Nísia Floresta, intitulado *Dedicação de uma amiga*, em dois volumes, trazendo apenas as iniciais B. A. como assinatura<sup>13</sup>. Este livro deve ser considerado o primeiro romance escrito por uma mulher no Brasil.” (MUZART, 2013, p. 248)

Se *Úrsula* não é o primeiro romance da Literatura Brasileira escrito por mulher, é, com certeza, o primeiro romance da Literatura Maranhense que tem uma mulher como escritora, como nos atesta o pesquisador inicial de sua obra e de sua história pessoal e literária: “Assim, vemo-la despreziosa, mas convicta, editando livro: O PRIMEIRO LIVRO PUBLICADO POR UMA MULHER MARANHENSE, e ainda um ROMANCE” [...] (MORAIS FILHO, 1975, s. p.).

Embora sendo a matriarca do romance maranhense, este fato passou despercebido pelos escritores, intelectuais e críticos do Maranhão e do Brasil, na época da edição de *Úrsula*, como nos afirmam no artigo “Maria Firmina dos Reis: a matriarca do romance maranhense” as pesquisadoras conterrâneas de Firmina, Dinacy Mendonça Corrêa e Conceição Feitosa:

Maria Firmina dos Reis – que, contemporânea do Grupo Maranhense, a este não esteve integrada, tendo passado despercebida da sociedade de sua época, vindo a ser, só muito, muito mais tarde, descoberta e reconhecida como a primeira escritora do Estado, uma das pioneiras do romance brasileiro de expressão feminina – aos dias atuais (CORRÊA; FEITOSA, 2015, p. 55).

<sup>13</sup> B. A, *Dedicação de uma amiga*. Niterói: Tipographia Fluminense de Lopes e Cia, 1850. A pesquisadora Constância Lima Duarte (UFMG) enviou-nos (para Muzart) uma cópia do primeiro volume, o único que encontrou. Deixamos (Muzart) registrado nosso sincero agradecimento pela generosidade. *Apud* MUZART, Zahidé Lupinacci. “Uma Pioneira: Maria Firmina dos Reis”. 2013, p. 247. Disponível em: <<http://revistas2.uepg.br/ojsnew/index.php/muitasvozes/article/view/6400/pdf14>> ou <[file:///C:/Users/User/Downloads/6400-20300-1-PB%20\(11\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/6400-20300-1-PB%20(11).pdf)> Acesso em 24-03-2016.

Os Jornais do primeiro semestre de 1860: *A Imprensa, O Publicador Maranhense* e o *Jornal do Comércio* registraram a impressão e a venda do romance *Úrsula* e teceram singelos elogios à autora intitulada “Uma Maranhense” e a sua suposta posição de primeira mulher autora de romance no Brasil. No semestre posterior, os tabloides já revelam o nome da escritora Maria Firmina dos Reis.

A partir do segundo semestre do aludido ano, o *Jornal do Comércio* faz breve apreciação da obra, ressaltando a economia da escritora ao tratar do tema escravidão, conforme se lê a seguir:

#### JORNAL DO COMÉRCIO NOTICIÁRIO

OBRA NOVA – Com o título *ÚRSULA* publicou a Sra. Maria Firmina dos Reis um romance lindamente impresso que se acha à venda na tipografia do Progresso.

Convidamos aos nossos leitores a apreciarem essa obra original maranhense, que, conquanto não seja perfeita, revela muito talento na autora, e mostra que se não lhe faltar animação poderá produzir trabalhos de maior mérito. O estilo fácil e agradável, a sustentação do enredo e o desfecho natural e impressionador põem patentes neste belo ensaio dotes que devem ser cuidadosamente cultivados.

É pena que o acanhamento mui desculpável da novela escrita não desse todo o desenvolvimento a algumas cenas tocantes, como as das (*sic*) escravidão, que tanto pecam pelo modo abreviado com que são escritas.

A não desanimar a autora na carreira que tão brilhantemente ensaiou, poderá para o futuro, dar-nos belos volumes.

4 de agosto de 1860 (*Apud* MORAIS FILHO, 1975, s. p.).

Os leitores de primeira hora, como se pode perceber, não puderam ver, na contenção da escrita, aquilo que ela resguardava de consciência e autenticidade. Diferentemente dos autores brancos que falavam da escravidão sob a perspectiva do outro, Firmina a retratava com a legitimidade de negra.

O *Jornal A Moderação* faz uma crítica adocicada e “ingênua” e promete tecer críticas favoráveis à obra da professora de Guimarães, *a posteriori*:

A MODERAÇÃO  
“Crônica Semanária”

ÚRSULA – Acha-se à venda na Tipografia do Progresso, este romance original brasileiro, produção da exma. sra. (*sic*) D. Maria Firmina dos Reis, professora pública em Guimarães.

Saudamos a nossa comprovinciana pelo seu ensaio, que revela de sua parte bastante ilustração: e, com mais vagar emitiremos a nossa opinião, que desde já afiançamos não será desfavorável à nossa distinta comprovinciana.

11 de agosto de 1860 (*Apud* MORAIS FILHO, 1975, s. p.).

O redator de *A Verdadeira Marmota* fez referência elogiosa à produção de um romance escrito por mulher, mas não sem evidenciar o olhar masculino preconceituoso sobre as escritoras. Refere-se ele ao fato de que *Úrsula* teve uma boa recepção no jornalismo e pelos homens de letras, tecendo elogios à escrita da autora, conforme se vê, a seguir:

A AUTORA DE ÚRSULA  
‘A VERDADEIRA MARMOTA’

Raro é ver o belo sexo entregar-se a trabalhos do espírito, e deixando os prazeres fáceis do salão propor-se aos afãs das lides literárias.

Quando, porém, esse ente, que forma o encanto da nossa peregrinação na vida, se dedica às contemplanções do espírito, surge uma Roland, uma Stael, uma Sand, uma H. Stowe, que vale cada uma delas mais do que bons escritores: porque reúne a graça do estilo, vivas e animadas imagens, deliciosos quadros, e esse sentimento delicado que só o sexo amável sabe exprimir.

Se é, pois, cousa peregrina ver na Europa, ou na América do Norte, uma mulher, que, rompendo o círculo de ferro traçado pela educação acanhada que lhe damos, nós os homens, e indo por diante de preconceitos, apresentar-se no mundo, servindo-se da pena e tomar assento nos lugares mais proeminentes do banquete da inteligência, mais grato e singular é ainda ter de apreciar um talento formoso, e dotado de muitas imaginações, despontando no nosso céu do Brasil, onde a mulher não tem quase educação literária, onde a sociedade dos homens de letras é quase nula.

O aparecimento do romance “ÚRSULA” na literatura pátria foi um acontecimento festejado por todo o jornalismo, e pelos nossos homens de letras, não como por indulgência, mas como homenagem rendida a uma obra de mérito.

Em verdade que o é esse livro, que se apresentou sem nome de autora, modestamente e ainda sem apregoadores.

As suas descrições são tão naturais e poéticas, que arrebatam; o enredo tão intricado que prende a atenção e os sentidos do leitor; o diálogo é animado e fácil; os caracteres estão bem desenhados – como o de Túlio, do comendador, de Tancredo e Úrsula.

Sua autora, D. Maria Firmina dos Reis, professora de português na vila Guimarães, revelou um grande talento literário, porquanto com poucos e acanhadíssimos estudos, ainda menos leitura do que há de bom e grandioso na literatura francesa e inglesa, o que fez, deve-o a si, a seu fértil e prodigioso engenho, e a mais ninguém.

A nossa comprovinciana não é só romancista, também conversa com as musas.

Oferecemos hoje aos nossos leitores algumas de suas produções, que vêm dar todo o brilho e realce à nossa “Marmota”, que ufana-se de poder contar doravante com tão distinta colaboradora, que servirá por certo de incentivo às nossas belas, que talvez com o exemplo, cobrem ânimo, e se atrevam a cultivar tanto talento, que anda acaso por aí oculto.

A poesia é dom do céu, e a ninguém dotou mais largamente a divindade do que ao ente delicado, caprichoso e sentimental – a mulher.

O belo sexo não deve viver segredado de tão sublime arte - os encantos e ornatos do espírito são sua partilha; - tome a senda que lhe abre com tão bons auspícios, rodeada de aplausos merecidos, D. Maria Firmina dos Reis, e siga-lhe os brilhantes vôos (*sic*).

13 de maio de 1861 (*Apud* MORAIS FILHO, 1975, s. p.)

Optamos pela transcrição do artigo na íntegra, por entendermos ser este o primeiro texto efetivamente crítico sobre o romance.

O jornal *Jardim dos Maranhenses* anuncia, a 29 de setembro de 1861, que irá editar o romance *Úrsula* em suas páginas em forma de folhetins e faz elogios à escritora:

JARDIM DOS MARANHENSES  
(MARANHÃO, 29 de setembro)

Existe em nosso poder, com destino a ser publicado no nosso jornal um belíssimo e interessante ROMANCE, primoroso trabalho da nossa distinta comprovinciana, a Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora pública da Vila de Guimarães: cuja publicidade tencionamos dar princípio no nº 25 em diante.

Garantimos ao público a beleza da obra; e pedimos-lhe a sua benévola atenção. A pena da Exma. Sr. (*sic*) D. Maria Firmina dos Reis já é entre nós conhecida; e convém muito animá-la, a não desistir da empresa encetada.

Esperamos, pois à vista das razões expedidas, que as nossas súplicas sejam atendidas; afiançando que continuaremos defendendo o belo e amável sexo – quando injustamente for agredido.

Salus et pax.  
(30 de setembro de 1861. Nº 24 – ano 1. (*Apud* MORAIS FILHO, 1975, s. p.).

Os elogios que Maria Firmina dos Reis recebeu na imprensa estavam ligados a uma visão que definia a mulher como ser delicado (a ideia de “sexo frágil”), e, por esse motivo, seus escritos foram vistos como simples, quando comparados com os de escritores masculinos (MENDES, M. 2013, p. 62). A força de sua imagem e de sua argumentação acerca da igualdade entre os seres humanos, mais visível por meio da personagem Susana, infelizmente se perde nessa imagem romântica e aburguesada, que pouco ou quase nada dizia da escritora Maria Firmina dos Reis, conforme se comprova neste estudo.

A imprensa de São Luís, em 1860 e 1861, fez uma rápida recepção ao romance *Úrsula*, porém, a crítica literária do restante do país não tomou conhecimento nem desta obra nem das demais, e principalmente de Maria Firmina dos Reis como romancista, antiescravagista/abolicionista e poetisa.

A autora obteve notas de reconhecimento de Raimundo Menezes, em seu *Dicionário literário brasileiro* (1978) e Sacramento Blake que a registrou no seu *Dicionário Histórico e Bibliográfico Brasileiro* (1900). Assim, *Úrsula* nasceu no ano de sua publicação, em 1859, e morreu junto à crítica dos jornais do Maranhão, nos anos de 1860 e 1861, ficando, desta forma, o aludido romance e sua autora Maria Firmina dos Reis esquecidos.

A nossa proposta, com esta dissertação, é trazer um acréscimo à sua fortuna crítica e contribuir para o estudo da escritora Maria Firmina dos Reis e de seu romance *Úrsula*.

### CAPÍTULO 3

#### ÚRSULA: PRIMEIRO ROMANCE

#### ANTIESCRAVAGISTA/ABOLICINISTA DO BRASIL

Maria Firmina dos Reis é pioneira no romance antiescravagista/abolicionista no Brasil. Preferimos usar aqui o termo antiescravagista, porque sua obra defende os negros e mulheres da escravidão e denuncia a exploração dos dominadores escravocratas/patriarcalistas, sem defender explicitamente a abolição da escravatura via revolução e luta armada.

*Úrsula* não é um romance panfletário em defesa da abolição. Firmina, por meio de um romance de amor, utiliza uma estratégia retórica, recorrendo aos ideais cristãos da época para expor a injusta situação do negro na sociedade, evidenciando, dessa forma, as contradições no cerne do discurso religioso. Utilizou, sabiamente, a defesa da convivência pacífica entre brancos e negros, por meio da consciência ofertada pelas teorias do Iluminismo, do Romantismo e do Cristianismo, contidas, de maneira velada, em *Úrsula*.

O termo abolicionista, segundo Silva (2013, p. 158), não existia em 1859, este só foi surgir em 1880. Porém, é aplicado, por outros pesquisadores, para os demais textos relacionados à luta contra a escravidão, razão por que classificaremos *Úrsula* como uma obra antiescravagista/abolicionista neste trabalho.

Como nos diz Luiza Lobo no artigo “O Negro de Objeto a Sujeito”, publicado em *Crítica sem Juízo*: “O romance *Úrsula* é um dos primeiros livros do gênero escrito por uma mulher no Brasil e o primeiro a mencionar a causa abolicionista” (LOBO, 1993, p. 205). Podemos dizer que ela é um dos primeiros nomes, no Brasil, a testemunhar o que conhecemos por literatura negra.

Por essa razão, julgamos pertinente entender o conceito aplicado à literatura negra, afrodescendente, estipulado pelos críticos da nossa literatura. A definição de literatura negra para Zilá Bernd em *Introdução à Literatura negra* passa, meramente, como a representação de um sujeito enunciador, no texto que se quer negro e se expressa em primeira pessoa, mas que se manifesta independentemente da cor da pele:

Neste sentido, é preciso sublinhar que o conceito de literatura negra não se atrela nem à cor da pele do autor nem apenas à temática por ele utilizada; mas emerge da própria evidência textual cuja consistência é dada pelo surgimento de um eu enunciativo que se quer negro. Assumir a condição negra e enunciar em primeira pessoa parece ser o aporte maior trazido por essa literatura, constituindo-se em um de seus marcadores estilísticos mais expressivos (BERND, 1988, p. 22)

*Úrsula* é um romance narrado na terceira pessoa e não na primeira. O afastamento da voz narrativa permite uma visão em perspectiva, que ressalta a questão do negro escravizado a partir de uma voz que assimila, com criticidade e argúcia, as contradições vigentes na sociedade.

Para defender a liberdade do negro escravizado, por exemplo, Firmina não lança mão somente dos efeitos emocionais, – a maior parte das vezes só exacerbados emocionalmente – para trazer à tona uma voz reflexiva e combativa, como percebemos por meio da personagem Susana. Esta usa a religiosidade do branco e seu discurso de igualdade para evidenciar o descompasso entre o texto e a prática, revelando hipocrisias e a ausência de razoabilidade no instituto da escravidão. É por meio da argumentação e de trechos do evangelho cristão que a voz de Susana põe em evidência os horrores da sociedade escravocrata, conforme demonstraremos ao longo deste estudo.

O que caracteriza a literatura negra ou afrodescendente é quando o negro passa a ser sujeito da sua própria história, como nos diz Luiza Lobo no artigo “Auto-Retrato de Uma Pioneira Abolicionista”:

Um dos aspectos primordiais que a meu ver define a literatura negra, muito embora não seja um elemento norteador, em geral, dos estudos sobre o assunto, é o fato de a literatura negra do Brasil – ou afro-brasileira – ter surgido quando o negro passa de objeto a sujeito dessa literatura e cria sua própria história; quando o negro geralmente visto de forma estereotipada, deixa de ser tema para autores brancos e passa a criar sua própria *escritura*, no sentido de Derrida: a sua própria visão de mundo. Só pode ser considerada literatura negra, portanto, a escrita de africanos e seus descendentes que assumem ideologicamente a identidade de negros (LOBO, 1993, p. 222-223).

Em *Úrsula*, o negro é sujeito de sua própria história, especialmente por meio da voz da personagem Susana, negra e escrava. Ela manifesta consciência de si e de sua ancestralidade ao narrar sua vida, em liberdade na África, que fora perdida com a sua captura:

— Tinha chegado o tempo da colheita, e o milho e o inhame e o mendubim eram em abundância nas nossas roças. Era um destes dias em que a natureza parece entregar-se toda a brandos folgares, era uma manhã risonha, e bela, como o rosto de um infante, entretanto eu tinha um peso enorme no coração. Sim, eu estava triste, e não sabia a que atribuir minha tristeza. Era a primeira vez que me afligia tão incompre-ensível (*sic*) pesar. Minha filha sorria-se para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência semelhava um anjo. Desgraçada de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe, e fui-me à roça colher milho. Ah! Nunca mais devia eu vê-la. — Ainda não tinha vencido cem braças de caminho, quando um as-sobio, (*sic*) que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira — era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava — pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que passou no fundo de minha alma, só vós o pudestes avaliar!... (REIS, 2009, p. 116-117).

O testemunho da escrava Susana repercute como um lamento, que fala por todo negro escravizado. O trecho, rico em subjetividades, tem o efeito de sensibilizar emocionalmente o leitor, mas acrescenta em relação a outras literaturas que falam da escravidão, pois aqui se opõem o momento da liberdade, da abundância da natureza ao instante em que a mulher é escravizada. Além disso, a voz que chega ao leitor não é apenas a voz genérica que apela à sensibilização de uma barbárie, é a voz da mulher, de uma mãe, que lamenta a perda definitiva de sua identidade: perdera pátria, esposo, mãe e filha, juntamente com sua liberdade.

O negro, como se pode perceber no fragmento acima, é arrancado de tudo o que lhe garantia a integridade social; está subjugado à vontade do explorador e do poder patriarcal. O apelo a Deus prenuncia mais que uma marca de aculturação, uma violação à religiosidade africana, que não era cristã, conforme sabemos. Trata-se também de uma estratégia de convencimento, usada muitas vezes pela autora em seu discurso de

liberdade: apelar para as crenças e valores do branco, invocando o seu Deus, para interceder a favor dos subjugados à escravidão.

O autor do posfácio a 4ª edição de *Úrsula*, “Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira”, Eduardo de Assis Duarte afirma:

Ao publicar *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis descobriu igualmente uma história literária etnocêntrica e masculina até mesmo em suas ramificações afro-descendentes. *Úrsula* não é apenas o primeiro romance abolicionista da literatura brasileira, fato que, inclusive, poucos historiadores admitem. É também o primeiro romance da literatura afro-brasileira, entendida esta como produção de autoria afro-descendente, que tematiza o assunto negro a partir de uma perspectiva interna e comprometida politicamente em recuperar e narrar a condição do ser negro em nosso país (DUARTE, E. 2009, p. 277-278).

É uma literatura feita pelo lado de dentro, como nos diz Eduardo de Assis Duarte: “Pela primeira vez em nossa literatura, tem-se uma narrativa da escravidão conduzida por um ponto de vista interno e por uma perspectiva afrodescendente” (DUARTE, E. 2009, p. 278). Essa característica é perceptível na forma como os personagens negros são representados na obra; a escrita de Firmina põe em relevância sua condição humana, ressaltando seus valores, sua inteligência e sua condição de ancestralidade africana. Mesmo quando o negro se curva – sob o poder do açoite ou do medo – a escrita de Firmina evidencia a grandeza de seu caráter e requisita seu justo lugar numa sociedade que exclui e subjuga.

Também na estratégia editorial, Maria Firmina dos Reis demonstra consciência das dificuldades de publicação de um romance para uma mulher negra e pobre, por isso esconde-se na capa e na folha de rosto do seu livro atrás de um pseudônimo “Uma Maranhense”. Quase toda escritora mulher utilizava semelhante recurso, mas sua condição de mulher e de negra era duplamente difícil.

Era a *práxis* das escritoras do século XIX usarem alônimos, como nos afirma Melissa Rosa Teixeira Mendes em seu artigo “Maria Firmina dos Reis: mulher e escritora oitocentista”:

Muitas mulheres acabaram por optar publicar seus escritos de duas formas: a primeira, como no caso de Firmina, intitulando-se *uma maranhense* (uma senhora, uma brasileira, entre outros) que não especificava exatamente quem era essa maranhense, mas deixava claro que era uma mulher; ou, uma segunda forma era a adoção de pseudônimos masculinos. Em ambos os casos, havia uma tentativa de adentrar-se, com um pouco mais de liberdade, no universo letrado, dominado, quase que exclusivamente por homens, além de tentar burlar o preconceito da época (MENDES, M. 2014, p. 44).

O primeiro pesquisador da obra e vida de Maria Firmina dos Reis também confirma esta razão do uso dos criptônimos da autora de *Úrsula*:

Os criptônimos – “Por uma Maranhense” – da literatura novel (1859) com romance e - “M. F. R.” – com uma poesia (1860) com os quais assina, porém, logo desaparecem para dar lugar, definitivamente, ao nome – MARIA FIRMINA DOS REIS – são, a nosso ver, mais proteção que modéstia, embora fosse praxe no século passado e comum ainda nas duas primeiras décadas deste (MORAIS FILHO, 1975, s. p.).

Maria Firmina dos Reis sabia que seus poucos leitores de 1859, conforme estatísticas sobre educação do seu tempo, eram eminentemente homens, escravocratas ou filhos e filhas de latifundiários e da elite cultural, fato que também se ampliava por todo Brasil.

Seu romance, além de ser uma história romântica, trazia no bojo uma proposta antiescravagista/abolicionista e uma indução à liberdade da mulher. Em suas linhas, a escritora tece toda uma crítica aos poderes dominantes, à justiça, inclusive à Igreja Católica.

Para evidenciar essa consciência de Firmina, Janaína dos Santos Correia nos diz em sua dissertação, *O uso de fontes em sala de aula: a obra de Maria Firmina dos Reis (1859) como mediadora no estudo da escravidão negra no Brasil*, acerca do uso do alônimo: “No prólogo Firmina parece demonstrar que tinha clareza de que o lugar que ela tentava ocupar no mundo das letras era de difícil acesso para as mulheres” (CORREIA, J. 2013, p. 109). Se o era para a mulher, de modo geral, imaginemos o que significaria para uma mulher negra.

Adriana Barbosa de Oliveira, na sua dissertação *Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis* nos sugere, entretanto, sobre o uso desse apelido: “mas ainda assim parece querer especificar de que lugar está falando e de assumir a diferença” (OLIVEIRA, 2007, p. 70).

Observamos que Maria Firmina dos Reis inicia seu romance com um pedido de desculpas, tão comum aos românticos do século XIX, mas em que a questão da autoria feminina se acentua:

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor pró-prio (*sic*) de autor. Sei que pouco vale este romance, porque **escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados**, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (REIS, 2009, p. 13. grifo nosso).

O prólogo de *Úrsula* apresenta um recurso retórico da época, que enfatiza desculpas demasiadamente humildes por parte de sua autora. Aquilo que parece um reconhecimento de incompetência é, na verdade, uma estratégia discursiva, que usa da falsa modéstia para se resguardar das críticas oriundas dos letrados conservadores. No prólogo de seu romance, Firmina clama aos críticos, sob as formulações típicas do gosto romântico, como uma progenitora, para que recebam seu filho – *Úrsula* - com carinho, fazendo uma analogia de seu romance com uma avezinha silvestre que alça voos e nem olha as planuras onde gira a águia – os homens de letras – pedindo a esses intelectuais que deixem que seu romance caminhe entre eles.

Mesmo que estas sejam estratégias que condizem com o gosto romântico, usadas com certa frequência pelos autores da época, ainda assim, a escrita do romance denuncia tensões e ambiguidades que nos permitem perceber a força elocutória de seu discurso.

### 3.1 A escrita antiescravagista em *Úrsula*.

*Úrsula* é um romance que possui o enredamento conforme os paradigmas do Romantismo do século XIX. Sua estrutura narrativa, sua fragmentação, suas peripécias ideológicas, suas repartições e seu suspense submetem-se à forma do folhetim: inicia-se com o prólogo, seguido por vinte capítulos e encerra-se com uma reflexão da autora, no epílogo, onde ela faz a conclusão da sua tese literária antiescravagista. Embora seja uma obra dentro dos padrões folhetinescos, jamais foi publicada em jornais.

O romance fundamenta-se numa imitação dos padrões europeus, o que era um fato comum na época, como nos diz Adriana Barbosa de Oliveira em sua dissertação de mestrado:

Essa imitação dos padrões europeus era um fato comum, e também as raras escritoras mulheres e negros, mesmo se opondo à ideologia dominante, se apropriam de elementos que pertencem ao código literário da época, pois escrevem para a mesma elite branca, usando sua literatura como modelo e, ao mesmo tempo, entrando no sistema como um elemento subversivo, à medida que, por meio de uma identidade do leitor com a obra, parece haver a intenção de desestabilizar a ordem estabelecida, ao fazer com que esse leitor pertencente às camadas senhoriais mude suas concepções e posturas com relação ao negro e à mulher (OLIVEIRA, 2007, p. 41).

O romance de Firmina traz expressa a estética romântica; a linearidade; a donzela angelical e virgem assediada pelo mocinho branco, e pelo vilão, senhor escravocrata; a paixão de Fernando P... por Úrsula; o assassinato de Tancredo à porta do convento após o enlace matrimonial da jovem protagonista com seu primo materno e sobrinho do agressor; o amor eterno de Úrsula por Tancredo, sua loucura e o remorso de Fernando P...; bem como os cenários sombrios e tenebrosos. Tudo isso fundamenta a estética do Romantismo no qual Maria Firmina dos Reis foi pioneira na narrativa brasileira antiescravagista, na escritura feita por mulher e feminina com a edição de *Úrsula*.

Há vários núcleos dramáticos na ficção firminiana. A narrativa central é linear e tece a trama romântica e traumática do casal dos jovens primos apaixonados que continuam se amando até o pós-morte, contudo, é ladeada por outros relatos em *flashback*, que, num processo de rememoração, nos descrevem a diáspora africana e a

vida de homens e mulheres que viviam em liberdade na África, pátria de origem dos negros.

Assim, na trama de *Úrsula*, as personagens principais são brancas e as negras são secundárias, porém a ideologia dispensada aos menos favorecidos, negros e mulheres, fazem das personagens secundárias a importância maior da tese literária da escritora maranhense. O enredo destina aos personagens brancos os conflitos amorosos, mas é por meio das representações do negro que ela deixa evidenciar sua voz e suas ideias libertárias. A escrava Susana, por exemplo, parece, em muitos momentos da narrativa, falar pela escritora. Podemos dizer que, na leitura de *Úrsula* sobressai, mesmo nas tramas que envolvem os personagens brancos, a questão da liberdade, seja da mulher, seja principalmente do negro, como argumento central.

A narrativa de *Úrsula* apresenta mescla de tempos cronológico e psicológico. O psicológico é o tempo mais evidente, porque a trama, na sua maior parte, se dá por meio das recordações das personagens, via narrativas secundárias, das suas prisões que ocorreram em África, dos traslados feitos através dos navios tumbeiros e com a violência sofrida pelos escravos.

Seguindo as orientações ideológicas e literárias dos autores franceses, sobretudo Jean Jacques Rousseau e Bernardin de Saint-Pierre, Maria Firmina dos Reis buscou inspiração para elaborar o espaço da sua narrativa em *Úrsula*:

Era uma dessas tarde, que parecem resumir em si quanto de be-lo, (*sic*) de luxuriante, e de poético ostenta o firmamento no Equador; era uma dessas tardes que só Bernadin de Saint-Pierre soube pintar no delicioso *Paulo e Virgínia*, que deleita a alma, e a transporta a essas re-giões (*sic*) aéreas, que só a imaginação compreende, e que divinizando as nossas idéias, nos torna superiores a nós mesmos. Era pois uma dessas tardes em que o sol no seu descambar para o ocaso recebe mil e cambiantes cores, invejadas pela palheta dos Rafaéis, e que se confundem com o sorriso da triste amante, a lua, que ressurgue pálida na orla do horizonte. Os últimos raios de um sol vivido mistu-ravam-se (*sic*) com os raios prateados de uma lua de agosto (REIS, 2009, p.153).

A cor local expressa no romance *Úrsula* constrói a natureza idílica, vibrante e dinâmica, personificando, como tela de artes plásticas, a paisagem do espaço rural do Maranhão.

Percebe-se uma idealização poética do espaço logo nas cenas iniciais, quando a personagem Tancredo aparece em sua viagem: “um jovem cavaleiro melancólico, e como exausto de vontade, atravessando porção de um majestoso campo, que se dilata nas planuras de uma das nossas melhores, e mais ricas províncias do norte” (REIS, 2009, p. 18).

*Úrsula*, além de se caracterizar como o primeiro romance afrodescendente escrito por mulher e em defesa do negro, também tem sua relevância na poética interna, bem desenvolvida e organizada, conforme o gosto da época.

O romance não é uma narrativa fundamentada em fatos reais; é uma ficção calçada na realidade social do século XIX, uma criação literária que defende uma tese a favor dos menos favorecidos. O romance registra os horrores das explorações providas dos senhores escravocratas sobre seus semelhantes. As reticências que acompanham os nomes das personagens evocam uma estratégia de camuflagem: sem afastar-se do plano ficcional, a trama narrativa evoca a sociedade que representa, com todas as barbáries e hipocrisias. As reticências não denunciam, propriamente, mas sugerem as semelhanças com personagens da vida social brasileira.

Uma das personagens que merece destaque nesta análise é a preta Susana, que analisaremos a seguir. Ela pode ser considerada uma simbologia de todas as mulheres negras que foram violentadas pela perda de suas liberdades, de suas famílias e de suas cidadanias, mas especialmente, e pode ser considerada uma voz que repercute a voz da autora do romance. Susana é a voz da diáspora africana na escritura de *Firmina*.

### **3.2 A diáspora africana na voz de Susana**

O conceito de diáspora africana é recente, e foi elaborado por historiadores que estudam o fenômeno sociocultural e histórico que aconteceu nos países africanos devido à imigração forçada da população africana a países que tinham como características a existência da mão de obra escrava. Os novos estudos sobre a diáspora africana contemplam comunidades diaspóricas nas suas mútuas relações, buscando revelar a interconexão dos povos africanos e afrodescendentes no mundo. Em tais estudos

destacam-se as políticas ambivalentes de identidade, cultura e mobilização afro-diaspóricas. A intenção é a de expandir o entendimento da negritude, especialmente através de seus interesses na América negra e nos negros como indivíduos de herança mestiça.

Esses estudos deslocam os olhos do leitor contemporâneo para romances como *Úrsula*, redimensionando seu valor e alcance. Nesse sentido, a personagem Susana detém uma voz que merece ser analisada.

O capítulo IX do romance chama-se “A Preta Susana”. É uma narrativa incompleta, pois segundo a nota de rodapé da edição de (2009) da Editora Mulheres “Falta uma linha no original fac-similar. O único exemplar da edição de 1859 foi extraviada pela família do ex-governador Nunes Freire, que o possuía” (Reis, 2009, p. 111). Não sabemos o porquê de tal falha, se foi obra do descuido editorial ou se a supressão dessa linha se explica pelo fato de ser o romance *Úrsula* no todo, e em especial nesta divisão narrativa, uma obra antiescravagista/abolicionista, que questiona alguns comportamentos a que ela considera anticristãos. Nesse capítulo, a autora denuncia o sistema escravocrata, e conseqüentemente os chefes de famílias, os colonizadores europeus e seus descendentes no Brasil, neste caso, os do Maranhão, que detinham os poderes vigentes na época e que aprisionavam os negros na África. Portanto, trata-se de uma obra fundamentalmente política e politizada como nos diz Eduardo de Assis Duarte no “posfácio” deste romance:

Voz política que denuncia, em plena vigência do espírito das luzes, o conquistador europeu como *bárbaro*, invertendo de forma inédita a acusação racista — corrente na Europa e presente no pensamento de filósofos do porte de Hegel — que excluía a África do mundo civilizado. O romance prossegue com o verismo da descrição sobrepujando-se com a ficção propriamente dita (DUARTE, E. *Apud* REIS, 2009, p. 273-274).

A preta Susana faz parte incisiva na tese da escritora como símbolo de resistência ao poder autoritário, mandonista, patriarcal e escravocrata do século XIX. Maria Firmina dos Reis construiu a negra Susana como uma personagem representante de uma liberdade ativa, o que a diferencia da maior parte dos personagens negros da época,

subjugados e desumanizados. Sua descrição física é comum a qualquer negra velha que foi vítima da escravidão e exposta à miséria e à fome, como se lê no seu perfil:

Trajava uma saia de grosseiro tecido de al-godão (*sic*) preto, cuja orla chegava-lhe ao meio das pernas magras, e des-carnadas (*sic*) como todo o seu corpo: na cabeça tinha cingido um lenço en-carnado (*sic*) e amarelo, que mal lhe ocultava as alvíssimas cãs (REIS, 2009, p. 112).

A escolha do nome da personagem pode fazer supor uma analogia intencional com a denominação e história de Santa Suzana, martirizada em 293 d. C. e festejada no dia 11 de agosto juntamente com São Tibúrcio<sup>14</sup>, que como a escrava Susana foi resistente aos mandos dos poderosos, como vimos representado no livro.

Por meio das personagens negras do romance *Úrsula*, Túlio, Antero e, sobretudo, Susana, a autora lhes confere humanidade, dignidade e vozes que clamam por liberdades, transforma-os em críticos do sistema escravocrata brasileiro. Através de seus personagens negros, que são capazes de mostrar a origem dos negros e a brutalidade da escravidão a que eles foram submetidos, a autora utiliza um estratagema acentuado por Candido, no excerto abaixo, retirado do artigo “Literatura de dois gumes”:

Na sociedade duramente estratificada, submetida à brutalidade de uma dominação baseada na escravidão, se de um lado os escritores e intelectuais reforçaram os valores impostos, puderam muitas vezes, de outro, usar a ambiguidade do seu instrumento e de sua posição para fazer o que é possível nesses casos: dar a sua voz aos que não poderiam nem saberiam falar em tais níveis de expressão (CANDIDO, 1989, p. 178).

Conforme percebemos, a voz de Maria Firmina é perceptível na voz de seus personagens negros. No caso de Susana, esta transmite suas reminiscências, sua condição da mulher livre que era, antes de ser capturada na África e escravizada no Brasil. Nessa voz, depreende-se uma cultura africana consolidada, com laços sociais e familiares constituídos, diferentemente do discurso eurocêntrico que se propagou no

---

<sup>14</sup>Santa Suzana, matirizada em 293 d. C. Disponível em: <<http://kenosis.blog.br/santa-suzana-martirizada-em-293-d-c/>> Acesso em 09-11-2016.

Brasil escravocrata e que difundia a ideia de uma África agreste e atrasada. Utilizando a técnica do *flashback*, a voz de Susana funciona como uma espécie de memorialista, tratando do passado ancestral e do movimento da diáspora dos africanos trasladados em navios negreiros para o nosso país, numa clara verossimilhança dos fatos.

A preta Susana, que criara o escravo Túlio como mãe adotiva, uma vez que sua mãe biológica fora vendida e separada dele, ao perceber que Túlio deixará a casa de Luísa B..., a Úrsula e a ela, Susana, para acompanhar Tancredo, tenta conscientizá-lo de que está trocando uma escravidão por outra:

Não troco cativo por cativo, oh não! troco escravidão por liberdade, por ampla liberdade! Veja, mãe Susana, se devo ter limites à minha gratidão: veja se devo, ou não, acompanhá-lo, se devo, ou não provar-lhe até a morte o meu reconhecimento!...

— Tu! tu livre? ah não me iludas! — exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. Meu filho, tu és já livre?...

— Iludi-la! — respondeu ele, rindo-se de felicidade — e para quê? Mãe Susana, graças à generosa alma deste mancebo sou hoje livre, livre como o pássaro, como as águas; livre como o éreis na vossa pátria (REIS, 2009, p. 114).

Segundo Juliano Carrupt do Nascimento em seu artigo “A construção do negro no romance Úrsula”, a personagem “Preta Susana encarna a ancestralidade africana, considera a liberdade apenas como a permanência dela e dos outros africanos em África. Liberdade para ela não consiste em ser alforriado ou sofrer a manumissão, tal qual Túlio recebe” (NASCIMENTO, (?), p. 04)

Túlio, inconsciente do seu comportamento servil, procura convencer Susana do contrário. Envolto em sua inocência, mergulhado na veneração e gratidão para com o jovem advogado que lhe comprara a alforria, acreditava que sua subserviência seria a liberdade que sonhara e tentava convencer a sua mãe adotiva desta falácia:

— Oh! quanto a isso não, mãe Susana — tornou Túlio — A senhora Luísa B... foi para mim boa e caridosa, o céu lhe pague o bem que me fez, que eu nunca me esquecerei de que poupou-me os mais acerbos desgostos da escravidão, mas quanto ao jovem cavaleiro, é bem diver-so (*sic*) o meu sentir; sim, bem diverso (REIS, 2009, p. 114).

Na voz do escravo Túlio lê-se o sentimento de gratidão que o prende a Tancredo. No entanto, Susana apresenta uma imagem de liberdade que não é a concedida pelo branco como recompensa ou aquela comprada na alforria. Para ela, a liberdade é aquela que ela rememora, por meio das imagens de África, onde os nativos tinham famílias, plantavam, cultivavam, colhiam, geriam suas famílias e tinha uma cidadania natural:

— Sim, para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de ren-der (*sic*) a tudo quanto me foi caro! Liberdade! liberdade...ah! eu a gozei na minha mocidade! — continuou Susana com amargura — Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo ai respira amor, eu corria às descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias (REIS, 2009, p. 115).

A liberdade defendida por Susana representa a concepção de Maria Firmina dos Reis sobre uma “liberdade cidadã” que se tinha na África. É um produto ideológico diferenciado da alforria, das fugas de negros para os Quilombos e ao menosprezo preconceituoso contra os negros cativos, libertos e seus descendentes que não eram considerados como cidadãos<sup>15</sup>. Tal discriminação se dava mediante a cor da pele, do cabelo, da mísera condição cultural/econômica que se atribuía aos negros, às mulheres e aos homens pobres sem escolaridade.

As convicções de Maria Firmina dos Reis possivelmente foram formadas pelo contato com os seus entes escravos de Guimarães e São Luís/MA, em ouvir seus relatos de vidas que se tinha em seus países do que suas próprias leituras sobre o Continente de origem negra. Sabe-se que a autora nunca fora à África. Essa liberdade natural que se tinha em algumas tribos com seus nativos e esta África idealizada, como “pátria da liberdade”, é um produto do filosofar firminiano, que propõe aos leitores, aos

---

<sup>15</sup> Cidadão é o indivíduo que participa de uma sociedade onde todos podem ter direitos e deveres civis, políticos e sociais iguais, que possa expressar e ser compreendido, votar e ser votado.

aboliconistas e aos negros uma “liberdade cidadã”. Tal liberdade concebe o negro como igual ao branco, ao índio; assim, ela cria sua tese de igualdade e semelhança. Já que todos são humanos, devem ser cidadãos.

Na descrição de como fora a juventude da escrava na África, a narradora dá-lhe uma dimensão de mulher livre que desfrutava de uma vida trivial, conforme os costumes da sua tribo. Na voz de Susana, conhecemos que ela foi dada em casamento e que de tal união nascera sua filha:

Ah! meu filho! mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: — uma filha, que era a minha vida, as minhas ambições, (*sic*) a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união[...] (REIS, 2009, p. 115).

Susana foi mãe biológica de uma filha e mãe adotiva do escravo Túlio, no Brasil. A maternidade, o casamento e a liberdade perdida são as principais marcas do seu sofrer. Este padecer faz com que ela crie uma resistência à ideia da escravidão e ao uso da mulher como objeto, tão comum na época.

Numa inversão de valores, Susana classifica o colonizador como bárbaro, alcunha esta dada pela sociedade com fundamentação europeia ao negro por ser considerado como raça inferior. No entanto, a escrava demonstra aos leitores quem é que pratica a barbárie: “E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, essa filha tão extremamente (*sic*) amada, ah Túlio! tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! tudo até a própria liberdade” (REIS, 2009, p. 115). Na reflexão de Susana, bárbaros – numa definição que se aproxima da etimologia da palavra – são aqueles que invadiram sua pátria, escravizaram-na e a trouxeram para um país distante.

A captura, aprisionamento e traslado dos negros africanos nos navios tumbeiros, na travessia do Oceano Atlântico rumo aos outros Continentes, em especial às Américas e, sobretudo ao Brasil, são histórias da diáspora africana que fazem parte da tradição oral e da rememoração dolorosa dos negros escravizados, sobreviventes da viagem forçada e das torturas oriundas da escravidão. Essas histórias foram contadas de pai para filho em cada senzala, casa grande ou quilombo, com objetivo de criar a conscientização e resistência dos afrodescendentes sobre a sofrível história do povo

negro, que a partir do século XIX, ganhou espaço nas páginas da literatura universal e da literatura brasileira.

A primeira história negra referente ao processo de escravidão e traslado dos africanos escravizados nos navios negreiros pelos colonizadores europeus, segundo Paul E. Lovejoy, em “Identidade e a miragem da etnicidade: a jornada de Mahommah Garbo Baquaqua para as Américas” (2002)<sup>16</sup>, foi escrita pelo africano Mahommah Garbo Baquaqua, que foi por duas vezes escravizado, e publicou seu livro de autobiografia narrando sua trajetória de escravo, em 21 de agosto de 1854, em Dretroit, conforme registro no cartório do escrivão da Corte Distrital de Michigan – EUA.

Mahommah Garbo Baquaqua foi vítima de emboscada, aprisionado, transportado para o Daomé e embarcado, à força, num navio tumbeiro, conforme sua própria descrição:

Quando estávamos prontos para embarcar, fomos acorrentados uns aos outros e amarrados com cordas pelo pescoço e assim arrastados para a beiramar. [...] Fui então colocado no mais horrível de todos os lugares. Seus horrores, ah! Quem pode descrever? Ninguém pode retratar seus horrores tão fielmente como o pobre desventurado, o miserável desgraçado que tenha confinado em seus portais. Oh! amigos da humanidade, tenham piedade do pobre africano, alijado e afastado de seus amigos e de seu lar, ao ser vendido e depositado no porão de um navio negreiro entre religiosos e benevolentes. [...] Fomos arremessados, nus, porão adentro, os homens apinhados de lado e as mulheres do outro. O porão era tão baixo que não podíamos ficar de pé, éramos obrigados a nos agachar ou sentar no chão. Noite e dia eram iguais para nós, o sono nos sendo negado devido ao confinamento de nossos corpos. [...] A única comida que tivemos durante a viagem foi milho velho cozido. Não posso dizer quanto tempo ficamos confinados assim, mas pareceu ser muito tempo. Sofríamos muito por falta de água, que nos era negada na medida de nossas necessidades. Muitos escravos morreram no percurso. [...] Qualquer um de nós [que] se tornava rebelde, sua carne era cortada com uma faca e o corte esfregado com pimenta e vinagre para torná-lo pacífico. [...] Alguns foram jogados ao mar antes que o último suspiro exalasse de seus corpos. Chegando em Pernambuco, América do Sul. (BAQUAQUA, 1854. *Apud* MENDES, A. 2006, p. 116-117).

No Posto de Recife/PE foi comprado como escravo, em 1845, por um padeiro. Brutalmente castigado, trabalhou na construção de casas, carregando pedras. Em pouco

---

<sup>16</sup>LOVEJOY. *Apud* MENDES, A. 2006, p. 114-115.

tempo, aprendeu a língua portuguesa, porém era muito rebelde e fez uso abusivo de bebidas alcóolicas. Tentou suicídio, por isso foi vendido para o carioca Clemente José da Costa que era capitão e sócio do navio *Lembranças*, onde Baquaqua passou a servir como escravo marinheiro. Foi morar no Rio de Janeiro; lá foi batizado e recebeu o nome cristão/católico de José da Costa.

O navio *Lembranças* partiu do Rio de Janeiro no dia 24 de abril de 1847 com destino a Nova Iorque para fazer uma remessa de café. Baquaqua foi abordado por abolicionistas, nos Estados Unidos, que o incentivaram a fugir do navio. Após a fuga, foi preso na prisão Eldridge Stree na noite de 09 de agosto de 1847. Fugiu para o Haiti, readotou a identidade mulçumana de Mahommah Garbo Baquaqua e passou a conviver com o reverendo Judd, missionário batista que o batizou na sua igreja.

Devido à instabilidade política no Haiti, retornou para os Estados Unidos em 1848 e estudou no New York Central College, em McGrawville, por três anos com o objetivo de buscar carreira como missionário e retornar à África. Em 1854 mudou-se para o Canadá e sua bibliografia foi editada por Samuel Downing Moore, no mesmo ano, em Detroit.

A história de Baquaqua, escrita a partir das experiências, escravidão e tortura que o autor vivenciou, foi retomada, com trechos de seu livro, para efeito comparativo com o livro de Maria Firmina dos Reis, *Úrsula*, narrativa ficcional. Esse romance, conforme sabemos, é a primeira obra de ficção afrodescendente no Brasil a registrar os horrores da diáspora africana, através das personagens negras, em especial a escrava Susana.

Em *Úrsula*, lemos a rasura do paraíso idílico, o Brasil, pintado por grande parte dos autores românticos brasileiros, que, na escrita da romancista maranhense, surge como local da servidão, da humilhação e da tortura.

Por meio da narração de Susana, sabemos como ela foi aprisionada por dois homens que a amarraram com cordas, quando ela estava na roça, colhendo alimentos e levaram-na para o navio negreiro:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio (*sic*) e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras [...] (REIS, 2009, p. 117).

Susana chama os navios de sepultura, porque os maus tratos e as condições desumanas do transporte levavam a maioria da tripulação ao óbito, razão por que esses navios negreiros serem chamados de tumbeiros. A escrava descreve as condições horríveis a que os negros eram submetidos no traslado para o Brasil, em relato similar ao do livro de Baquaqua:

Para caber a *mercadoria humana* no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (REIS, 2009, p. 117)

Havia escravos resistentes, rebeldes que não se entregavam à escravidão, por isso eram assassinados ou se deixavam morrer, ou até mesmo faziam opções pelo suicídio. Mas os passivos também sentiam as consequências da truculência dos mercadores de seres humanos escravizados, como se lê na narrativa:

Muitos não deixavam chegar esse último extremo — davam-se à morte. Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofri-dos (*sic*) entraram a vozear. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que escaldou-nos e veio dar a morte aos cabeças do motim. (REIS, 2009, p. 117).

Susana atribui a sua sobrevivência à ação divina: “Não sei ainda como resisti — é que Deus quis poupar-me para pro-var (*sic*) a paciência de sua serva com novos tormentos que aqui me aguardavam (*sic*)” (REIS, 2009, p. 118). Maria Firmina dos Reis dá a Susana uma personalidade de mártir como a dos santos católicos e um

comportamento de uma guerreira portadora de uma resistência exemplar pelos seus ideais e em defesa da liberdade.

O escravocrata que a comprou como a um animal para serviços, junto com os demais companheiros de viagem, no mercado de escravos, foi o pai de Luísa B... No trecho em destaque, lemos o mercantilismo de seres humanos e os maus tratos destinados aos escravos:

O comendador P... foi o senhor que me escolheu. Coração de ti-gre (*sic*) é o seu! Gelei de horror ao aspecto de meus irmãos... os tratos, por que passaram, doeram-me até o fundo do coração! O comendador P... derramava sem se horrorizar o sangue dos desgraçados negros por uma leve negligência, por uma obrigação mais tibiamente cumpri-da (*sic*), por falta de inteligência! E eu sofri com resignação todos os tratos que se dava a meus irmãos, e tão rigorosos como os que eles sentiam. E eu também os sofri, como eles, e muitas vezes com a mais cruel in-justiça (*sic*) (REIS, 2009, p. 118).

Após o casamento de Luísa B... com Paulo B..., um camponês, branco e pobre, que, porém, trazia internalizado em seu comportamento a cultura escravocrata. Este fez valer os rituais de mando e torturas para com seus escravos que obtivera na sessão de herança de sua esposa, após o enlace matrimonial. Assim, percebe-se que a prática da tortura para com os escravos não era realizada apenas pelos nobres fazendeiros, mas pelos pequenos latifundiários e até por mulatos que se achavam representantes de tais poderes, como veremos no trecho que se segue:

Pouco depois casou-se a senhora Luísa B..., e ainda a mesma sorte: seu marido era um homem mau, e eu suportei em silêncio o peso do seu rigor. E ela chorava, porque doía-lhe na alma a dureza de seu esposo para com os míseros escravos, mas ele via-os expirar debaixo dos açoites os mais cruéis, das torturas do anjinho, do cepo e outros ins-trumentos (*sic*) de sua malvadeza, ou então nas prisões onde os sepultava vivos, onde, carregados de ferros, como malévolos assassinos acaba-vam a existência, amaldiçoando a escravidão; e quantas vezes aos mesmos céus!... (REIS, 2009, p. 118).

Luísa B..., após a morte do seu esposo, assumiu a administração da fazenda e dos escravos, junto com sua filha única Úrsula, conseguindo, a muito custo, fazer uma condução exemplar de sua propriedade. Sua viuvez é condição para sua independência financeira; o papel que assume na narrativa é o da mulher emancipada, que conseguiu gerir a própria vida e os bens, no século XIX. Livre do jugo feroz e machista do seu marido, usou da sensibilidade feminina para construir uma relação de amizade com seus escravos, respeitando-os e tratando-os como seres humanos, como nos afirma Susana: “O senhor Paulo B... morreu, e sua esposa, e sua filha procuraram em sua extrema bondade fazer-nos esquecer nossas passadas desditas! (REIS, 2009, p. 118).

Porém, a ação complacente das mulheres não conseguiu apagar as marcas terríveis da escravidão da alma de Susana, como se lê na sua fala: “Túlio, meu filho, eu as amo de todo o coração, e lhes agradeço: mas a dor, que tenho no coração, só a morte poderá apagar! — meu marido, minha filha, minha terra... minha liberdade...” (REIS, 2009, p. 118-119).

Túlio não entendeu o exemplo da liberdade que Susana lhe dera, pois nascera escravo. O alforriado ouviu apenas o que lhe ditava o coração, agradecido pela generosidade do senhor branco e, envolto em sua subserviência, foi servir a Tancredo como a um amo, na sua viagem e por toda a sua vida. Essa atitude de Túlio evidencia que mesmo um bem essencial como a liberdade dos homens tem que ser aprendido, vivenciado, para ser entendido em sua completude.

Isso também nos orienta a pensar sobre as diferenças existentes entre as narrativas de Baquaque, Maria Firmina e de tantos escritores brancos que se arvoraram em defensores da abolição da escravatura, clamando pela liberdade dos escravos.

Quando Bernardo Guimarães publica o romance *A escrava Isaura*, em 1875, dezesseis anos depois da publicação de *Úrsula*, portanto, o que lemos é um retrato esmaecido e atenuado do que era a escravidão.

Também ressalta aos olhos do leitor que Isaura, embora escrava, sofre um branqueamento excessivo por parte do autor. É a personagem central do romance, mas se supõe que o papel de protagonismo de uma negra dificilmente seria aceito pelo público leitor. Talvez tenha sido essa a mesma razão que faz Firmina centralizar seu tema amoroso no triângulo de brancos: Úrsula, Tancredo e Fernando. No entanto, diferentemente do que ocorre com o romance de Guimarães, o drama da escravidão vai,

paulatinamente, crescendo na trama narrativa, evidenciando ao leitor que a situação romanesca nada mais era que um pretexto para a defesa do oprimido.

O romance *Úrsula* também antecede em dez anos a publicação do conhecido poema “O navio negreiro”, em 1869, de Castro Alves, cujos versos descrevem os horrores sofridos pelos negros nos porões do navio, baseado nos relatos que ouviu dos escravos da fazenda Cabaceiras, do seu pai, em Currálinho/BA. Esse poema é a obra abolicionista mais difundida no Brasil. Seu autor frequentava as academias, era rico e branco, teve o aval dos críticos da Literatura Brasileira. Em 1883, publicou o livro de poemas *Os escravos* sobre o mesmo tema.

Os três autores publicaram suas obras antiescravagistas depois da promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico de escravos, em 04 de setembro de 1850, com o objetivo de denunciar, mesmo *a posteriori*, os horrores da escravidão. Sabe-se, todavia, que a extensão de tal lei foi pequena e precários foram seus efeitos. No Brasil, o tráfico interno de escravos continuava, com todas as agruras e horrores de antes. Os textos desses autores foram publicados em lugares distintos, distantes geograficamente, mas traduzem um horror difícil de ser questionado.

A realidade brutal da escravidão no tráfego efetuado no Atlântico Negro, tanto nas narrativas orais daqueles que fizeram a travessia como escravos, como nas obras dos escritores que ouviram estes relatos e os reproduziram em seus textos trazem semelhanças marcantes: os autores apelam a Deus como ícone maior da justiça; os assassinatos são denunciados como produtos da coerção exagerada a ponto de dar o cognome de sepultura aos navios que os transportavam; a pouca e má alimentação a bordo; as torturas sádicas e contínuas; a rigidez dos mercadores de escravos que os tratavam pior do que uma reles mercadoria, abordando como animais ferozes e os acorrentavam e os queimavam com água quente, ferro e breu.

O que lemos nestes textos é a memória da dor daqueles que foram escravizados e a ideologia dos autores que usaram suas escrituras como manifestação política para denunciar a escravidão e criar uma identidade diaspórica, que condena a escravidão como instituição. Maria Firmina dos Reis, em *Úrsula*, apresenta uma mulher negra como resistência da dupla escravidão vivida pela mulher africana no Brasil: a de ser escrava e a de ser mulher.

### 3.3 O discurso religioso

A linha principal da tese de Maria Firmina dos Reis, expressa em *Úrsula*, é da antiescavidão. Tal tema encontra-se camuflado na relação amorosa entre homem e mulher que deve ser companheira, fiel e eterna; e numa convivência parceira, fraterna e cidadã entre negros e brancos. Para tanto, a autora requisita, nas páginas do romance, uma aplicação do cristianismo, através da conversão, da partilha e do perdão. A escritora, seguindo a tendência do Romantismo, opta pela causa religiosa como pano de fundo do seu romance. Sobre isso nos informa Antonio Candido em *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*:

Embora os poetas da primeira fase tivessem sido os mais declaradamente religiosos, no sentido estrito, todos os românticos, com poucas exceções, manifestavam um ou outro avatar do sentimento religioso, desde a devoção caracterizada até um vago espiritualismo quase panteísta. [...] (CANDIDO, 1981, p. 17).

A escritora maranhense decide usar o tema religioso católico para sensibilizar os leitores para a causa escravocrata.

A escolha do tema cristão no romance é visível desde o título da narrativa e pelo nome homônimo da protagonista; ambos se chamam *Úrsula*, que acreditamos ser uma intertextualidade com a história de Santa Úrsula. Essa Santa foi uma moça bela, filha de um soberano bretão, que foi secretamente consagrada a Deus. Foi pedida em casamento pelo príncipe pagão Ereo, mas, fundamentada em sua fé, resistiu aos assédios do soberano, sendo assim, martirizada por sua decisão:

Ela pede tempo para decidir e durante esse tempo reza para a conversão de seu pretendente. Úrsula e as onze mil virgens se exercitavam na virtude, até que, inesperadamente, resolvem fugir através dos mares. Chegam à Colônia, depois de muitas peripécias, mas são barbaramente trucidadas pelos hunos. Somente Úrsula foi poupada por sua beleza e nobreza. O rei dos hunos se apaixona por Úrsula e pede-a em casamento. Mas ela já tinha por esposo um

rei muito mais poderoso que todos os reis da Terra, Jesus Cristo. Ela também é martirizada por não ter aceito o casamento do rei dos hunos (URSULINAS, (201?).<sup>17</sup>

A semelhança da trama do romance com a história de Santa Úrsula pode ser comprovada. O texto da autora maranhense traz pontos em comum com a história da Santa: ambas foram virgens e morreram na mesma condição de pureza; resistiram aos assédios possessivos dos seus algozes; tiveram apenas um único amor e a este lhes foram fiéis: Úrsula a Tancredo e a Santa a Jesus Cristo.

A narradora de *Úrsula* usa em sua obra duas características próprias do Romantismo, exaltação à natureza e religiosidade, como se vê:

São vastos e belos os nossos campos; porque inundados pélas (*sic*) torrentes do inverno semelham o oceano em bonançosa calma — branco lençol de espuma, que não ergue marulhadas ondas, nem brame irado, ameaçando insano quebrar os limites, que lhe marcou a onipotente mão do rei da criação. Enrugada ligeiramente a superfície pelo manso correr da viração, frisadas as águas, aqui e ali, pelo volver rápido e fugitivo dos peixinhos, que mudamente se afagam, e que depois desaparecem para novo voltarem — os campos são qual vasto deserto, majestoso e grande como o espaço. Sublime como o infinito (REIS, 2009, p. 15).

Os autores do Romantismo enalteceram a natureza em suas obras, pois viam nela a existência de Deus e marcas da sua criatividade. Segundo Peter Gay, em *O coração desvelado: a experiência burguesa — da rainha Vitória a Freud*, para os escritores românticos: “as coisas humildes que encontravam diariamente — regatos e colinas, pássaros e outros animais, riso e as canções das crianças — eram lições da religiosidade natural” (1999, p.96).

Segundo os religiosos, a natureza é criação de Deus, ela é a revelação da sua existência. Para Maria Firmina dos Reis, esse Deus que ela marcou como “a onipotente mão do rei da criação” e em todas as demais referências que ela faz ao longo da narrativa, é o Deus composto pela “Santíssima Trindade”.

---

<sup>17</sup>SANTA ÚRSULA. Disponível em <<http://www.ursulinas.org.br/pagina/santa-ursula>> Acesso em 14-10-2016.

*Úrsula* responde, literariamente, aos requisitos no que se refere aos fundamentos do texto produzidos pelos autores do Romantismo brasileiro. O subtítulo “romance brasileiro”, na sua primeira edição, exprime desejos de buscar uma nacionalidade, incluindo as descrições idílicas dos cenários do Maranhão como a cor local, tão em voga no referido movimento. No entanto, Maria Firmina dos Reis faz uso de tal artifício, por vezes, de maneira às avessas. Este avesso acontece na narrativa de Firmina quando, além de ela descrever lugares, cenas, costumes, fatos do povo brasileiro, ela descreve a exploração que os latifundiários fazem ao povo e ao cenário nacional destruindo a natureza. Na narrativa, ela também adverte que a natureza humana é destruída, pois a liberdade, atributo essencial às criaturas de Deus, não é permitida aos negros escravizados.

Na descrição do espaço ela já manifesta, de início, um questionamento sobre a falta de importância que os homens dão à natureza que é um produto de Deus e que deveria ser louvada com cânticos de amor. Vejamos:

E as águas, e a esses vastíssimos campos que o homem oferece seus cânticos de amor? Não por certo. Esses hinos, cujos acentos perdem-se no espaço, são como notas de uma harpa eólia, arrancadas pelo roçar da brisa; ou como o sussurrar da folhagem em mata espessa (REIS, 2009, p. 16).

Na descrição, é perceptível como a exploração dos espaços – “vastíssimos campos” – evocam a sensação de amplitude e reforçam o tema da liberdade.

O nacionalismo de Maria Firmina dos Reis por vezes destoa daquele praticado pelos demais românticos. A narradora vai além das relações de namoro para mostrar mulheres subjugadas e oprimidas pelos seus companheiros e para exibir um Brasil diferenciado daquele estampado pela literatura, um Brasil que incluía também os menos favorecidos, os excluídos, os marginalizados, os produtos da escravidão. Ao descrever o negro, ela desfaz os estereótipos negativos, derivados da submissão absoluta e da ausência de consciência.

Celia Maria Marinho de Azevedo em *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX* reflete sobre o abolicionista:

A primeira tarefa de um abolicionista, portanto, além de lutar pela abolição, era abrir espaço para que o trabalho se desfizesse de sua secular imagem negativa, impregnada pela escravidão na consciência de escravos, senhores e demais nacionais. Era mediante a regeneração do trabalho, o reconhecimento enfim de que “o trabalho manual, dá força, vida, dignidade a um povo”, que se poderia alcançar no futuro a regeneração racial ou a formação efetiva de uma nacionalidade e, por conseguinte, de instituições políticas verdadeiras (AZEVEDO, 2004, p. 85).

A escrita de Maria Firmina dos Reis defendia a liberdade dos negros, utilizando estratégias de convencimento. Numa descrição do Capítulo I, ela faz uma sutil comparação da noite, bela e com suave claridade, à esperança, por meio de uma palavra ambígua “palmares”: “E desce depois o crepúsculo, e logo após a noite bela, e voluptuosa e plácida, que lhe branqueia o tapete de relva, derramando suave claridade pelos leques recurvados dos palmares” (REIS, 2009, p. 17).

Lê-se, em alguns momentos de seu romance, a esperança isolada dos antiescravagistas que lutam por um país sem escravidão: “Então um vago sentimento de amor e de uma ventura, que mui longe lobrigamos, arrouba-nos a alma de celestes eflúvios, e doce esperança enche-nos o coração, outrora mirrado e frio pela descrença, ou pelo ceticismo” (REIS, 2009, p. 17).

Confiante no sentimento abolicionista que se expandia pelo país, a narradora de *Úrsula* assume sua voz de profetisa da liberdade, tomando os espaços naturais como referenciais:

Quem haverá aí que se não sinta transportado ao lançar a vista por esses vastos páramos ao alvorecer do dia, ou ao arrebol da tarde, e não se deixe levar por um deleitoso cismar, como o que escuta o gemer da onda sobre areais de prata, ou o canto matutino de uma ave melodiosa (REIS, 2009, p. 17).

A voz de Maria Firmina dos Reis expressa crença em um Deus venerado pelos exploradores do seu povo. Parece estranho, ela sendo negra e antiescravagista não pedir proteção e nem mencionar nenhum Deus ou Santo das religiões de matriz africana em

sua trama. É neste ponto que ela crê na sua argumentação de pregar as premissas de Deus, da partilha e do perdão, no sentido de convencer os seus leitores à conversão ao verdadeiro cristianismo e, conseqüentemente, mudar o comportamento destes de exploradores para um relacionamento fraterno: “A vista expande-se e deleita-se, e o coração volve-se a Deus, e curva-se em respeitosa veneração; porque aí está Ele” (REIS, 2009, p. 17).

Segundo a narrativa de *Úrsula*: “O campo, o mar, a abóbada celeste ensinam a adorar o supremo Autor da natureza, e a bendizer-lhe a mão; porque é generosa, sábia e providente” (REIS, 2009, p. 17). As imagens com que a narradora evoca esse Deus também são imagens de imensidão e amplitude. Estas referem-se não somente à grandiosidade divina, mas referendam as ideias de liberdade por ela defendidas, como podemos ler no excerto a seguir:

Eu amo a solidão: porque a voz do Senhor aí impera: porque aí despe-se-nos o coração do orgulho da sociedade, que o embota, que o apodrece, e livre dessa vergonhosa cadeia, volve a Deus e o busca — e o encontra; porque com o dom da ubiqüidade Ele aí está! (REIS, 2009, p. 17).

A cena inicial do romance, o encontro do negro com o branco, um escravo, o outro advogado, parece ter sido arranjada para trazer desconfiança às diferenças sociais. O que lemos no encontro entre Túlio e Tancredo é um encontro entre iguais:

— Deus meu! — exclamou, correndo para o desconhecido.  
E ao coração tocou-lhe piedoso interesse, vendo esse homem lançado por terra, tinto em seu próprio sangue, e ainda oprimido pelo animal já morto. E ao aproximar-se contemplou em silêncio o rosto desfigurado do mancebo; curvou-se, e pôs-lhe a mão sobre o peito, e sentiu lá no fundo frouxas e espaçadas pulsações, e assomou-lhe ao rosto riso fagueiro de completo enlevo, da mais íntima satisfação. O mancebo respirava ainda.  
— Que ventura! — então disse ele, erguendo as mãos ao céu — que ventura, podê-lo salvar! (REIS, 2009, p. 21-22).

Na descrição do escravo Túlio, veem-se todas as características do Romantismo, dada aos cavalheiros: a nobreza; a pureza de espírito. Sua personagem era um escravo,

deixando clara ao leitor a posição dolorosa e excludente ocupada pelo negro na sociedade de então. Notamos como a consciência da autora reafirma a origem e ancestralidade africana:

O homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar vinte e cinco anos, e que na franca expressão de sua fisionomia deixara adivinhar toda a nobreza de um coração bem formado. O sangue africano refervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e em balde o sangue ardente que herdara de seus, pais, e que o nosso clima e a servidão não puderam resfriar, em balde — dissemos — se revoltava; porque se lhe erguia como barreira — o poder do forte contra o fraco!... (REIS, 2009, p. 22).

A revolta era de Túlio e de todos os negros escravizados que gritavam, por meio da voz da narradora, sua situação infeliz: “Oh! Esperança! Só a têm os desgraçados no refúgio que a todos oferece sepultura!... Gozos!... só na eternidade os anteveem eles!” (REIS, 2009, p. 22). Voz que revela a causa da construção da tese de Maria Firmina dos Reis, no romance, que clama que se cumpra pelos homens, em especial por seus leitores, à vontade expressa de Deus nos mandamentos:

Senhor Deus! quando calará no peito do homem a tua sublime máxima — ama a teu próximo como a ti mesmo —, e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... a aquele que também era livre no seu país... aquele que é seu irmão?! (REIS, 2009, p. 23).

Esse clamor da narradora não é necessariamente destinado a Deus em quem ela acredita, mas sobretudo aos católicos, seus leitores. A retórica da escritora ultrapassa à de uma pregação, de natureza espiritual; é principalmente uma argumentação de cunho político, pois nela articulava seu pensamento em defesa da libertação dos negros.

Na descrição do escravo, fica evidente o tormento vivido por ele, devido à consciência de sua posição:

E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração,

permaneciam intactos, e puros como a sua alma. Era infeliz; mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista (REIS, 2009, p. 23).

Túlio que poderia matar ou deixar Tancredo à própria sorte porque ele era um escravo e o branco um suposto escravocrata, resolveu ajudá-lo, porque foi tocado por sua generosidade de cristão. É o que demonstra a narradora ao transcrever a atitude de Túlio. Ajudou o advogado, deu-lhe água, proteção e assistência, presenciando as convalescências do ferido. Quando recobrou a consciência, Tancredo inquiriu sobre a identidade de Túlio e este lhe revela a sua condição de escravo:

— Senhor! — balbuciou o negro — vosso estado... Eu — continuou com acanhamento, que a escravidão gerava — suposto nenhum serviço vos possa prestar, todavia quisera poder ser-vos útil. Perdoai-me!... [...] Entretanto o pobre negro, fiel ao humilde hábito do escravo, com os braços cruzados sobre o peito, descaía agora a vista para a terra, aguardando, tímido, uma nova interrogação (REIS, 2009, p. 25).

A confissão da escravidão envergonha e rebaixa, alterando a perspectiva inicial. O que se percebe, na cena descrita, que o que a natureza humana une, indistintamente, as condições sociais afastam e segregam. Tancredo, ao recobrar os sentidos, se fez de agradecido, retirando a luva da mão e a estendendo-a a Túlio, que a beijou: “Esse beijo selou para sempre a mútua amizade que em seus peitos sentiam eles nascer e vigorar. As almas generosas são sempre irmãs” (REIS, 2009, p. 26). No fragmento, Maria Firmina dos Reis expressa um ideal romântico, que conduz a narrativa: a convivência fraterna entre negros e brancos, independente da condição de escravo. Poderíamos supor que é o sonho que ela profetiza, pois mostra em sua história o desejo de liberdade e igualdade entre os seres, mas a mão do branco que se estende para ser beijada repete um gesto tão ofensivo quanto o do chicote, obrigando o homem negro a curvar-se ante a supremacia do branco.

Após o ocorrido, o mancebo branco lhe cobre de elogios, e, depois de um certo tempo, Tancredo quis saber o nome e a origem do seu salvador. Túlio responde-lhe, de maneira humilde: “— A minha condição é de mísero escravo! Meu senhor — continuou — não me chameis amigo. Calculastes já, sondastes vós a distância que nos separa? Ah! O

escravo é tão infeliz!... tão mesquinha, e rasteira é a sua sorte, que..." (REIS, 2009, p. 28). Na fala do escravo percebem-se os sinais de diferença entre os dois jovens. Embora tenham se encontrado em situações promissoras, fica evidente o distanciamento entre eles, especialmente na súplica do escravo: "não me chameis amigo!" (REIS, 2009, p. 28).

Na fala do jovem advogado, Firmina propaga a ideologia romântica de igualdade, liberdade, que pregava a independência do Brasil, a república, o ideal burguês e o fim da escravidão:

— Cala-te, oh! pelo céu, cala-te, meu pobre Túlio — interrompeu o jovem cavaleiro — dia virá em que os homens reconheçam que são todos irmãos. Túlio, meu amigo, eu avalio a grandeza de dores sem lenitivo, que te borbulha na alma, compreendo tua amargura, e amaldiçoo em teu nome ao primeiro homem que escravizou a seu semelhante. Sim — prosseguiu — tens razão; o branco desdenhou a generosidade do negro, e cuspiu sobre a pureza dos seus sentimentos! Sim, acerbo deve ser o seu sofrer, e eles que o não compreendem!! (REIS, 2009, p. 28).

Aqui o cavaleiro romântico faz um discurso que representa os ideais antiescravagista da autora:

Mas, Túlio, espera; porque Deus não desdenha aquele que ama ao seu próximo... e eu te auguro um melhor futuro. E te dedicaste por mim! oh! quanto me hás penhorado! Se eu te pudera compensar generosamente... Túlio — acrescentou após breve pausa — oh dize, dize, meu amigo, o que de mim exigis; porque toda a recompensa será mesquinha para tamanho serviço (REIS, 2009, p. 28).

Túlio o agradeceu, mostrando-se maravilhado com a ação e o reconhecimento do nobre cavaleiro branco, conforme se lê no trecho abaixo:

E o negro dizia uma verdade: era o primeiro branco que tão doces palavras lhe havia dirigido; e sua alma, ávida de uma outra alma que a compreendesse, transbordava agora de felicidade e de reconhecimento. Pobre Túlio! (REIS, 2009, p. 29).

“Pobre Túlio” é a voz da autora que se manifesta na narrativa, ciente do papel precário ocupado pelo negro na sociedade. Na exclamação se prevê outra escravidão maior, que é aquela advinda da servidão pela subserviência ao branco.

Segue-se uma sucessão de delírios de Tancredo que estava enfermo e com hipertemia, na casa de Luísa B..., sob os cuidados de Túlio e Úrsula que o velava diuturnamente. Através dos desvarios febris de Tancredo passamos a conhecer, mediante seus discursos entrecortados e sem nexos, as personagens Adelaide e a mãe de Tancredo.

Túlio, ávido pela alforria, demonstra a sua vontade de ser livre como se era em África, tal como lhe ditavam as recordações das histórias que ouvira dos antepassados sobre a vida que se tinha na África:

— Homem generoso! único que soubeste compreender a amargura do escravo!... Tu que não esmagaste com desprezo a quem traz na fronte estampado o ferrete da infâmia! Porque ao africano seu semelhante disse: — és meu! — ele curvou a fronte, e humilde, e rastejando qual erva, que calcou aos pés, o vai seguindo? Porque o que é senhor, o que é livre, tem segura em suas mãos ambas a cadeia, que lhe oprime os pulsos. Cadeia infame e rigorosa, a que chama: — escravidão?!... E entretanto este também era livre, livre como o pássaro, como o ar; porque no seu país não se é escravo. Ele escuta a nênia plangente de seu pai, escuta a canção sentida que cai dos lábios de sua mãe, e sente como eles, que é livre; porque a razão lho diz, e a alma o compreende. Oh! a mente! isso sim ninguém pode escravizar! (REIS, 2009, p. 38).

Na voz do escravo, a consciência de sua origem e a ciência de que não se pode escravizar totalmente um homem. Sabemos que Maria Firmina dos Reis nunca foi a nenhum país da África. Mas lemos, em seu romance, a imagem de uma África idealizada e desejada por ela:

Nas asas do pensamento o homem remonta-se aos ardentes sertões da África, vê os areais sem fim da pátria e procura abrigar-se debaixo daquelas árvores sombrias do oásis, quando o sol requeima e o vento sopra quente e abrasador: vê a tamareira benéfica junto à fonte, que lhe amacia a garganta ressequida: vê a cabana onde nascera, e onde livre vivera! (REIS, 2009, p. 38-39)

Túlio, e, por conseguinte, Maria Firmina dos Reis que usa sua voz para falar em nome das suas personagens e de todos os negros escravizados, expressa uma ideia dualista que acompanha o escravo em seu viver de cativo: a do corpo que se sente aprisionado aos mandos do senhor escravocrata e à sua mente que é livre e sonha com as liberdades.

Desperta porém em breve dessa doce ilusão, ou antes sonho em que se engolfara, e a realidade opressora lhe aparece — é escravo e escravo em terra estranha! Fogem-lhe os areais ardentes, as sombras projetadas pelas árvores, o oásis no deserto, a fonte e a tamareira — foge a tranquilidade da choupana, foge a doce ilusão de um momento, como ilha movediça; porque a alma está encerrada nas prisões do corpo! Ela chama-o para a realidade, chorando, e o seu choro, só Deus compreende! Ela, não se pode dobrar, nem lhe pesam as cadeias da escravidão; porque é sempre livre, mas o corpo geme, e ela sofre, e chora; porque está ligada a ele na vida por laços estreitos e misteriosos (REIS, 2009, p. 39).

A autora, sabiamente, prevê que os grilhões da escravidão avançam além dos estabelecidos na relação servil. Anos de subserviência e de anulação dos negros não lhe permitem igualar-se ao branco. “Abolir” a escravidão é algo duradouro, demorado, que significava, também, abolir relações de servilismo, desigualdade, menosprezo.

Vejamos a amargura irônica que está na observação da narradora: “Túlio obteve pois, por dinheiro, aquilo que Deus lhe dera” (REIS, 2009, 42). São palavras de denúncia, que carregam a consciência da autora de que a questão da escravidão do negro não se dissolveu com a alforria.

### **3.4 Senhores e escravos: uma relação problemática**

Numa rápida retrospectiva, a narradora nos conta como foi o retorno de Tancredo e Túlio da Comarca de\*\*\* para o encontro com Úrsula. Ao passar pela estrada da Fazenda Santa Cruz, de propriedade do comendador Fernando P..., tiveram uma visão panorâmica da casa do senhor escravocrata:

Entretanto o rico sítio de Santa Cruz oferecia aos jovens viajantes o mais belo panorama, que se pode imaginar. Era sobre uma colina donde se gozava a poética perspectiva do campo, que a tinham coloca-do (*sic*); a sua formosura era portanto natural; porque os renques de co-queiros (*sic*), que se alinhavam, fazendo um semicírculo em frente da casa do comendador, e dos ranchos dos negros, a mão do tempo e o aban-dono (*sic*) do proprietário tinham reduzido a um penoso estado de morbidez que causava dó (REIS, 2009, p. 166).

A descrição evidencia “a poética perspectiva do campo” aos olhos dos viajantes em contraste com o abandono dos ranchos dos negros. As habitações destinadas aos negros nas casas grandes dos senhores escravocratas eram lugar de torturas dos escravos, porém estes tinham o mínimo necessário à sobrevivência e ao descanso dos míseros explorados, o que faltava completamente nas taperas dos negros de Fernando P... O aspecto das casas dos negros escravos figurava a decadência e a tortura destinada aos cativos na residência/sede da fazenda de Fernando P..., como se lê na descrição:

Ainda as casas dos escravos, que outrora tinham sido de um as-pecto (*sic*) agradável, tapadas de barro e cobertas de telha, hoje mal repre-sentavam (*sic*) esse singelo asseio de outras eras. Já arruinadas, desmoronavam-se aqui, e ali; porque os desgraçados escravos do comendador, espectros ambulantes, não dispunham de uma só hora no dia , que pu-dessem (*sic*) dedicar em benefício de suas moradas; à noite trabalhavam or-dinariamente (*sic*) até ao primeiro cantar do galo. Esfaimados, seminus, es-pancados (*sic*) cruelmente, suspiravam pelas duas ou três horas desse sono fatigado, que lhes concedia a dureza de seu senhor (REIS, 2009, p. 166).

Essas imagens levaram Túlio a uma intensa meditação e abatimento emocional, o que foi percebido por Tancredo que o inquiriu:

— Habitaste algum dia estes lugares, meu Túlio?  
 — Se os habitei, perguntais?! Ah! Este é o lugar do meu nasci-mento (*sic*); mas que eu detesto, que eu amaldiçoo do fundo da minha alma; porque aqui minha pobre mãe, à força de tratos os mais bárbaros, aca-bou (*sic*) seus míseros dias!

— Oh — exclamou Tancredo vivamente tocado.  
 — Minha mãe — continuou o jovem negro — era a escrava predileta de minha senhora: essa predileção chamou sobre ela parte do ódio que Fernando P... votava à sua irmã (REIS, 2009, p. 167).

Túlio narra a Tancredo que Fernando P... comprara as dívidas de Paulo B..., após sua morte, para vingar a união do falecido com Luísa B... e que ele, sua mãe e os demais escravos faziam parte deste débito, como se lê no fragmento: “— Pois bem — prosseguiu Túlio, com voz lagrimosa — minha des-graçada (*sic*) mãe fez parte *daquilo* que ele comprou aos credores, e talvez fosse ela mesma uma das coisas que mais o interessava” (REIS, 2009, p. 168). Percebe-se, nas entrelinhas, que esse interesse se referia ao uso da escrava como objeto sexual entre outras funções destinadas às escravas, prática tão comum aos senhores escravocratas.

A narrativa da personagem foca a situação mais cruel da escravidão, o quadro mais desumano que um senhor escravocrata poderia destinar como punição e falta de humanidade a uma escrava que era a separação entre mãe e filho.

Consciente da separação que iria ocorrer entre ela e seu filho, a mãe de Túlio transfere a sua maternidade a outra escrava, como se lê na fala do alforriado: “Quando ela se viu obrigada a deixar-me, recomendou-me entre soluços aos cuidados da velha Susana, aquela pobre africana, que vistes em casa de minha senhora, e que é a única escrava que lhe resta hoje!” (REIS, 2009, p. 168). Túlio relata a Tancredo a atitude desesperada da mãe ao despedir-se dele: “Minha mãe previa a sorte, que a aguardava; abraçou-me sufoca-da (*sic*) em pranto, e saiu correndo como uma louca” (REIS, 2009, p. 168).

O filho, que fora vítima da truculência, comprova a condição mais humilhante que poderia sofrer uma escrava, a de não oferecer nenhuma resistência física ou judicial aos abusos dos senhores escravocratas e ainda manter-se obediente, como se lê no discurso: “Ah! quão grande era a dor que a consumia! Porque era escrava, submeteu-se à lei, que lhe impunham, e como um cordeiro abaixou a cabeça humilde e resignada” (REIS, 2009, p.168).

Túlio ao rememorar o terror da apartação, relembra seus sentimentos de criança desgarrada e a habilidade emocional da sua mãe adotiva que, sabiamente, soube consolá-lo:

Bem pequeno era eu — continuou Túlio após uma pausa entre-cortada (*sic*) de soluços —; mas chorei um pranto bem sentido, por vê-la se partir de mim, e só comecei a consolar-me, quando mãe Susana à noite balouçando-me na rede, disse-me:

— Não chores mais, meu filho, basta. Tua mãe volta amanhã, e te há de trazer muito mel, e um balaio cheio de frutas.

Enxuguei os olhos e dormi na doce esperança de revê-la; e à noite sonhei que a vira carregada de frutas como a boa velha me havia dito. Embalde a esperei no outro dia! Porém mãe Susana, que chorava enquanto eu cuidava dos meus brinquedos, sorria-se quando me via, e procurava fazer-me esquecer minha mãe e seus afagos (REIS, 2009, p. 168-169).

Na sua juventude, Túlio foi despertado com a trágica notícia da morte de sua mãe, sob torturas cruéis, o que o levou a uma maior compreensão do sistema escravocrata a que ele, mero escravo, tinha que submeter-se.

Enquanto Tancredo, Úrsula e Túlio estavam a caminho do Convento de Nossa Senhora da\*\*\*, felizes e confiantes no futuro de suas relações, naquela noite de luar, Fernando P... chegava da cidade de\*\*\* à sede da sua fazenda de Santa Cruz, para providenciar os papéis necessários ao seu enlace matrimonial com Úrsula.

Estava exacerbado para fazer valer seu desejo de casar-se com a sua pretendida, para tanto, não respeitava limites e empunha a todos o seu poder exorbitante dentro e fora das suas propriedades, extrapolando até ao próprio conceito do mandonismo que era praticado pelos escravocratas da época.

O mandonismo é um termo usado pela ciência política, sociologia e filosofia para elucidar o exercício e prática do poder pelos que detinham as estruturas oligárquicas, como nos orienta José Murilo de Carvalho em seu artigo “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual”:

Este talvez seja o conceito que mais se aproxime do de caciquismo na literatura hispano-americana. Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma

característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania (CARVALHO, 1997, p. 02)

O mandonismo tem sua herança no feudalismo europeu que teve seu apogeu na idade média e que fora transplantado para o Brasil, desde a colonização, dando poder hereditários aos senhores latifundiários de terem escravos e de considerar todos os que vivem nas suas fazendas como servos. Esses poderes abrangiam o campo familiar, trabalhista, social, religioso, judicial e de polícia, pois eles poderiam até criar milícias armadas, uma vez que eram representantes legais dos poderes na monarquia e na primeira república. Fernando P... o exercia de maneira intensa, agindo com violência e brutalidade, especialmente em relação a seus escravos.

O Estado e o Clero mantinham relações corporativistas, uma vez que a Igreja Católica era religião oficial no Brasil. O comendador Fernando P..., como representante da monarquia, tinha em sua casa um padre capelão ao seu dispor e o tratava como a um súdito. Seu objetivo ao chegar da viagem em sua residência era de levar o padre à casa de Luísa B... para fazer seu casamento com Úrsula, como podemos ver no trecho em destaque:

Depois subiu para a varanda, e logo uma multidão de escravos se lhe veio aproximando; mas ele erguendo a voz imperiosa perguntou: — onde está o padre F...?

— Saiu ainda há pouco, meu senhor — animou-se a responder o menos tímido entre os que ali estavam.

— Saiu? — interrogou Fernando, enrugando a testa — para onde foi?

— Ignoro-o, meu senhor — tornou o mesmo escravo com voz con-vulsa (*sic*) pelo medo — e creio que o mesmo acontece aos mais parceiros. Tomou a sua mula azeitona, e há pouco o vimos desaparecer pela es-trada (*sic*) do cemitério (REIS, 22009, p. 179).

O comendador desceu as escadas de frente da sua casa enquanto os escravos estavam desarreando os cavalos e foi golpeando-os com o chicotinho que sempre o trazia às mãos e os ordenou gritando: “— Eia, que fazem, animais! Outro cavalo

imediatamente selado. E os meus dois pajens, que me sigam” (REIS, 2009, p. 179). Os trechos evidenciam a sujeição dos escravos, sua humilhação mantida por meio de torturas físicas e morais. No entanto, havia revolta, porém esta era contida pela extrema opressão. A forma como a autora pinta esse quadro de dominação, exaltada pela subjetividade romântica, apela à emoção e à piedade do leitor, conforme lemos: “Os míseros escravos geram de ódio e de dor; mas nem a mais leve exprobração, nem um sinal de justa indignação, se lhes pintou no rosto. Eram escravos, estavam sujeitos aos caprichos de seu bárbaro senhor” (REIS, 2009, p. 180).

Fernando P... e seus pajens, montados em seus descansados cavalos, encontraram, perto de casa, o padre, a quem ele tratava também como se fosse sua propriedade, a ponto de chamá-lo de “Meu padre” (REIS, 2009, p. 180). Nesse chamamento, prevalece o sentido da posse e não o do afeto.

O sacerdote informou-lhe que iria consolar a Úrsula da morte de Luísa B... A notícia do falecimento da irmã deixou-o abatido:

Então duas lágrimas rolaram dos olhos de Fernando, que se esqueceu (*sic*) de si, imerso nesse sentimento, único que esclarecia a sua vida em todos os demais pontos tão negra. Abandonou as rédeas e o seu ca-valo (*sic*) seguia os passos tardos da mula do digno sacerdote. E esse torpor doído durou muito, e ninguém ousava quebrar o silêncio que era completo (REIS, 2009, p. 180-181).

Esse pequeno traço de humanidade foi quebrado, quando Fernando P... adentrou à porta da casa de Luísa B... e soube, por intermédio de Susana, que Úrsula saíra. Ficou tomado de cólera. Ameaçou agredir fisicamente a velha interlocutora e foi interceptado pela mediação inteligente do padre que lhe propôs: “Prudência, filho! Por que vos encolerizais contra essa mísera velha? Mandei primeiro que tudo a Santa Cruz, e talvez lá seja possível encontrá-la” (REIS, 2009, p. 182). Encerrou a sua argumentação dizendo a Fernando P... que veio à casa de Úrsula a esta hora no intuito de oferecer-lhe a palavra de Deus e o consolo para minimizar os seus sofrimentos. Fernando P... ao ouvir o sacerdote, desesperadamente dirigiu-se, com seus acompanhantes, ao Cemitério de Santa Cruz. Chegou ao campo-santo já à meia noite, a hora dos mistérios.

No decorrer da narrativa, percebemos que a autora faz jogos opositivos entre o dia e a noite, interpondo em tal jogo, a beleza e opulência da natureza diurna à melancolia e à tristeza contemplativa, propiciada pela escuridão. Nesses momentos, a autora relaciona a noite ao lado perverso. São momentos também em que ela evoca, mais fortemente, a figura de Deus:

A noite era já adiantada, e o galo, que cantara na fazenda de Santa Cruz, e que ele ouvira ao longe, veio revelar-lhe que tinha soado a hora dos mistérios, a hora em que aquele, que medita em meio dos palmares, ou sobre as ribas do mar, debaixo do nosso opulento e magnífico céu todo estrelado, enche o coração de maga poesia, e de um sentir delicio-so (*sic*), que vai como nuvem de incenso desfazer-se puro aos pés do trono do monarca do universo. A hora alta e silenciosa da noite encerra mis-térios (*sic*) tão profundos que só os compreende a alma, que verga ao peso de uma dor íntima e incurável, ou o coração, que transborda de afetos, que a vida inteira não pode resfriar (REIS, 2009, p. 183).

A autora sublinha que só os excluídos, os escravizados dão relevância à hora dos mistérios para descanso e reflexão acerca dos males sofridos, tendo Deus como seu último recurso. A alusão aos palmares também é dúbia podendo anuir tanto às palmeiras, como ao famoso quilombo, abrigo dos escravos fugitivos. Os senhores e os que tinham a vida apaziguada desconheciam tais sentidos de valores, como se lê: “Para os demais a hora da meia-noite não tem significado” (REIS, 2009, p. 183).

No momento em que Fernando P... vai à morada dos mortos, desenha-se um espaço gótico, horripilante. Ele entrou no cemitério e seus pajens seguiam-no amedrontados; verificou todas as sepulturas, inclusive as daqueles que foram suas vítimas, sem remorso. Frustrado por não ter encontrado Úrsula junto à sepultura da sua mãe retornou blasfemando até a porta da sua casa para ordenar ao seu feitor branco que lhe trouxesse Susana:

— Que me tragam sem detença Susana. Ouvis, senhor? Que a tra-gam (*sic*) de rastos. Que a atem à cauda de um fогoso cavalo, e que o fusti-guem (*sic*) sem piedade, e...

— Senhor comendador — observou o homem, que recebia as or-dens (*sic*) — ela chegará morta.

— Morta?... Não, poupem-lhe um resto de vida, quero que fale, e demais reservo-lhe outro gênero de morte (REIS, 2009, p. 185-186).

O episódio destaca a ira de Fernando P..., que decai com maior ênfase nos escravos. Inquirido pelo feitor, que quis saber se tinha outras ordens a cumprir, teve como resposta: “— Sim, — tornou ele — quero que dobre hoje o serão destes marotos. Ah! esta cáfila de negros, só surrados, e...” (REIS, 2009, p. 186).

O feitor era um homem que prestava serviços para o comendador, porém não concordava com sua truculência e achava uma prática absurda fazer a dupla jornada de trabalho com os negros que há muito estavam sem nenhum descanso: “— Mas, senhor comendador — interrompeu o feitor com acento apesar seu repreensivo e indignado — é já meia-noite, os desgraçados ainda trabalham por acabar o serão, como pois é possível dobrar-se-lhe (*sic*) a tarefa?” (REIS, 2009, p. 186).

A resposta do escravocrata foi imperativa e desdenhosa: “— Oh! lá!... — bradou Fernando P... e sorriu-se com horrível sarcasmo. — Que tal? Quem manda nesta casa? Diante de tamanha empáfia do comendador, o feitor, envolto de um humanismo condoído e de uma vontade de não ser cúmplice de tamanha barbárie, renunciou à função de torturador a que lhe impunha o patrão:

— Fartai-vos de atrocidades, já que sois um monstro, — retrucou fora de si o feitor, fixando-o com um olhar de desprezo, que ele suportou — banhai-vos no sangue dos vossos semelhantes, juntai crimes horrendos a crimes imperdoáveis; mas não conteis mais doravante co-migo (*sic*) para instrumento dessas ações, que revoltam ainda a um coração viciado, e que só no vosso pode achar morada.

Desde já contai-me despedido do vosso serviço.

— Miserável! — rugiu Fernando sufocado pela cólera (REIS, 2009, p. 186).

O feitor saiu apressadamente da sede de Fernando P...com destino à casa de Luísa B... ,arquitetando um plano para salvar a infeliz escrava e a encontrou caminhando acompanhada por dois negros e pelo Padre F... que murmurava o salmo 138.

A velha não estava desesperada, com medo, ao contrário postava uma determinação e consciência de que não havia feito nada de errado, como nos descreve a

narradora: “Susana não vinha atada à cauda de um cavalo, caminhava com a fronte erguida, e com a tranquilidade do que não teme; porque é justo” (REIS, 2009, p. 187). E os justos têm sempre uma atitude de resistência frente aos abusos dos poderosos, era o que manifestava a condenada e o Padre F... Essa figura altiva sem dúvida tem acento na visão dos mártires cristãos, que padecem tormentos, mas não perdem a fé.

O feitor, às escondidas, gritou da orla da estrada para Susana fugir; ela pareceu nada ouvir e o sacerdote continuou proclamando o salmo 138. Então o ex-feitor, destemido, se fez presente e foi reconhecido pelo Padre F... e pelos negros que os acompanhavam e disse à escrava:

— Foge, Susana!  
 — Fugir? não, meu senhor. Não sabeis que sou inocente?  
 — Louca! — tornou ele, — toma o meu cavalo e foge. Que importa àquela fera a tua inocência? Acaso não conheces o comendador?  
 Susana replicou-lhe com vivo reconhecimento:  
 — O céu vos pague tão generoso empenho; mas os que estão inocentes (*sic*) não fogem (REIS, 2009, p. 187).

Maria Firmina dos Reis nos faz perceber nestas falas e na atitude de Susana um símile com a postura de Jesus Cristo, em toda sua vida, e principalmente na decisão que tomou no Jardim de Getsêmani, no Monte das Oliveiras, em prol de seus objetivos, de cumprir seu destino com altivez.

Susana, Padre F... e os negros chegaram à casa de Fernando P... de madrugada. Mesmo acostumados com a escravidão, com a dupla jornada de trabalho para os escravos da fazenda Santa Cruz que perdurava até à meia-noite, Susana e o Padre F... ficaram perplexos, pois agora a jornada alongava-se até ao amanhecer e se renovava com o novo dia, sem nenhum descanso para os infelizes escravos:

Na casa do trabalho, muito mais frouxa lobrigava-se ainda a escassa luz de um lampião: os negros tinham recebido novas tarefas, empenhavam-se por acabá-las. Desgraçados! Não eram eles que trabalhavam por acabá-las — era o novo feitor, que com o azorrague em punho ao som dos estalos os despertava. E já nem uma lágrima lhes vinha aos olhos, nem um queixume aos lábios — eram mudos; estorciam-se com a dor da chibata, abriam os olhos, moviam-se maquinalmente para continuarem o serviço, e logo

recaíam naquela penosa prostração, que revela a extrema fadiga de um corpo, que descai já para o túmulo, can-sado (*sic*) de lutar em vão contra mil privações que o desgastaram e aniqui-laram (*sic*) (REIS, 2009, p. 188).

A cena revela, com detalhes, o sofrimento dos negros. Nesse ponto da narrativa, percebe-se como a trama romanesca devia-se do tema amoroso para concentrar-se, paulatinamente, e cada vez com mais ênfase, na denúncia dos maus tratos sofridos pelos escravos.

Fernando P..., ao se deparar com Susana, ficou alterado: “ao vê-la, o comendador rugiu como um tigre, os olhos injetaram-se-lhe de sangue, e as artérias intumescidas ameaçavam arrebentar: seu semblante tornou-se roxo de ódio, e a fisionomia era medonha, e horripilante” (REIS, 2009, p. 189). O retrato que lemos assemelha-se ao de uma figura distorcida, demoníaca. Maria Firmina dos Reis, de acordo com o gosto romântico, pintava um mundo maniqueísta, em que os bons eram oprimidos, assemelhados ao cordeiro imolado das escrituras bíblicas, e os maus eram frequentemente comparados às figuras diabólicas.

Inquirida por Fernando acerca do paradeiro de Úrsula, Susana limita-se a falar apenas o que sabe e não relata suas suposições sobre a atitude do casal desaparecido, mesmo sabendo qual será o seu destino final. A sua fidelidade não é apenas para defender Úrsula e Tancredo, necessariamente, mas para honrar a sua verdade, a sua capacidade de não mentir, premissa fundamental nos justos.

Percebemos, nesta cena, nova semelhança da atitude de Susana com a postura de Jesus Cristo diante do Sinédrio e do julgamento de Pôncio Pilatos. Embora sabendo que teria uma morte de cruz; Jesus, chamado de “o cordeiro de Deus”, não se submeteu à arrogância dos defensores do poder imperialista romano, sendo, assim, exemplo de mártir.

O comendador transtornado ordena que a levem para que ela confesse. O padre roga-lhe, em nome de Jesus Cristo, que desista de fazer mais essa tortura, mas o escravocrata não lhe dá ouvidos e inquire à velha negra: “— Confessa a tua cumplicidade, diz-me onde foi ela, ou apronta-te para morrer” (REIS, 2009, p. 191). Susana, como modelo de resistência exemplar aos poderosos, depois de um momento de

reflexão, roga a Deus pedindo lhe que pusesse um selo nos lábios e o valor do mártir no seu coração.

Enquanto o Padre F... tenta em vão conscientizar Fernando P... de que o sangue de um inocente leva o seu agressor ao inferno, dois negros entram na sala e dizem para o escravocrata que viram uma senhora, um cavaleiro branco e um negro na estrada que leva a cidade de\*\*\*. A notícia elevou o comportamento sádico do comendador que ordenou a seu feitor e a seus capatazes:

— Levem-na! — tornou acenando para Susana. — Miserável! pretendeste iludir-me... saberei vingar-me. Encerrem-na em a mais úmida prisão desta casa, ponha-se-lhe corrente aos pés, e à cintura, e a comida seja-lhe permitida quanto baste para que eu a encontre viva.  
Susana ouviu tudo isso com a cabeça baixa, depois ergueu-a, fitou os céus, onde a aurora começava a pintar-se, como se intentasse dar à luz seu derradeiro adeus, e de novo volvendo para o chão, exclamou:  
— Paciência! (REIS, 2009, p. 192)

A atitude de resistência à prepotência do poder tirânico e a resignação da preta Susana nos levam a visualizar dupla similitude de ações de mártires cristãos quando ela fitou os céus e voltou-se ao chão e pronunciou “— Paciência!” (REIS, 2009, p. 192): uma com Jesus Cristo que ao perceber o seu último momento na cruz expressou: "Pai, perdoa-lhes, eles não sabem o que fazem" (Lc 23:34) e logo depois “Então, Jesus clamou em alta voz: Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito! E, dito isto, expirou” (Lc 23:46) e a outra com Santa Suzana, que segundo o Blog Kenosis<sup>18</sup> e Algemira Macêdo Mendes (2006), resistiu aos assédios e possessividades do imperador Dioclesiano que enviou então um cônsul romano chamado Macedônio, um torturador perverso dos cristãos, que também não conseguiu persuadi-la. Suzana negou-se a casar, como também a adorar os deuses greco-romanos, em especial a Júpiter e a renegar a Jesus Cristo. Macedônio começou a bater na mártir com pauladas, mas Santa Suzana permanecia inabalável. Inteirado da decisão da jovem, Diocleciano determinou a Macedônio que a decapitasse e esquartejasse com a espada da Santa Virgem, na casa

---

<sup>18</sup> Santa Suzana, martirizada em 293 d. C. Disponível em <<http://kenosis.blog.br/santa-suzana-martirizada-em-293-d-c/>> Acesso em 01-12-2016.

paterna. Suzana, antes de morrer, pediu perdão por seus carrascos. Foi martirizada em 293 d. C. Maria Firmina dos Reis faz uma comparação ideológica de Susana com os mártires católicos a fim de demonstrar para seus leitores “cristãos” que uma mulher negra, escrava, tem honradez e fidelidade com seus princípios.

Vê-se, ao contrário, na atitude do escravocrata que embora a aristocracia estivesse ligada em comunhão institucional e econômica com o clero, a ponto de ter um padre aos seus serviços, não seguia os preceitos do Cristianismo como prática de fé e conduta humanista.

Quando orientado pelo padre a não seguir seus instintos de vingança, Fernando P... extrapola o poder arbitrário que lhe era concedido e decreta a prisão do Padre F... : “— Silêncio! — exclamou Fernando ardendo em ira, e aproximando-se-lhe , disse: — Sois meu prisioneiro. A justiça da terra não me estorvará a vingança, porque ninguém senão vós ousará denunciar-me” (REIS, 2009, p. 196).

Na tarde do dia do casamento de Tancredo e Úrsula, Túlio foi capturado pelos escravos do comendador Fernando P... e levado a um casebre deserto onde foi interrogado, de maneira vil, por Fernando P... :

— Dizei, meu senhor, o que determinais ao vosso escravo?  
 — Dize-me, onde está Tancredo?  
 Como se fora um ferro em brasa, esse nome pareceu requeimar-lhe os lábios, que tingiram-se de uma cor lívida, e tremeram convulsos.  
 — Creio que está em sua casa — redarguiu o negro sem perturbar-se.  
 — Mentos! — gritou-lhe o comendador, devorando-o com horrível olhar — Mentos!... Parvos! Julgam que o meu ódio os não segue como as suas próprias sombras! (REIS, 2009, p. 203).

Túlio resistiu ao interrogatório e não delatou o seu senhor. Aqui a narrativa enfatiza as características românticas da personagem negra: Túlio é um homem digno, honrado, um exemplo de cavalheiro, de herói romântico. Embora o medo o consuma, enfrenta Fernando P... não para defender a si mesmo, mas para salvar e ser fiel a Tancredo.

Quando se viu livre dos muros do casebre onde estivera preso, Túlio põe-se a correr desesperadamente na tentativa de salvar o casal que acabara de casar, da ira do

comendador Fernando P... . Quando avistou o coche dos noivos, ainda parado em frente à Igreja, gritou desesperadamente, na tentativa de salvar Tancredo e Úrsula:

— Cilada, senhor... querem assassi...

Dois tiros de pistola disparados ao mesmo tempo ressoaram com pavoroso estampido, e Túlio não acabou a palavra!

A mão, que os disparou, era certa, e ele moribundo só pôde ex-clamar: *(sic)*

— Jesus! Eu mor... ro!... (REIS, 2009, p. 212).

Túlio, que era escravo, ganhou a liberdade por meio da alforria, porém a sua “humanidade”, benevolência, sua gratidão e lealdade, levaram-no a outra escravidão: aquela a qual, por falta de perspectiva de vida, a pessoa se entrega voluntariamente a outra. Premido pela gratidão a Tancredo, que lhe dera a alforria, Túlio dedica-se a ele, esquecendo-se de sua própria vida. Porém, como se percebe, num mundo de exclusões e preconceitos, a morte pode ser a única forma possível de libertação.

Tancredo ao reconhecer a voz de Túlio e ao ouvir os tiros disparados, abriu a portinhola do coche e entrou em confronto com Fernando P...: “Luta desesperada travou-se entre ambos. Os asseclas do comendador agarraram Tancredo pelas costas, e o covarde comendador embebeu-lhe no peito o punhal que trazia na mão” (REIS, 2009, p. 214). Úrsula lançou-se sobre o esposo ferido e entre seus lábios recebeu o último suspiro de Tancredo.

Observamos, nos trechos analisados, que o final do romance o integra à linha dos romances românticos produzidos no Brasil com a desdita amorosa dos personagens principais, a luta do bem contra o mal e o arrependimento e a loucura de Fernando P...

Três noites após o crime que cometera, Fernando P... não tinha conseguido dormir. No intuito de amenizar seu sofrimento dirigiu-se ao quarto de Úrsula e a encontrou com os olhos cerrados a dormir o sono agitado do febricitante, ajoelhou e olhou-a extasiado. Sua personalidade desagregada misturava a imagem de Úrsula à de Tancredo, como nos informa a narradora: “Mas o fantasma aí veio persegui-lo; ele fechou os olhos, depois abriu-os para fitá-los sobre a donzela adormecida, e estremeceu” (REIS, 2009, p. 219). Sua consciência o acusava de “— Assassino!” (REIS, 2009, p. 219).

Mediante o estado deplorável de Úrsula, Fernando P... , pela primeira vez, compreende o que era a dor no coração de outra pessoa. Pede perdão à jovem, mas obtém dela uma reação imprevisível. Úrsula oferece-lhe uma resistência através do silêncio e do descaso, como se lê na descrição:

Então ela desvendou os olhos, e pôs-se a contemplá-lo, muda e impassível como se nada a inquietasse; e depois de alguns momentos levantou-se, deu alguns passos vagarosos e incertos, e voltando-se para Fernando, que a seguia com a vista e com o coração, deixou escapar um sorriso descomposto, que o gelou de neve (REIS, 2009, p. 220-221).

O silêncio e o olhar vazio de Úrsula consome Fernando P... de remorso:

No rosto pálido e desfeito as lágrimas escavavam-lhe profundos sulcos; os olhos encovados, e vermelhos, e pisados denunciavam a insônia febricitante. Já não era o mesmo, senão no seu amor e na sua desesperação. A dor enrugou-lhe as faces, os remorsos alvejaram-lhe os cabelos. Tão poucos dias de aflição transformaram-no em um velho fraco e abatido. Faltavam-lhe forças para ver Úrsula; as noites e os dias inteiros passava-os aí, ora correndo louco por baixo dessas copadas e seculares árvores; ora rojando-se por terra, arrancando os cabelos e blasfemando horripelmente de Deus e dos homens (REIS, 2009, p. 224).

Foi despertado, por um instante, da sua confusão mental, pela voz do Padre F... que lhe mostrava o cadáver de Susana que estava sendo levado ao Cemitério de Santa Cruz envolto em uma rede velha por dois negros. O remorso o fez gelar e esconder seu rosto entre as mãos em busca de uma fuga dos fatos e expressou a sua negação: “— Não! não fui eu” (REIS, 2009, p. 225). Além da morte de Tancredo, Fernando ainda se responsabilizava pela morte de Susana e pela desorientação de Úrsula.

O capelão descreve a Fernando P... a resistência dos justos e inocentes vividas por Susana na masmorra até a hora de sua morte, como modelo de relutância da mulher e da escrava aos mandos senhoriais arbitrários. Diz-lhe que a negra teve postura de mártir uma vez que fora justa, defendera a verdade e enfrentara a morte, porque acreditava em

Deus e na sua misericórdia e via no perecimento o caminho da liberdade de um escravo junto ao Altíssimo que não discrimina ninguém pela cor e posição social.

Esta investida do sacerdote representa o ápice da tese literária do romance de Maria Firmina dos Reis. A argumentação do sacerdote ultrapassa à mera pregação de um religioso; por meio de suas palavras a crença da autora de que a religião cristã deve aproximar e igualar os seres humanos se deflagra.

O comendador, em seus delírios e com os olhos inclinados para o chão, ouviu o Padre F... e depois pediu para ser levado onde estava Úrsula. O escravocrata parou no limiar da porta, quando a viu, alucinada, sobre a cama. A cena tocou-lhe profundamente e desenvolveu-lhe uma grande angústia ao ver a incoerência mental e emocional da sua amada.

Nos momentos finais de Úrsula, o Padre F... no seu papel de sacerdote murmura o salmo dos defuntos, enquanto Fernando P... vê-se tocado gravemente pelo remorso de ser o causador do sofrimento e da morte da sua pretendida. O final da agonia da moça, envolto em um cenário ultrarromântico, é descrito de forma poética e subjetiva pela narradora: “E ela, nesse transe supremo, cruzou as mãos sobre o peito, apertando nesse estreito abraço a florzinha seca de sua capela, e murmurou — Tancredo! —, e com os lábios entreabertos, e onde adejava um sorriso divinal, e como um anjo deu o último suspiro” (REIS, 2009, p. 230). Desta forma, Maria Firmina dos Reis faz um símile da morte de Úrsula com a da Virgem Maria e com Santa Úrsula que morreram castas.

O romance *Úrsula* apresenta cortes significativos. Do episódio anterior, das mortes de Túlio, Tancredo, Susana e Úrsula, para o próximo, há um espaço de dois anos. Nesse lapso temporal, lemos a denúncia da autora sobre as instituições brasileiras:

Dois anos eram já passados sobre os tristes acontecimentos, que narramos, e ninguém mais na província se lembrava dos execrandos fatos do convento de \*\*\* e da horrenda morte de Tancredo. A justiça, se a pintam vendada, completamente cega ficou, e os assassinos do apaixonado mancebo e do seu fiel Túlio impunes. E o sudário do esquecimento caíra sobre eles; porque a lousa do sepulcro os tinha encerrado para sempre! E as pesquisas da justiça cansaram de mistérios e tergiversações e também foram abandonadas (REIS, 2009, p. 231).

Só o Padre F... sabia que Fernando P... fora o verdadeiro assassino de Paulo B..., de Tancredo, de Túlio, Susana e dos escravos e demais pessoas que direta ou indiretamente foram vítimas de suas armas ou de seu mando, mas não o denunciou porque essas informações lhes foram passadas em confissão. A responsabilidade de um sacerdote católico fazia com que ele honrasse o silêncio que resguarda este sacramento cristão. O papel da condenação é da justiça, não é da Igreja.

Nesta ficção, Maria Firmina dos Reis apresenta-nos uma Igreja contraditória: por um lado, vemos um Clero conservador, subserviente aos poderes e poderosos da monarquia e da nascente república brasileira e, por outro lado, encontra-se representada aquela Igreja praticada pela fé dos seus sacerdotes e crentes que dão suas vidas para a conversão dos ímpios à Justiça Divina. O paradoxo acontece quando a direção do convento admite que um assassino, latifundiário escravocrata, um alienado mental se submeta ao noviciado sacerdotal sem a devida convicção para o ministério, como se lê na narrativa, onde a autora revela o nome do convento:

No convento dos carmelitas, havia dois anos, entrara um homem, que pedira o hábito, e logo depois começara o seu noviciado. Esse homem era um velho, com a fronte e o rosto sulcados de rugas, a pele macilenta, e o corpo vergado e encarquilhado como do convalescente de moléstia atroz, debilitante e prolongada. Quem era ele ninguém o sabia no convento. Chamava-se — frei Luís de Santa Úrsula (REIS, 2009, p. 232).

A inserção do comendador ao noviciado parecia ter sido uma ação mediada pelo Padre F... que supostamente teria feito Fernando P... arrepender-se e converter ao sacerdócio, nos mostra, por outro lado, uma atitude insana do escravocrata e de uma Igreja que parecia desatenta em admitir um transtornado mentalmente como a um iniciado sacerdotal.

Numa noite de chuva torrencial, o sino do convento anunciava aos carmelitas que um dos seus estava à porta da eternidade. O agonizante era o frei de Santa Úrsula que tinha a alcunha de “O louco”. Enquanto os religiosos entoavam o salmo dos defuntos, um frei atento à sua função sacerdotal inclinou-se sobre Fernando P..., implorando-lhe para confessar seus pecados, o que foi veemente repudiado pelo moribundo.

Maria Firmina dos Reis encerra a sua tese literária colocando Fernando P... como caricatura dos latifundiários escravocratas, promotores da escravidão, da exploração do negro e das mulheres. A morte dos escravos e amantes os redimem dos problemas da vida, anunciando-lhes promessas: o amor para os enamorados, a liberdade para os negros.

O fim dramático põe em cena o drama individual daqueles que ousam lutar contra o poder constituído. Dando fim semelhante aos namorados brancos e aos negros escravizados, prevalece o argumento fundamental da obra, defendido por meio de imagens da natureza, pensamentos cristãos e triângulos amorosos: o da igualdade entre os homens. Na tese fundante do romance *Úrsula*, todos são iguais; o que diferencia um homem de outro não é a cor da pele, não é o gênero, mas a conduta, o caráter de cada um.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intento principal deste trabalho foi o de estudar o romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, bem como pesquisar sobre a autora, cuja trajetória de vida, marcada pela exceção e pelas dificuldades impostas pela época, à tida mulher escritora, chamaram-me a atenção. O fato de ela ser considerada a primeira autora de romance abolicionista do Brasil foi um dos pontos centrais de investigação, neste estudo, posto que sua condição de negra e de mulher a colocava como voz fundante de uma escrita negra, que se insurgia contra o abuso da escravidão e do preconceito étnico. A par de alguns estudos recentes sobre a autora e sua obra, quis aprofundar minha investigação, tentando trazer ao conhecimento maiores detalhes sobre a vida e as condições de escrita de Firmina. Assim, empenhei esforços e procurei seguir as pegadas da vida da escritora, em sua cidade natal, no Maranhão. Detalhes sobre sua escrita e a primeira recepção de seu romance são informações que são trazidas ao público leitor, pela primeira vez, em caráter inédito.

Deparamos, no início deste trabalho, com uma limitada fortuna crítica sobre Maria Firmina dos Reis, o que me obrigou a fazer uma pesquisa de campus em Guimarães e em São Luís/MA, como já foi mencionada na introdução deste trabalho, com o intuito de investigar a sua história de vida, de primeira professora concursada de Guimarães e criadora da escola mista, sobretudo, a sua história de escritora das letras maranhense e autora do primeiro romance afrodescendente brasileiro. Nossa pesquisa catalogou, de maneira cronologicamente organizada, pequenas informações que se junta a de José Nascimento Morais Filho e demais estudiosos no intuito de encorpar relevantes e discretas informações aos seus dados bibliográficos.

Para compreensão da escrita de Firmina, entendi ser necessário traçar um panorama acerca da escrita de mulheres, no Brasil dos séculos XVIII e XIX, principalmente. Para tanto, propus-me a averiguar a Historiografia literária brasileira, desde a colonização portuguesa até a primeira república, à procura de obras poéticas e romances produzidos por mulheres. Não encontramos muitas referências nas obras mais conhecidas da Historiografia da Literatura Brasileira, pelo menos as mais conhecidas, com exceção de pequenas notas ou algumas informações de rodapé de página. O fulcro

predominante de classificação e compilação da produção literária no Brasil, como parece óbvio, inspirou-se numa linhagem masculina e eurocêntrica. Os romancistas pobres e sem prestígio social foram relegados à própria sorte, principalmente as romancistas do sexo feminino, sobre quem incidiam pesados preconceitos, inclusive e mais acentuadamente sobre Maria Firmina dos Reis: mulher, pobre e negra.

Maria Firmina dos Reis só foi citada, em nota de rodapé, entre 52 poetas, por Sílvio Romero, ao comentar sobre a literatura maranhense, e por Wilson Martins, na *História da Inteligência Brasileira (1999)* e, *a posteriori*, na nova Historiografia feminina, feita por pesquisadoras mulheres, as quais citamos no presente estudo: Susana Funck, Zahidé Lupinacci Muzart e Constância Lima Duarte, entre outras listadas nas referências deste trabalho.

Nesse aspecto, os estudos de gênero vêm trazer sua contribuição, mormente àqueles que se debruçaram sobre os arquivos e jornais de séculos passados, com a tarefa de trazer à luz as vozes das mulheres que deram seu testemunho, como escritoras e ou jornalistas, usando a letra para expressar suas angústias e contar, por outro viés, a participação feminina na sociedade colonial e imperial brasileira.

Analisamos o romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, como testemunho da condição de mulher e de negra da autora, por meio da qual as representações femininas e sobre a escravidão ganharam novos fundamentos.

*Úrsula* é um romance escrito nos moldes folhetinesco, seguindo os padrões e tipos europeus, traz em primeiro plano uma história de amor entre dois jovens brancos, mas as personagens secundárias, sobretudo as negras, ganham uma importância fundamental na trama romanesca, porque denunciam a escravidão a que estavam submetidas como escravos. Analisamos a linguagem da narrativa, com ênfase nas questões da mulher e do negro, atentando para o modo como a ficção representa as tensões da sociedade da época e os papéis sociais que elas desempenharam.

A preta Susana é parte incisiva na tese do romance, constituindo-se um símbolo de resistência ao poder autoritário, patriarcal e escravocrata do século XIX. Nela se vê representada uma consciência de liberdade ativa. Maria Firmina usa a voz dos personagens Susana e Túlio para denunciar a escravidão imposta ao negro e à mulher no Brasil dos oitocentos.

Seguindo a tendência do Romantismo, a autora requisita nas páginas de *Úrsula*, uma aplicação do cristianismo através da conversão, da partilha e do perdão. A opção da causa religiosa como pano de fundo da sua obra é para sensibilizar os leitores, evidenciando as contradições entre a fé cristã branca e a sociedade opressora escravocrata.

Maria Firmina dos Reis ao contar a história do aprisionamento de Susana em África e o traslado dela e de outros negros para o Brasil, em navios negreiros, como escravos, denuncia uma realidade cruel imprimida aos negros desde a colonização até ao início do século XIX, naquilo que os historiadores chamam de diáspora africana.

A análise deste romance, entretanto, não se encerra com este trabalho. *Úrsula* é uma ficção que dá margem as várias interpretações, mas deixaremos para depois a continuidade dos estudos e investigação sobre a autora e sua obra.

A abordagem que aqui fizemos, passa a ser uma leitura, dentre as várias possíveis, da estética literária e da ideologia que propagou Maria Firmina dos Reis neste importante romance para a Literatura Brasileira e negra. Cremos, portanto, que o resultado deste trabalho servirá para que outros estudos possam ser acrescentados no intuito de fomentar pesquisas acerca da autora e de *Úrsula*.

## REFERÊNCIAS

### Referências da autora

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula: A escrava* / Maria Firmina dos Reis: atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. – Florianópolis: Ed. Mulheres: Belo Horizonte: PUC Minas, 2009. 237 p.

### Referências sobre a autora

MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*. São Luís: COSCN, 1975.

### Referências geral

ABREU, Márcia. *O Caminho dos Livros*. Tese Livre Docência apresentada na Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: UNICAMP, 2002. 255 p.

ADLER, Dilercy Aragão. “Elogio à patrona Maria Firmina dos Reis”. In: VAZ, Leopoldo Gil Dulcio; ADLER, Dilercy Aragão. *Sobre Maria Firmina dos Reis* / Leopoldo Gil Dulcio, Dilercy Aragão Adler (Organizadores). – São Luís: ALL, 2015. 154 p.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2004. 250 p.

BAQUAQUA, Mahommah Garbo. *Biography of Mahommah G. Baquaqua*. A native of Zoogoo, in the interior of Africa. Edited by Samuel Moore, Esq. Detroit: George E. Pomery and Co., Tribune Office, 1854. *Apud* NUSSENZWEIG, Sonia. Trad. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero. v. 8, n. 16, mar./ago.1988. *Apud* MENDES, Algemira de Macêdo. *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. Orientadora: Regina Zilberman. 2006. 372 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <[> Acesso em 29-02-2016

BERND, Zilé. *Introdução à Literatura negra*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BÍBLIA SAGRADA. N. T. Lucas (23:34) e (23:46). São Paulo. Editora Paulus, 1990. cap. 23, p. 1286-1287.

BLAKE, Augusto Vitorino Sacramento. *Dicionário Histórico e Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. 6, 1900, p. 232.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43 ed. – São Paulo: Cultrix, 2006. 524 p.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6ª ed. – Belo Horizonte: Itatiaia, Vol. 1, 1981. 364 p.

CANDIDO, Antonio. “Literatura de Dois Gumes” In: *A Educação Pela Noite & Outros Ensaios*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989. Disponível em <<https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2014/03/antonio-candido-a-educacao-pela-noite.pdf>> Acesso em 19-06-2016.

CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual”. Dados vol. 40 no. 2 Rio de Janeiro 1997. *Print version* ISSN 0011-5258 *On-line version* ISSN 1678-4588. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>> ou [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581997000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003)> Acesso em 18-11-2016.

CORRÊA, Dinacy Mendonça; FEITOSA, Conceição. “Maria Firmina dos Reis: a matriarca do romance maranhense”. 2015, p. 55 In: VAZ, Leopoldo Gil Dulcio; ADLER, Dilercy Aragão. *Sobre Maria Firmina dos Reis* / Leopoldo Gil Dulcio, Dilercy Aragão Adler (Organizadores). – São Luís: ALL, 2015. 154 p.

CORREIA, Janaína dos Santos. *O uso de fontes em sala de aula: a obra de Maria Firmina dos Reis (1859) como mediadora no estudo da escravidão negra no Brasil*. Orientadora: Márcia Elisa Teté Ramos. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. Londrina: 2013. 166 p. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/mesthis/JanainaSCorreia.pdf>> Acesso em 05-06-2016.

COUTINHO, Afrânio. *Antologia Brasileira de Literatura*. Romance e conto. 2ª ed. rev e aumentada. Rio de Janeiro: Editôra Distribuidora de Livros Escolares Ltda, Vol 1, 1967. 332 p.

COUTINHO, Afrânio. COUTINHO, Eduardo de Faria. *A literatura no Brasil*. – 3ª ed. rev. e atualizada – Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: UFF - Universidade Federal Fluminense, Vol 6, 1986. 311 p.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX*: dicionário ilustrado. 1. Ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. 415 p.

DUARTE, Eduardo de Assis. “Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira”. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula: A escrava / Maria Firmina dos Reis: atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte*. – Florianópolis: Ed. Mulheres: Belo Horizonte: PUC Minas, 2009. 237 p.

DUARTE, Eduardo de Assis. “Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade”. *Terra roxa e outras terras* – Revista de Estudos Literários. Volume 17-A (dez. 2009) – ISSN 1678-2054. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa>> Acesso 03-08-2015.

GAY, Peter. *O coração desvelado: a experiência burguesa – da rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LAVEJOY, Paul E. “Identidade e a miragem da etnicidade: a jornada de Mahommah Garbo Baquaqua para as Américas.” *Afro-Ásia*, Centro de Estudos Afro-Orientais, CEAO da FFCH-UFBA, n. 27, p. 9-39, 2002. Ver também: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 76-78. Apud MENDES, Algemira de Macêdo. *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. Orientadora: Regina Zilberman. 2006. 372 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10923/4207> ou <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2230>> Acesso em 29-02-2016.

LOBO, Luiza. “Auto-Retrato de Uma Pioneira Abolicionista”. In: *Crítica sem Juízo / Luiza Leite Bruno Lobo*. (ensaio e crítica). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993. 259 p.

LOBO, Luiza. *Crítica sem Juízo / Luiza Leite Bruno Lobo*. (ensaio e crítica). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993. 259 p.

LOBO, Luiza. “Luz e sombra na obra de Maria Firmina dos Reis”. In: VAZ, Leopoldo Gil Dulcio e ADLER, Dilercy Aragão. *Sobre Maria Firmina dos Reis / Leopoldo Gil Dulcio, Dilercy Aragão Adler* (Organizadores). – São Luís: ALL, 2015. 154 p.

LOBO, Luiza. “O Negro de Objeto a sujeito”. In: *Crítica sem Juízo / Luiza Leite Bruno Lobo*. (ensaio e crítica). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993. 259 p.

LOPES, Silvana Fernandes. “‘Retratos’ de mulheres na literatura brasileira do século XIX”. *Revista Plures Humanidades*, Ribeirão Preto, ano 12, n. 15, p.117-140, jan. jun. 2011. Disponível em:<<file:///c:/Users/User/Downloads/7-39-1-PB.pdf>>. Acesso em 17-07-2015.

LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na sala de aula”. In: DEL PRIORE, M. (org.) *História das mulheres no Brasil / Mary Del Priore* (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004. p. 443-481.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico, geográfico, topográfico e estatístico da Província do Maranhão*. São Luís: s. n. 1870. Apud MENDES, Algemira de Macêdo. *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. Orientadora: Regina Zilberman. 2006. 372 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10923/4207> ou <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2230>> Acesso em 29-02-2016.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix, vol. 3, 1977.

MENDES, Algemira de Macêdo. *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. Orientadora: Regina Zilberman. 2006. 372 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10923/4207> ou <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2230>> Acesso em 29-02-2016.

MENDES, Melissa Rosa Teixeira. “Maria Firmina dos Reis: mulher e escritora oitocentista”. *RevIU* – <https://ojs.unila.edu.br/ojs/index.php/IMEA-UNILA>. v. 2, n. 1. p. 39-48, 2014. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/202-917-1-PB%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/202-917-1-PB%20(3).pdf)> Acesso em 18-07-2015.

MENDES, Melissa Rosa Teixeira. *Uma análise das representações sobre as mulheres no Maranhão da primeira metade do século XIX a partir do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. Orientador: César Augusto Castro. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em História Social) Universidade Federal do Maranhão, São Luís: 2013, 149 p. Disponível em: <<http://www.ppghis.ufma.br/wp-content/uploads/2015/05/Dissertação-Melissa.pdf>> Acesso em 18-02-2016.

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. Prefácio de Antônio Candido; apresentação de José Ederaldo Castello. 2 ed. ver. Aum. E atualizada. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e resistência. A mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo. Contexto, 1988.

MUZART, Zahidé Lupinacci. “A ascensão das mulheres no romance”. In: *A escritura no feminino: aproximações* / Aline Alves, Ana Caroline Barreto Neves, Constância Lima Duarte, Kelen Benfenatti Paiva e Maria do Rosário Alves Pereira. – Florianópolis: Mulheres, 2011. p.17-27.

MUZART, Zahidé Lupinacci. *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia* / organizado por Zahidé Lupinacci Muzart – 2. ed. ver. – Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.p. 162-174.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Pedantes e *bas-bleus*: história de uma pesquisa. In: *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia* / organizado por Zahidé Lupinacci Muzart – 2. ed. rev. – Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 17-29.

MUZART, Zahidé Lupinacci. “Uma Pioneira: Maria Firmina dos Reis”. 2013, 247-260 p.. Disponível em: <<http://revistas2.uepg.br/ojsnew/index.php/muitasvozes/article/view/6400/pdf14>> ou <[file:///C:/Users/User/Downloads/6400-20300-1-PB%20\(11\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/6400-20300-1-PB%20(11).pdf)> Acesso em 24-03-2016.

NASCIMENTO, Juliano Carrapt do. “A construção do negro no romance *Úrsula*”. (?) Disponível em <[www.letras.ufmg.br/literafro/data1/autores/102/mariafirminacritica03.pdf](http://www.letras.ufmg.br/literafro/data1/autores/102/mariafirminacritica03.pdf)> ou <<http://150.164.100.248/literafro/data1/autores/102/mariafirminaartigojulianocarrupt.pdf>> Acesso em 05-05-2016.

NASCIMENTO, Juliano Carrapt do. *O romance *Úrsula de Maria Firmina dos Reis: estética e ideologia no Romantismo brasileiro**. Orientador: Alemeno Bastos. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ. 106 fl. 2009. Disponível em: <[www.letras.ufrj.br/posverna/mestrado/NascimentoJC.pdf](http://www.letras.ufrj.br/posverna/mestrado/NascimentoJC.pdf)> Acesso em 20-02-2016.

OLIVEIRA, Adriana. *Gênero e etnicidade no romance *Úrsula, de Maria Firmina dos Reis**. Orientadora: Constância Lima Duarte. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários) Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2007. 107 p. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECAP-73WGED/disserta\\_o\\_revis\\_0.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECAP-73WGED/disserta_o_revis_0.pdf?sequence=1)> Acesso em 18-02-2016.

PAIXÃO, Sylvia Perlingeiro. “Narcisa Amália” In: *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia* / organizado por Zahidé Lupinacci Muzart – 2. ed. ver. – Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 534-552.

REIS, José Ribamar Sousa dos. “Falta de respeito aos restos mortais de Maria Firmina dos Reis”. In: VAZ, Leopoldo Gil Dulcio e ADLER, Dilercy Aragão. *Sobre Maria Firmina dos Reis* / Leopoldo Gil Dulcio, Dilercy Aragão Adler (Organizadores). – São Luís: ALL, 2015. p. 77.

ROCHA-COUTINHO. Maria Lúcia, “A mulher no Brasil”. In: *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 249 p.

SILVA, Régia Agostinho da. *A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX*. Orientador: Horácio Gutiérrez. 2013. 177 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível

em:<file:///C:/Users?User/Downloads/2013\_RegiaAgostinhoDaSilva%20(2).pdf>  
Acesso 05-02-2016.

SILVA, Régia Agostinho da. “Representações de mulheres em Maria Firmina dos Reis”. In: PACHECO FILHO, Alan Kardec Gomes; CORRÊA, Helidacy Maria Muniz; PEREIRA, Josenildo Jesus. *São Luís 400 Anos– (com)tradições de uma cidade histórica*. São Luís: Café & Lápis; EDUEMA, 2014. Apud VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. “Algumas notas sobre Maria Firmina”. In: VAZ, Leopoldo Gil Dulcio e ADLER, Dilercy Aragão. *Sobre Maria Firmina dos Reis / Leopoldo Gil Dulcio, Dilercy Aragão Adler (Organizadores)*. – São Luís: ALL, 2015. 154 p

TELLES, Norma. “Escritoras, escritas, escrituras”. In: *História das Mulheres no Brasil / Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos)*, 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004. p. 401-432.

TELLES, Norma. “Rebeldes, escritoras, abolicionistas”. *Revista História* [online], São Paulo, 120, p. 73-83, jan/jul. 1989. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/18593/20656](http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/18593/20656)>. Acesso em: 21-07-2015.

VASCONCELOS, Eliane. “Ângela do Amaral Rangel”. In: *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia / organizado por Zahidé Lupinacci Muzart – 2. ed. ver.* – Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.p. 50-59.

VASCONCELOS, Eliane. “Bárbara Heliadora”. In: *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia / organizado por Zahidé Lupinacci Muzart – 2. ed. ver.* – Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 60-74.

VASCONCELOS, Eliane. “Rita Joana de Sousa”. In: *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia / organizado por Zahidé Lupinacci Muzart – 2. ed. ver.* – Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.p. 45-49.

VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. “Algumas notas sobre Maria Firmina”. In: VAZ, Leopoldo Gil Dulcio; ADLER, Dilercy Aragão. *Sobre Maria Firmina dos Reis / Leopoldo Gil Dulcio, Dilercy Aragão Adler (Organizadores)*. – São Luís: ALL, 2015. 154 p.

VAZ, Leopoldo Gil Dulcio; ADLER, Dilercy Aragão. *Sobre Maria Firmina dos Reis / Leopoldo Gil Dulcio, Dilercy Aragão Adler (Organizadores)*. – São Luís: ALL, 2015. 154 p.